

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MELÂNIA LIMA SANTOS

**OS ONOMÁSTICOS EM DOCUMENTOS DA FREGUESIA DE SÃO
CRISTÓVÃO QUANDO PERTENCENTE À PROVÍNCIA
ECLESIÁSTICA DA BAHIA**

São Cristóvão – SE
2015

MELÂNIA LIMA SANTOS

**OS ONOMÁSTICOS EM DOCUMENTOS DA FREGUESIA DE SÃO
CRISTÓVÃO QUANDO PERTENCENTE À PROVÍNCIA
ECLESIAÍSTICA DA BAHIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo Galvão.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Maria Leônia Garcia Costa Carvalho.

São Cristóvão – SE
2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Melânia Lima

S237o

Os onomásticos em documentos da Freguesia de São Cristóvão quando pertencente à província eclesiástica da Bahia / Melânia Lima Santos ; orientador José Raimundo Galvão. – São Cristóvão, 2015.

122 f. : il.

Dissertação (mestrado Profissional em Letras)– Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Onomástica. 2. Crítica textual. 3. Paróquias – São Cristóvão (SE). 4. Registros de batismo. 5. Ideologia. I. Galvão, José Raimundo. II. Título.

CDU 81'373.231

MELÂNIA LIMA SANTOS

**Os onomásticos em documentos da freguesia de São Cristóvão quando
pertencente à província eclesiástica da Bahia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Educação de Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. José Raimundo Galvão (UFS)
Presidente

Profª Drª Maria Leônia Garcia Costa Carvalho (UFS)
Membro Interno

Profª Drª Geralda de Oliveira Santos Lima (UFS)
Membro Interno

Prof. Dr. Luis Henrique Alves Gomes (IF Baiano)
Membro Externo

Prof. Dr. Ricardo Nascimento Abreu (UFS)
Membro Externo

Aprovada em: 16 de julho de 2015.

Local de defesa: *campus* de São Cristóvão Universidade Federal de Sergipe.

Dedico este trabalho à minha querida avó, Noélia,
que Deus levou muito cedo do nosso convívio.
Mas tenho certeza que se estivesse aqui, alegrar-se-
ia comigo. Amo-te incondicionalmente!!!

AGRADEÇO

A meu Deus, por existir e estar sempre ao meu lado, dando-me forças para superar as dificuldades e não me deixando desistir no meio do caminho;

A minha família (pai, mãe, irmã e namorado), por acreditar no meu pequeno potencial, ajudando-me nos momentos difíceis, liberando-me de algumas atividades domésticas e de algumas responsabilidades do dia a dia;

A meus amigos de Letras, por simplesmente fazerem parte da minha vida. Obrigada pelo companheirismo, dedicação, amor, brigas e por sempre acreditarem e apoiarem os meus sonhos;

Aos novos amigos que conquistei nesta jornada; minha turminha de mestrado, pela união, dando forças uns aos outros, no intuito de dividir o sofrimento.

A meu orientador, prof. José Raimundo Galvão, pelo incentivo e pela oportunidade de aprender o verdadeiro significado das palavras.

A minha querida coorientadora, prof^a. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho, pela sua paciência e simplicidade em ensinar, de maneira calma, os mistérios que permeiam a linguagem.

Aos professores de mestrado e graduação, pelos ensinamentos das teorias linguísticas.

Aos funcionários do PPGL, DLEV e CESAD, por facilitarem a minha vida acadêmica, ajudando-me sempre, na medida do possível, e por ter passado momentos tão legais ao lado deles.

Aos funcionários da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, ao Frei Rosenildo Alexandre de Souza, por terem possibilitado meu acesso aos documentos e, especialmente a Avani; pela sua disposição em atender aos meus chamados e pela troca de informações valiosas que contribuíram para a finalização deste trabalho.

Aos professores da banca de qualificação e defesa, pelas contribuições necessárias, para que este trabalho fosse melhorado e estivesse de acordo com as normas acadêmicas.

Aos amigos do DAA, pela força e confiança em acreditar que esse caminho pudesse dar certo.

Enfim, a todos aqueles que compartilharam comigo as dificuldades, pelo carinho dedicado a mim, pelos momentos de incentivo, agradeço do fundo do coração.

[...] o nome de pessoa [...] é um manancial rico para conhecimento não apenas da língua, mas também permite apreender um pouco da cultura, religião e até ideologia do povo que o criou em determinada época, uma vez que a língua mantém intactos nos nomes de pessoas as partículas mínimas de significação (semas), preservando os [...] aspectos ideológicos, de fé ou simplesmente contando a história da denominação humana.

(CARVALHINHOS).

SANTOS, Melânia Lima. Os onomásticos em documentos da freguesia de São Cristóvão quando pertencente à província eclesiástica da Bahia. 122 f. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015.

RESUMO

Desde cedo, o homem sentiu necessidade de atribuir nomes às coisas, às pessoas e aos lugares, para organizar, controlar e recriar o mundo ao seu redor. Para que isso aconteça, ele recorre ao léxico, através do qual, desenvolve o seu sistema linguístico, culminando na produção de um emaranhado de vocábulos que são comuns a cada língua. Dessa maneira, este estudo visa reconhecer a influência de uma ideologia religiosa dominante na escolha dos antropônimos na freguesia de São Cristóvão, a mais antiga do Estado de Sergipe, no período compreendido de 1883 a 1910. Para tanto, foram utilizados os livros de batizados que estão no arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória. A metodologia se configura na descrição e análise de uma quantidade considerável de manuscritos, demonstrando nos antropônimos em apreço que a escolha do nome do indivíduo está associada a algum evento de cunho religioso, seja pelo santo do dia do seu nascimento, seja por um pedido de proteção. Os fundamentos teórico-metodológicos que embasam esta pesquisa prendem-se, por um lado, à análise documental, pelo viés filológico da crítica textual, em conceitos abordados por Berwanger e Leal (2008), Cambraia (2005), Samara (2005), Acioli (1994), Blanco (1987), Spina (1970), buscando auxílio em outras ciências, como a paleografia, para a realização da Edição Semidiplomática, no intuito de reconstituir os manuscritos, mediante levantamento e categorização dos nomes, facilitando a leitura e a compreensão do conteúdo. Por outro lado, a investigação permeia o campo da Onomasiologia esclarecendo a associação que o homem faz entre as palavras e as coisas, recorrendo, para tanto, aos ensinamentos de Bakhtin (2006), Carvalhinhos (2007; 2008), Fiorin (2007), Martins (1991), Dick (1997; 1998), Bourdieu (1989, 2004), Guérios (1981), que ajudam a compreender a forma como se processou a nomeação na freguesia de São Cristóvão entre os períodos colonial e imperial, levando-se em consideração os fatos históricos revelados no *corpus* analisado, demonstrando a ideologia da Igreja Católica, como uma estrutura de poder que exerceu forte influência, ditando regras e controlando pensamentos e ações das pessoas na Capitania de Sergipe Del Rey.

Palavras-chave: Crítica textual. Ideologia e poder simbólico. Onomásticos. Registros paroquiais.

SANTOS, Melânia Lima. The onomastic in documents of the parish of Saint Christopher when belonging to the ecclesiastical province of Bahia. 122 f. 2015. Thesis (Master) – Federal University of Sergipe, Aracaju, 2015.

ABSTRACT

Since early times, human being felt the need of naming things, people and places, in order to organize, control and recreate the world around him. For that to happen, he resorts to the lexicon, through which develops a linguistic system, culminating in the production of a tangle of words that are common to each language. Thus, this study has as its aim determine the influence of a dominant religious ideology in choosing anthroponyms in the parish of St. Christopher, the oldest in the state of Sergipe, in the period 1883-1910. In order to do that, we used the books of registries of baptism in the Church of Our Lady of Victory. Our methodology is the description and analysis of a considerable amount of manuscripts, showing, in the anthroponyms in question, that the choice of the individual's name is associated with some religious nature of the event, as the day of a saint's birth or by in search of divine protection. The theoretical and methodological foundations that support this research relate, first, the documentary analysis, the philological bias of textual criticism, in concepts covered by Berwanger and Leal (2008) Cambraia (2005), Samara (2005), Acioli (1994), Blanco (1987), Spina (1970), seeking assistance in other sciences, such as paleography, to carry out the semidiplomatic edition, in order to reconstruct the manuscripts by survey and categorization of names, easy to read and the understanding of the content. On the other hand, research permeates the field of Onomasiology, clarifying the association that man makes between words and things, using for this purpose, the teachings of Bakhtin (2006), Carvalhinhos (2007; 2008), Fiorin (2007), Martins (1991), Dick (1997; 1998), Bourdieu (1989; 2004), Guérios (1981), which to help you understand how they processed the appointment in the parish of Saint Kitts between the colonial and imperial periods, taking into account the historical facts revealed in the analyzed corpus, demonstrating the ideology of the Catholic Church as a power structure that strongly influenced, dictating and controlling thoughts and actions of people in the captaincy of Sergipe Del Rey.

Keywords: Textual criticism. Ideology and symbolic power. Onomastic. Parish registers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Fachada frontal da Igreja Matriz de São Cristóvão.....	47
Figura 02 – Parte interna da Igreja Matriz de São Cristóvão.....	48
Figura 03 – Secretaria da Matriz.....	49
Figura 04 – Acervo da Cúria paroquial – Igreja Matriz.....	50
Figura 05 – Estrutura de livro.....	77
Figuras 06, 07, 08 – Imagens das lombadas.....	78
Figuras 09, 10, 11 – Capas dos livros.....	79
Figura 12 – Parte interna do livro 03.....	80
Figuras 13, 14 – Contra-capas do livro 06.....	80
Figura 15 – Imagem do fólio 16rº do livro 06.....	82
Figura 16 – Imagem dos fólhos 37vº e 38rº do livro 06.....	82
Figuras 17, 18 – Capas do livro 03.....	83
Figuras 19,20 – Imagens de parte dos fólhos 22rº e 25vº do livro 03.....	84
Figura 21 – Imagem de parte do fólio 190vº livro 03.....	84
Figura 22 – Fólio 191rº do livro 03.....	85
Figura 23 – Parte do fólio 43rº do livro 03.....	86
Figura 24 – Fólio 43rº, linha 01 – ano do registro.....	86
Figura 25 – Fólio 43rº, linhas 01 e 02 – número do fólio e rubrica do Padre.....	86
Figura 26 – Fólio 43rº, linha 03 – letra maiúscula.....	87
Figura 27 – Fólio 43rº, linha 11 – assinatura do padre responsável pelo batismo.....	87
Figura 28 – Imagem do termo de encerramento do livro 07.....	88
Figura 29 – Imagem do termo de abertura do livro 06.....	89
Figura 30 – Trecho do assento batismal de Thomaz (branco).....	92
Figura 31 – Trecho do assento batismal de Antonio (pardo).....	93
Figura 32 – Fragmento do assento batismal de Eduardo (escravo/crioulo).....	93
Figura 33 – Fólio 43rº, livro 03 (escravo, livre e branco).....	95
Figuras 34,35 – Trechos dos fólhos 58rº e 43vº, livro 03.....	99
Figura 36 – Fragmento do assento de Antonio.....	100
Figura 37 – Assento de Nestor (em perigo de morte).....	101
Figura 38 – Assento de Francisco (em caso de necessidade).....	101

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Relação de Bens Tombados	44
QUADRO 4 - Modelo de Ficha Catalográfica	90
QUADRO 5 - Modelo de Ficha Tipológica	90
QUADRO 6 - Nomes mais Comuns em São Cristóvão – Séc. XIX.	95
QUADRO 7 - Nomes mais Comuns no início do Século XX em São Cristóvão.	102
QUADRO 8 - Nomes correspondentes ao dia dos Santos Católicos	104

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Percentual de nomes por condição social (Séc. XIX).....	97
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - A CRÍTICA TEXTUAL COMO METÓDO DE SALVAGUARDAR O PASSADO: CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS	23
1.1 AS CIÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	26
1.2 BREVE HISTÓRIA DA CRÍTICA TEXTUAL.....	30
1.3 EDIÇÕES E TIPOLOGIAS	33
CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA POVOAÇÃO SERGIPANA – SÃO CRISTÓVÃO.....	37
2.1 SÃO CRISTÓVÃO E O SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	39
2.2 O ARQUIVO PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	45
2.3 REGISTROS PAROQUIAIS: OS ASSENTAMENTOS DE BATIZADOS EM SÃO CRISTÓVÃO	50
2.4 SITUAÇÃO DOS ESCRAVOS E SEUS REGISTROS	54
CAPÍTULO 3 - LINGUAGEM: IDEOLOGIA, DISCURSO E PODER SIMBÓLICO.....	57
3.1 IDEOLOGIA E DISCURSO RELIGIOSO: CONCEPÇÕES	59
3.2 ONOMÁSTICA: CONCEITO, SURGIMENTO E FUNÇÃO.....	63
3.3 A IDEOLOGIA E O SEU PAPEL NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO DAS PESSOAS	65
3.4 PODER SIMBÓLICO E DOMÍNIO RELIGIOSO NO BRASIL	70
CAPÍTULO 4 – DESCRIÇÃO E ESTRUTURA DO <i>CORPUS</i>	74
4.1 O <i>CORPUS</i>	76
4.2 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	90
4.2.1 REGISTROS PAROQUIAIS SÉCULOS XIX-XX.	91
4.3 CRITÉRIOS PARA A EDIÇÃO	105
4.4 EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, as pessoas procuram relacionar-se com os outros e com o mundo ao seu redor. Essa relação se dá por meio da interação, que acontece quando os sujeitos se utilizam da língua, cuja função corresponde à transmissão e compreensão da mensagem. Esse processo é conhecido como comunicação. Trata-se de um mecanismo definido por Bakhtin (2006, p.69) como “esfera única da relação social organizada”, em que “o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade linguística, a uma sociedade claramente organizada”. Assim, a transmissão de informações é elemento imprescindível para a construção do saber, podendo o sujeito expressar, por meio das palavras, suas ideias ao mesmo tempo em que caracteriza os objetos, nomeia pessoas e coisas, dentro de um contexto.

Os dados são compartilhados por meio da linguagem, em que a mensagem é transferida do comunicador ao interlocutor. A linguagem se caracteriza como a expressão própria de cada indivíduo quando este manifesta sua cultura, suas opiniões, sua história. O entendimento acerca da história e da língua de uma região e de uma sociedade só é possível mediante o estudo das palavras e dos símbolos pertencentes a determinada época. A abordagem lexical em documentos antigos sempre remete à elucidação do contexto histórico do material em apreço, ou seja, seu universo linguístico, suas ideologias, seus símbolos, suas preferências, ao mesmo tempo em que são fontes de informação.

É no universo da linguagem que se define o modo de agir e pensar das pessoas e, por esse motivo, o seu estudo tem grande importância, permitindo explorar as configurações lexicais, fazendo ver a essência contida no universo vocabular, explicando o mundo através das palavras.

Essa análise que se faz das palavras só é permitida graças ao texto, sobretudo escrito, através do qual o homem representa seus pensamentos, expressa seus sentimentos, o que possibilita a tradição de registrar todas as suas ações, elaborando sua história, em forma de documento. O texto faz verificar como as sociedades foram se estruturando, ao tempo em que possibilita compreender as relações e os símbolos que as caracterizam em determinadas épocas. Os documentos manuscritos são conhecidos também por testemunhos, pois revelam detalhes de uma época, além de preservar o patrimônio sociocultural do homem, garantindo, dessa forma, que os conhecimentos sejam passados continuamente através dos tempos. Esses textos manuscritos estão hoje sob a guarda de instituições públicas e privadas, em todo o

território nacional. Essa medida tem o objetivo de garantir que o documento e principalmente o seu conteúdo estejam protegidos, assim, a vida do homem poderá ser consultada, em qualquer tempo, por pesquisadores, estudantes, para todos os interessados em conhecer a história brasileira e sergipana (CORUJEIRA, 1971).

Nesse sentido, compreender o funcionamento da língua portuguesa em Sergipe em um certo período da história, a maneira como os sujeitos a utilizavam em suas interações e de que forma se constituía o processo de designação dos nomes próprios de pessoas, se nos apresenta como problema dessa pesquisa e, assim, conduz ao seguinte questionamento: De que modo a análise de dados discursivos e lexicais, seguindo os ditames de um saber humano específico, pode contribuir para a compreensão de uma época, bem como elucidar aspectos da atualidade?

Nessa perspectiva, esta dissertação, intitulada *Os onomásticos em documentos da freguesia de São Cristóvão quando pertencente à Província Eclesiástica da Bahia*, tem no manuscrito eclesiástico produzido na paróquia de Nossa Senhora da Vitória (1604) seu objeto de estudo. Pretende-se investigar os antropônimos encontrados nos códices diplomáticos (livros de batizados) da referida paróquia, da freguesia de São Cristóvão, Estado de Sergipe, num período que vai de (1883), quando Sergipe ainda pertencia à Província Eclesiástica da Bahia, até o momento da criação da Diocese de Aracaju e o seu consequente desmembramento da Arquidiocese de Salvador (1910).

A escolha da paróquia de Nossa Senhora da Vitória se deve ao fato de ser a mais antiga e por ter sido a primeira matriz do estado de Sergipe. Disso advém a sua importância histórico-cultural e administrativa, pois São Cristóvão é a primeira capital do Estado e a quarta cidade mais antiga fundada no Brasil, participando intensamente do processo de colonização do território nordestino e sergipano.

São Cristóvão, sendo também a primeira matriz do estado, desempenhou importante papel no crescimento e na organização da comunidade sergipana e, assim, possui um acervo de livros e de documentos avulsos, cujo conteúdo informacional que serve para estudos acerca da história de Sergipe, sobretudo nos períodos colonial e imperial. Na verdade, os livros ilustram o objeto, formando o *corpus* de estudo, possuindo importância histórica, já que, naquela época, as paróquias regiam a vida administrativa e religiosa das povoações e vilas em Sergipe, funcionando também como cartórios que emitiam os registros de valor jurídico e público, acerca da população de Sergipe.

Os documentos norteadores da pesquisa são os códices diplomáticos, mediante os quais foi possível detectar os nomes identificadores das pessoas no período em questão, buscando, igualmente, compreender a razão das escolhas de tais nomes.

Os nomes próprios de pessoas passaram a ser objeto de estudo, por entender-se que revelam a verdadeira intenção nas escolhas dos progenitores, as influências religiosas e culturais e podem sugerir um traço desejado na formação do caráter do nomeado, como se este devesse corresponder ao ideal contido no significado. Isso já era prática antiga, quando certos povos faziam as nomeações com base na significação implícita. Esta prática é muito comum no universo bíblico, podendo ser observada nos relatos de imposição de nomes, a exemplo de: “[...] e chamou o seu nome Moisés, e disse: Porque das águas o tenho tirado¹”. (Êxodo 2.10). O mesmo acontece com outras culturas como a grega e a latina, em que o nome Aquiles significa “escuridão, sofrimento do povo”² e nome Lucrécio, “o que atrai, que lucra”³, demonstram a função que o nome pode atribuir à pessoa que o carrega (PEREIRA, 2004).

Essa cultura (nomear pelo significado) é revelada através das impressões deixadas pelos antigos povos, podendo-se notar que o antropônimo carrega o seu significado, representando-o, fazendo relação com a vida daqueles que o portam. Isso se observa, por exemplo, na cultura dos povos indígenas brasileiros, demonstrando, embora inconscientemente, vasta habilidade no trato com a etimologia e na associação das palavras com o mundo circunstante (GUÉRIUS, 1981).

Existem outros nomes que são motivados por fatos históricos, heroicos, culturais, como é o caso do mesmo herói grego Aquiles, que também remete à figura de uma águia, cuja simbologia mitológica é traduzida na figura de Zeus, o rei e mais poderoso entre todos os deuses⁴. Questões culturais, como personagens de filmes, teatro, novelas, constituem-se, em outras épocas, elementos impulsionadores dos antropônimos.

Na atualidade, outras questões são visíveis, podendo servir de exemplo *Raíssa*, personagem vivida por Mariana Ximenes na novela “América”, da Rede Globo. Raíssa é uma jovem de família de condição social rica, estudiosa, meiga, sempre simpática, demonstrando

¹ **BÍBLIA SAGRADA**. Trad. João Ferreira de Almeida. Ed. São Paulo: Geográfica, 2000, p. 57.

² Guérius (1981, p. 59).

³ *Idem.*, p. 165.

⁴ Segundo Heinz-Mohr (1994, p.11), a águia traduz a força e a velocidade, foi considerada pelos antigos povos como o pássaro poderoso e veloz, ao mesmo tempo em que simboliza a “vitória”.

ser uma pessoa de bom caráter. Com isso, o fato de possuir todas essas características parece implicar que as pessoas portadoras desse e de outros nomes teriam os mesmos caracteres e ações semelhantes à personagem da novela, o que acabou se transformando em um “modismo” (SEIDE, 2013).

Numa perspectiva religiosa, constata-se, por exemplo, que os pais esperam certo tipo de proteção aos seus filhos quando escolhem um nome relacionado a algum santo, como é o caso de Rita de Cássia, Antônio, Maria de Lourdes, Maria da Conceição. Esse tipo de impulso se dá em todo o mundo, com todas as pessoas, podendo ser notado desde os povos mais antigos, como se afirmou anteriormente.

Evidencia-se, portanto, nesta pesquisa, a compreensão de um momento histórico sugerido pelo estudo das palavras que simboliza as influências, sobretudo do poder da Igreja Católica, que, à época, unida ao Estado, regia praticamente todos os atos da vida pública e aos cidadãos sugeria e até impunha escolhas, bem como lhes ditava modos de comportamento, incluído a prática de nomear pessoas.

O estudo consistiu da coleta, descrição e análise do *corpus*, escolhendo nomes próprios de pessoas, tal como aparecem nos documentos básicos da pesquisa. Assim, de forma geral, este trabalho objetiva a análise documental de um quantitativo de manuscritos do acervo da Cúria paroquial da Igreja Matriz de São Cristóvão, em que se procurou reconhecer os onomásticos contidos nos documentos, a partir da edição semidiplomática realizada nos textos e sua relação com a cultura e crenças da religiosidade católica, como, por exemplo, o dia do santo católico que veio a impulsionar a escolha do nome.

Tal procedimento permite compreender os aspectos culturais e religiosos revelados na onomasiologia a refletir o domínio de uma instituição permeando entre os períodos colonial, imperial e republicano.

Partindo do pressuposto de que o léxico reflete a leitura de mundo da comunidade, tem-se como hipótese que este trabalho revele dados importantes de como a linguagem serve à camuflagem das estruturas de poder a serviço de uma instituição, em determinada época, valendo-se da aceitação tácita dos indivíduos devidamente doutrinados.

A pesquisa se justifica por ser uma temática inovadora no âmbito das letras em Sergipe, em que os aspectos onomásticos refletem o modo de ser de uma sociedade influenciada por elementos de cunho religioso. Motivações de outra ordem, em diferentes circunstâncias culturais, apresentarão outra configuração da onomástica em alinhamento com

as características e os valores de cada sociedade que se queira investigar. Um estudo de tal natureza mostra-se necessário no âmbito das pesquisas em Linguagem, pois, tendo o texto como a fonte de conhecimento, possibilita o acesso a determinadas informações, trazendo à luz aspectos da estruturação da língua portuguesa, em Sergipe, apresentando outros dados socioculturais dos são-cristovenses, como função desta área do saber.

O conteúdo desta dissertação contribuirá para o conhecimento de parte da história religiosa da Província de Sergipe Del Rey e da Bahia, num momento em que tais estados brasileiros formavam uma única circunscrição eclesiástica, na vasta extensão territorial onde se inserem. Será também de incentivo para a conservação dos acervos de documentação manuscrita, pois estes expressam as características e os valores de uma sociedade em determinada época, e também para o resgate de seu valor cultural nos moldes da técnica em análise textual, suscitando a exploração dos conhecimentos em Crítica Textual como ciência específica para o trabalho de Edição e recuperação de textos, com conteúdos e métodos apropriados.

A documentação utilizada implicou um tratamento científico, obedecendo às sugestões de Cambraia (2005), que seguem as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos, demonstrando que a Crítica Textual, como ciência no trato com documentos antigos, possui metodologia própria, exigindo competência profissional de quem se envolve neste domínio do saber.

Para alcançar os objetivos, foi realizado um levantamento bibliográfico, explorando os dados coletados, permitindo descrevê-los. Assim, a pesquisa tem caráter qualitativo, quando se busca aprofundar o estudo da análise documental, necessário para a compreensão da organização estrutural da comunidade de São Cristóvão e as suas diversas tendências na designação nominal. A pesquisa também possui caráter exploratório, pois os manuscritos são utilizados como fonte de informação para que se possa compreender o conteúdo e a importância dos materiais em pauta para a sociedade sergipana. Dessa forma, a metodologia comportou os seguintes passos.

Primeiro procedeu-se à separação dos códices, verificando a possibilidade de manuseio, para então dar início a Edição Semidiplomática – momento em que se busca reconstituir o texto em linguagem atualizada, facilitando, assim, a plena compreensão de seu conteúdo. Spina (1977, p.79) lembra que “a transcrição diplomático-interpretativa ou

semidiplomática [...] representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas [...] e às vezes até com pontuação”.

Em segundo lugar, procedeu-se ao levantamento das lexias suscitando maiores esclarecimentos, haja vista a especificidade que caracteriza o seu uso, constituindo a originalidade do texto no gênero discursivo em que se apresenta. Essa fase se concentrou na seleção de cento e vinte e três nomes, bem como na identificação de fenômenos linguísticos e categorias lexicais. Para que isso fosse realizado, foram elaboradas dois tipos de fichas: catalográfica e tipológica, o que facilitou o armazenamento de dados.

O passo seguinte consistiu na consulta a dicionários, a fim de entender os significados dos termos nas abonações lexicografadas. Para isso, foram consultados dicionários que fornecem dados necessários para melhor compreensão e definição das lexias, o que possibilitou a compilação dos dados, facilitando uma síntese de parte das abonações constatadas.

Em seguida, procedeu-se à organização dos vocábulos, apresentando, em ordem alfabética, no quadro formulado no terceiro capítulo, uma demonstração dos termos discutidos.

Já na última etapa, os manuscritos foram submetidos a uma análise minuciosa, realizando a descrição dos suportes, apresentando por meio de ilustrações, de como o clero produzia seus registros paroquiais.

A dissertação, portanto, se apresenta em quatro capítulos e duas seções. A primeira seção refere-se à *Introdução*, que comporta o tema, o objeto de estudo, o problema, os objetivos, a justificativa, a hipótese e a estrutura que compõem o trabalho. O primeiro capítulo tem o objetivo de mostrar a aplicação metodológica da Crítica Textual apresentada por Spina (1970), Spaggiari e Perugi (2004), Cambraia (2005), Azevedo Filho (2006), sua relevância para estudos que utilizam o documento antigo (manuscrito ou impresso) como objeto de investigação. Foram traçados seu percurso histórico, sua definição e os tipos de edição crítica, além de demonstrar suas características, diferenciando-a de outras ciências documentais, como é o caso da Filologia, que, às vezes, se confundem como se tratassem da mesma coisa. Expõe-se também a aplicação metodológica da edição semidiplomática, trazendo à tona a concepção pela perspectiva etimológica, acompanhada de um breve histórico do seu surgimento, traçando os caminhos percorridos até os dias de hoje, apresentados nos trabalhos de Acioli (1994), Cambraia (2005) e Berwanger e Leal (2008).

No segundo capítulo, foi apresentada uma discussão acerca dos aspectos históricos da cidade de São Cristóvão, explicitando sua importância e de Igreja Matriz no contexto religioso, cultural e político de Sergipe. Também foi abordada a questão do patrimônio histórico-cultural de São Cristóvão, trazendo à tona termos com pouca familiaridade no que se refere às políticas de gestão de bens materiais e imateriais do Brasil, como é o caso do Instituto de Patrimônio Histórico e Nacional – IPHAN, explicando a sua forma de atuação no Brasil e, especialmente, em São Cristóvão/SE. Nesta seção foi elaborado um quadro contendo a relação de alguns bens tombados em São Cristóvão, além de mostrar fatos curiosos sobre esses bens. Também são citadas manifestações culturais que envolvem eventos religiosos, como as festas em homenagem aos santos que estão ligadas a outras tradições como a culinária e as danças, inspiradas na mistura de culturas entre aqueles que habitaram o território sergipano nos primórdios de sua formação. Apresentaram-se, na visão de Paes (2004), o conceito e a função dos arquivos, em especial, os paroquiais e como eles podem proteger e transmitir as ações praticadas pelas sociedades, ao longo dos tempos. Através das colocações de Bellotto (2002, 2004), pode-se compreender o verdadeiro sentido de suporte documental, auxiliando na caracterização do tipo documental específico, assentamentos de batismo, diferenciando-os dos demais tipos, além de desenvolver critérios que conduzem à afirmação das análises tipológicas. O aporte teórico que fundamentou este capítulo volta-se para os conceitos tratados nas obras de Nascimento (1944), Tânia Silva (1985), Wynne (1970), Eliane Carvalho (1989), Vilela e Silva, (1989), Wehling (1994), Sebrão et al. (2003) e Mitarraquis (2010) sobre os aspectos do Brasil e Sergipe Colonial; Thomaz (2010), Santos (2012), Menezes (2014), IPHAN (2015) abordam a respeito do patrimônio histórico-cultural imaterial; Marcilio (2004), Silva Junior (2009), Braga e Pires (2012), Joceneide Cunha (2013) retratam sobre os registros paroquiais, sua estrutura e o que trata o conteúdo.

O terceiro capítulo evidenciou, nos antropônimos coletados, que existem fortes relações e influências da instituição religiosa, a Igreja Católica, na comunidade de São Cristóvão, no período (1883 – 1910). Esse item analisa de que maneira a ideologia e o discurso religioso interferiram na vida das pessoas, na sua maneira de agir e pensar sobre as coisas, utilizando-se da linguagem como mecanismo mediador entre essas instituições religiosas e o povo, percebendo-se, através dela, a manipulação que resultou no domínio, controlando os indivíduos desde o vestuário até o pensamento e a expressão de suas ideias. Serão abordados os conceitos de ideologia e seu papel no processo de nomeação dos

neonatos, além de fazer um apanhado histórico do contexto religioso em Sergipe, no município em questão. Abordam, ainda, os apontamentos da Onomasiologia, ciência que investiga os significados das coisas e dos nomes, refletindo no método filológico de associação de Palavras e Coisas, em que o léxico remete à realidade do ser humano. Para fundamentar as reflexões sobre ideologia, linguagem, discurso e domínio no contexto do poder simbólico, importa recorrer a teóricos aqui citados: Althusser (2007), Bakhtin (2007), Carvalhinhos (2007), Fiorin (2007), Dick (1997; 1998) Francisco Martins (1991), Bourdieu (1989; 2004), Betto (1981), Guérius (1981).

No capítulo quatro, deu-se importância aos suportes manuscritos, por serem instrumentos de estabelecimento da memória escrita, demonstrando a importância de preservá-los e de mantê-los guardados com todo cuidado, pois é essa uma forma de compreender a história do homem. Outro ponto relevante é a descrição do material e dos instrumentos utilizados na escrita dos manuscritos paroquiais, demonstrando, segundo as leituras das obras dos autores Cojureira (1971), Wilson Martins (1996), Lyons (2011), Guarido (2012), um pouco sobre as origens do papel, da tinta, por exemplo. Para aprofundar a reflexão acerca da importância da preservação e conservação dos suportes documentais, foram utilizados ainda Milevski, (2004), Dias e Naves (2009), Antunes (2010), Spinelli et al. (2011). Ainda neste item, foram apresentadas as análises constantes no *corpus*, bem como a edição de partes dos documentos recolhidos, explorando os dados e apresentando-os ao mesmo tempo em que se aplicaram as teorias.

As técnicas de edição realizadas nos documentos deste item teve base nos princípios das Normas Técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos, de 1993, confrontando-as com as edições realizadas por Cambraia (2005). Ao total, colocaram-se à disposição doze fólios, mesclando-se entre os três livros de batizado usados nesta pesquisa, mostrando o método da edição semidiplomática, sendo compilados em ordem crescente de ano.

E, por fim, na última seção, Considerações Finais, elencaram-se os principais resultados desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 - A CRÍTICA TEXTUAL COMO METÓDO DE SALVAGUARDAR O PASSADO: CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS

“A escrita não é somente um meio de fixar a palavra, ou uma espécie de linguagem visual permanente; ela é a explicação do progresso do espírito humano, pois contribuiu para acumular e transmitir experiências”.

(Acioli, 1994, p.18).

Se o homem, enquanto ser social, sofre influência de toda ordem, importa compreender como tais agentes se refletem no discurso por ele produzido. Os registros documentais, uma forma de discurso, podem dar testemunho da ideologia que por eles perpassa. Funcionam como bens preciosos, pois, além de preservar um legado proveniente de outras gerações, possibilitam analisar as concepções de uma instituição, de um contexto, que explicam os fenômenos sociais na atualidade.

Dias e Naves (2009) pontuam para a importância dos documentos no entendimento da história, pois, através do seu conteúdo, se pode enxergar a maneira como as sociedades viveram, identificando como se relacionavam e de que forma agiam e exerciam suas atividades. Os conteúdos também são essenciais para a análise linguística, que se ocupa da linguagem, já que ela transmite as informações. Ainda, para os autores,

[...] o homem vem exercitando suas faculdades de agir sobre o meio ambiente e de transformá-lo. A partir de determinado momento de sua história, desenvolveu também a capacidade de elaborar registros documentais dessas e de outras ações, o que certamente foi motivado pelo reconhecimento da importância que esses registros poderiam ter, principalmente como meio de transmissão das informações neles contidas para outras pessoas, outros lugares e outras épocas (DIAS; NAVES, 2009, p.13).

Dessa forma, percebe-se que a necessidade humana de anotar suas ações e a importância de preservar os fatos são práticas essenciais para manter intactas as informações e compreender a cultura de um grupo social.

Nesta perspectiva, este capítulo volta a sua atenção para a análise textual dos registros paroquiais, objeto de estudo em que se procurou verificar a influência da igreja católica no ato de nomear as pessoas. Contudo, um problema de ordem redacional dificultou a anotação de maior número de abonações, haja vista que, à época do assentamento dos dados, não era costume especificar dia, mês e ano, garantindo a exatidão das informações.

Diante disso, observou-se, por exemplo, a anotação “baptizei solemnemente a Geminiano, ingenuo, crioulo, com um mez de idade⁵”. Este não é um dado preciso, muito embora se possa, ao fazer a contagem regressiva dos meses, chegar aproximadamente ao que busca esta pesquisa. Nota-se que o significado das palavras é preciso, traduzindo a realidade de uma época, neste caso, a condição social e a raça de Geminiano, filho de escravo, que foi batizado com apenas um mês, por isso, o uso dos termos “ingenuo” e “crioulo”⁶.

Lidar com documentos antigos requer o conhecimento teórico de certas disciplinas, como a Crítica Textual e entender o mecanismo metodológico de suas edições, no intuito de facilitar o trabalho de análise textual do material em apreço. Nesse sentido, acena Vera Acioli (1994, p.1): “para que o documento seja bem interpretado, é necessário que antes tenha sido bem analisado e criticado sob o ponto de vista paleográfico”. Na verdade, o que se busca com a leitura dos manuscritos não é apenas entender o seu conteúdo, mas compreender a sua estrutura e quem os produziu, pois traz à tona o legado proveniente de outras gerações, os fatos e a memória de um povo, como também a ideologia proveniente de uma instituição, no caso, a religiosa.

O trato com documentos tem profunda relação com o domínio das letras. Não fosse a contribuição da escrita, seria quase impossível registrar e preservar dados importantes. Compreender o *documento*, (em sua base latina *documentum*, *i*), é perceber a sua natureza, de conteúdo informacional, tendo como suporte, no caso desta pesquisa, o códice diplomático⁷.

Os documentos podem se apresentar em variados suportes, podendo conter todo tipo de dados, porém, o mais importante a ser considerado é o seu conteúdo, seu assunto, já que é por meio dele que se identifica a tipologia e, dessa forma, define-se o seu padrão textual. Assim, os documentos, segundo traz Bellotto (2002), são considerados por sua forma e conteúdo como

uma união indissolúvel entre informação/informações e suporte, [...] a informação tem seu texto presidido por um “modelo”. Por isso mesmo ele vem veiculado na espécie documental, que molda o texto segundo a sua natureza e a categoria do conteúdo que se quer transmitir (BELLOTTO, 2002, p.22).

⁵ **Livro de batizado** nº 03, verso da página 50, ano 1884. Paróquia da Igreja Matriz de São Cristóvão/SE.

⁶ Os termos ‘ingenuo’ e ‘crioulo’ serão discutidos mais adiante, no capítulo 4.

⁷ Termo usado pela Heloisa Bellotto para classificar a tipologia do livro paroquial.

Em contrapartida, Conjureira (1971), apresenta o documento como “testemunhos”, pois a escrita é reconhecida como a prova que revela situações de uma dada época, preservando detalhes sociais, culturais e também linguísticos do homem, garantindo que os conhecimentos sejam passados continuamente através dos tempos.

Os documentos podem se caracterizar como público, jurídico e privado. Isso é devido à sua proveniência, pois cada texto tem a função de atender um propósito. A diferença entre eles será reconhecida pela especificidade do padrão da escrita e elementos especiais podem aparecer no decorrer do texto para facilitar a identificação. Na visão de Bellotto (2002), os públicos, de caráter oficial, dizem respeito àqueles registros produzidos por pessoas e instituições que exercem autoridade, como a igreja Católica, governo ou administração, entre outros, tendo por exemplos as licenças, documentos administrativos, em que se note o acompanhamento de selos, carimbos e assinaturas. No entanto, a depender da natureza do assunto, esses documentos também são reconhecidos como jurídico. Já os privados apresentam características diversas, sendo, no geral, aqueles criados por pessoas anônimas, podendo apresentar procedências e assuntos variados.

Esta classificação é fundamental para a realização do trabalho de análise nos textos investigados. Os códices diplomáticos, segundo Bellotto (2004), são aqueles livros produzidos nas paróquias. São chamados diplomáticos porque durante muito tempo, esses livros serviram como documento oficial, representando a função de tabelionato no Brasil até 1889. Por esse motivo, os livros de batizados, aqui em pauta, cabem na classificação de públicos, jurídicos e privados. Públicos e jurídicos porque eram produzidos por uma instituição com poder jurisdicional, que funcionava como cartório e por serem os assentamentos paroquiais uma forma de comprovar os fatos, de serem a única forma de registro nominalístico conhecida na época e, privados, por serem frutos de uma sociedade.

Por essas características e pela função que apresentam, esses livros têm um valor imensurável para a comunidade sergipana, pois contam a sua história. Desta forma, outros fatores devem ser levados em consideração, a sua preservação e conservação, afinal, esse conjunto orgânico se constitui em fonte de informação. Preservar é essencial não apenas no sentido de manter esses materiais guardados, mas para se compreender o funcionamento de uma instituição e os motivos que a levaram a produzir tais suportes. Conservar é também tarefa importante, pois o que se busca é dar continuidade à vida útil desses materiais. Mas, para assegurar a manutenção, conservação e preservação da memória coletiva, também se

deve recorrer à teoria e à metodologia científica da edição textual, pois a finalidade é facilitar o entendimento do texto, atualizando a linguagem.

1.1 As ciências documentais

Desde a Antiguidade o manuscrito passou a ser objeto de estudo e de análise, sendo a finalidade, neste período, de conservar o conteúdo do texto para estudá-lo e entendê-lo. Na Idade Média, porém, a análise textual serviu apenas para avaliar minuciosamente a sua veracidade; isso se deu até o século XVIII, quando se desenvolveram técnicas de análise crítica. Sobre isso Ilari (2006) assevera que

[...] muitos estudiosos vinham-se dedicando ao trabalho de estudar textos da antiguidade clássica, uma tarefa que exigia, além de conhecimentos técnicos (por exemplo, de edótica e diplomática) indispensáveis para restabelecer o texto em sua forma original, a capacidade de manipular informações extremamente variadas sobre a época a que se referiam os documentos e um domínio muito grande das línguas antigas (ILARI, 2006, p.17).

No século XVIII em diante, as investigações no que se refere à constituição do texto foram se desenvolvendo, surgindo novos métodos de análises, cumprindo novas necessidades e objetivos, além de tradução, cópia e legitimidade do documento. O intuito principal é entender o que está explicitado nos textos, mas, para isso, eles deviam passar por tratamento nos suportes desenvolvendo, assim, as práticas de edição. Diante dessas necessidades, com o passar do tempo, surgiram ciências que lidam diretamente com o suporte documental, como a Filologia e a Crítica textual. Tais disciplinas analisam o conteúdo dos documentos e seus elementos estruturais. Todavia, as ciências podem confundir em razão de se achar certa semelhança na utilização de seus métodos. Dessa forma, fez-se necessário definir a natureza delas, traçando os seus objetivos, demonstrando seus métodos, a fim de facilitar a compreensão sobre suas aplicabilidades.

Abordar sobre tais ciências é fundamental para a compreensão da metodologia desenvolvida neste trabalho, pois o objeto de estudo, o documento antigo, apresentou em determinados momentos um sistema de escrita de difícil interpretação, por isso, saber o funcionamento técnico de uma edição textual, sua base teórica e o contexto histórico que deu origem a essa prática é um dos temas tratados nesta dissertação.

À guisa de ilustração, fez-se necessário conceituá-las. A primeira delas, a Filologia, termo que, etimologicamente, vem do grego, expressa o “amor ao conhecimento” e, pelo latim, remete a instrução, erudição. É uma ciência antiga que investiga a história e evolução das línguas, as mudanças nos seus aspectos estruturais e semânticos, tendo como *corpus* o texto escrito, podendo este ser ou não antigo.

Segundo Rosa Carvalho (2003), atualmente, a filologia segue duas divisões: uma está voltada para a análise da língua, que investiga a família de uma determinada língua e, por esse motivo, o termo filologia pode ser reconhecido também como Linguística Histórica; e a segunda – Crítica Textual – refere-se à investigação do texto, que se utiliza dos métodos científicos, como as técnicas de edições, com o intuito de estabelecê-lo.

Os estudos científicos da Filologia possibilitam o entendimento de uma sociedade em determinada época. Por isso, ter o conhecimento dessa disciplina e sua aplicabilidade, conhecendo seu percurso histórico que vem desde a Antiguidade clássica até os dias atuais, é imprescindível porque faculta compreender o modo como uma dada população se desenvolve e se expressa. Dessa forma, observa-se que a filologia teve várias formas de entender e analisar o funcionamento da escrita, desde o seu surgimento até como é compreendida hoje. Isso chama a atenção para o fato de que, durante sua evolução, o termo foi apresentando diversos significados, a partir da função que desempenhasse, tornando-a, pois, polissêmica.

Na tentativa de buscar um entendimento acerca da concepção do termo ‘filologia’, mostrando essa variedade de sentidos, apresentar-se-ão conceitos apontados pelos autores Houaiss (2001) e Azevedo Filho (2006):

Em Houaiss (2001), por exemplo, apresentam-se quatro acepções para a filologia, mas, agora, na perspectiva evolutiva, desde a Antiguidade aos dias atuais:

- 1** Estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos.
- 2** Estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos.
- 3** O estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p.ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica.
- 4** Estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.).

Por sua vez, no sentido crítico, Azevedo Filho (2006) a define como

[...] a ciência que se volta, deliberadamente, para a análise e compreensão dos textos, no caso recorrendo a critérios que melhor possam aproximar um texto à última vontade consciente de seu autor (AZEVEDO FILHO, 2006, p. 16).

Dessa maneira, observa-se que, em tal critério, a disciplina é definida pela função que exerce, já que seu objetivo é a análise do texto, para interpretá-lo, utilizando-se de um procedimento prático no intuito de buscar com precisão entender o sistema linguístico, mas principalmente, entender o contexto em que foi criado e porque ele foi produzido. Trata-se, para Carvalho (2003), de uma relação “dependente” entre o objeto, o texto e a metodologia, a edição, em que um auxilia o desenvolvimento do outro.

Seguindo o mesmo fundamento, aparece a Crítica Textual, disciplina ligada à filologia, sendo a sua parte prática. A função principal da crítica textual é restaurar o patrimônio documental, resgatando os testemunhos e a história de uma época. A sua metodologia consiste no exame minucioso do texto, podendo o conteúdo ser de natureza variada. Seus métodos seguem critérios científicos específicos com fins de recuperar o conteúdo do texto para mais próximo do original, além de atualizar a linguagem, bem como identificar a sua autoria, tornando-o compreensível.

Cambraia (2005, p.13, grifo do autor), citando Houaiss (1967), Azevedo Filho (1987) e Spina (1994), traz a definição desta disciplina, dizendo que o vocábulo é usado “[...] em língua portuguesa como designadora do campo do conhecimento que trata basicamente da *restituição da forma genuína dos textos*, [...] de sua *fixação* ou *estabelecimento*”. Desta maneira, observa-se que, na Crítica Textual, o crítico analisa as condições do texto, fazendo as modificações pertinentes e verificando a presença de ‘erros’ (variantes), procurando corrigi-los.

A filologia e a crítica textual estão fortemente relacionadas entre si, visto que a primeira possui a posição mais elevada em relação às demais, pois ela é a mais antiga. Já a Crítica Textual faz parte da Filologia, sendo a sua parte aplicada. A filologia empresta, portanto, seus fundamentos teóricos, para aperfeiçoar os procedimentos técnicos voltados exclusivamente para o estabelecimento do texto.

Essa relação existente entre essas ciências pode ser resumida em Azevedo Filho (2006), quando expõe:

a edição crítica é tida como operação inteiramente indispensável à perfeita compreensão de um texto, com segura base filológica, pois a Filologia é a ciência que se volta, deliberadamente, para a análise e compreensão dos textos, no caso

recorrendo a critérios que melhor possam aproximar um texto à última vontade consciente de seu autor (AZEVEDO FILHO, 2006, p.16).

A análise crítica e a edição, para Cambraia (2005), podem contribuir com as investigações de diversas áreas do saber, principalmente nas áreas de língua e literatura, que têm no texto o *corpus*, principal fonte de informação. Dessa forma, segundo o autor

[...] no domínio dos *estudos linguísticos*, os textos escritos, não raramente, são utilizados como *corpus*, isto é, fonte de dados para o conhecimento da língua. [...] Já no domínio dos *estudos literários*, os textos escritos são ainda mais essenciais, já que são a principal forma de expressão da literatura (CAMBRAIA, 2005, p. 20-21).

No tempo antigo, época do desenvolvimento cultural, a filologia aponta seus primeiros passos, num momento em que os intelectuais buscavam nos textos mais antigos fontes essenciais de informação, para obter mais conhecimento. Nos centros culturais, a leitura que se fazia dos textos, em sua maioria, obras de autores clássicos, era discutida e as histórias ali documentadas eram interpretadas. Toda a atividade dos centros girava em torno da discussão de diversos temas. O intuito, segundo Spina (1977), era transmitir e conservar o conteúdo destas obras, mas os filósofos e eruditos (estudiosos da época) depararam-se com algumas dificuldades de leitura. Dessa forma, sentiram a necessidade de recuperar os textos, tendo como finalidade tornar as palavras conhecidas, estudá-las, analisá-las, a fim de, discuti-las.

Para facilitar a leitura do texto, nessa época, foram desenvolvidas técnicas de reparação em partes do suporte, surgindo, pois a ecdótica. O termo ecdótica, etimologicamente, significa ‘arte de publicar’. Quando da sua origem, ela foi tratada apenas como um método de recuperar a informação, através de cópias, correções nas palavras, por exemplo. Contudo, na atualidade, tornou-se uma ciência com sua teoria e prática próprias, estando atrelada à Crítica Textual, sendo específica no trato com análise e edição de textos literários (SPINA, 1977).

Dessa feita, entende-se que a Crítica Textual tem como parâmetro metodológico, antes de editar um documento, conhecer a natureza deste, a fim de aplicar a técnica mais adequada, podendo ser, a ecdótica, a paleográfica, entre outras.

O intuito é mostrar as diferenças entre as ciências, como discriminadas acima, uma vez compreendidas, parte-se então para a apresentação breve da trajetória histórica da ciência Crítica, mostrando a sua divisão, os tipos de edição, em especial, a edição semidiplomática.

Historicamente, segundo Rosa Carvalho (2003), a Crítica Textual pode ser dividida em três modalidades: Tradicional, Textual Moderna e Genética. Na fase tradicional, ela se define como o método aplicado para recuperar os textos. Primeiro se fazia cópias diretamente dos originais, buscando excluir partes que apresentassem trechos incorretos, após as correções, faziam-se anotações, tabelas com as palavras e seus significados, também se verificavam sua veracidade e autoria, finalizando em um novo texto. Já a modalidade Textual Moderna investiga os documentos que tenham à disposição os originais, os procedimentos técnicos, nesta fase, submetiam os documentos a uma comparação entre as diversas cópias de um mesmo texto, após as avaliações, verificava-se qual dos textos estava mais próximo daquele cujo autor desejava expressar. Enfim, no que tange à Crítica Genética, vê-se o empenho em averiguar a origem criativa de uma obra, fazendo comparações de todo material escrito e utilizado por seu criador, podendo estar entre as notas, rabiscos, textos etc.

O método de edição, como lembra Cambraia (2005), vai depender de muitos elementos: do suporte, da escrita e da reestruturação do texto, podendo apresentar a seguinte classificação: atualizada, clássica, crítica textual, crítica genética, paleográfica, fac-similada, diplomática, entre outras; geralmente são escolhidas conforme a tipologia do texto.

Sabendo desta classificação, na análise realizada nesta dissertação, deu-se preferência ao tipo semidiplomático, pois os documentos utilizados possuem um caráter oficial, em que se observou uma série de abreviaturas, que, muitas vezes, podem confundir a leitura. Dessa forma, a utilização desse tipo de edição permite maior liberdade no manuseio do profissional que lida com tais espécies documentais, para desdobrar as abreviaturas, por exemplo, facilitando o entendimento das palavras.

1.2 Breve história da Crítica Textual

A prática de editar textos surgiu no tempo antigo, quando os primeiros filólogos gregos preparavam os textos com a finalidade de estudá-los, aplicando métodos, mediante os quais auxiliavam a percepção dos seus conteúdos, facilitando os comentários e discussões que faziam acerca de diversas tipologias textuais, sobretudo as obras literárias. Ao que parece, a ecdótica ensaia seus primeiros passos logo após o surgimento da filologia, momento em que se buscavam, através das leituras, inspirações para novas criações.

Para os autores Spaggiari e Perugi (2004, p. 24), as atividades filológicas sempre tiveram a única função de “reconstituir o original perdido, ou um texto de qualquer maneira fidedigno”. Isso se processou conforme os propósitos dos homens durante o percurso da história, em que as maneiras de analisar textos foram sendo adaptadas, moldadas, atribuindo a elas diferentes denominações: ecdótica, diplomática, crítica textual, distinguindo-se, porém, pelos tipos materiais e objetivos que se pretenda alcançar.

De acordo com Spina (1977), a Ecdótica, por exemplo, deu início aos métodos de análise de textos, no período Tradicional, sendo seu marco os trabalhos desenvolvidos pelos primeiros diretores da Biblioteca de Alexandria, que, segundo os autores Reynolds & Wilson (1995, p. 15 – 55 apud CAMBRAIA, 2005, p. 40), exerceram forte influência, repercutindo nas atividades analíticas que se desenvolviam na Grécia. Para eles, os alexandrinos “não apenas fixaram a forma dos textos de autores comumente conhecidos, como também se empenharam na imposição dessa como fonte para cópias posteriores”.

A Ecdótica teve papel fundamental nas análises de muitas obras produzidas na Grécia, principalmente, no período alexandrino, época em que a cultura grega chegou ao seu apogeu e as atividades de edição se desenvolveram conforme a necessidade de leitura e interpretação do conteúdo dos textos clássicos (SPINA, 1977).

As obras serviriam para outros fins que não apenas à leitura e discussão temática; elas ajudariam principalmente as escolas, funcionando como ferramentas de ensino; além disso, incentivava-se a produção de novos textos entre os membros das comunidades e, por essa dedicação à leitura, nasceu a filologia (CAMBRAIA, 2005).

As análises textuais se iniciam na Grécia com os filólogos alexandrinos. Considerado o primeiro diretor da Biblioteca de Alexandria, o gramático Zenódoto de Éfeso (325-234 a.C.), dedica seus estudos, tendo nas obras do poeta Homero, seu objeto analítico. Outros gramáticos merecem importância pela magnitude dos trabalhos de recuperação de textos de tipo ‘clássicos’, como: Eratóstenes de Cirene (236-194 a.C.) e Aristarco da Samotrácia (216-144 a.C.). Nos trabalhos desses estudiosos, de acordo com Cambraia (2005, p.40), já se visualizavam regras de edição, principalmente, quanto ao sistema utilizado em sinais e comentários. Em Roma, para Spina (1977), as práticas se desenvolveram com maior afinco devido ao estudo que se fazia de gramática. Era um estudo fundamentado nos princípios alexandrinos, notando-se certa organização e divisão nas análises textuais: leitura, interpretação, averiguação de partes que não expressam muita clareza, correção dessas partes

e, por último, as notas e ponderações. O precursor dessa atividade foi Tiranião de Amiso, sendo a dedicação ao ensino, uma de suas principais tarefas. Como ferramenta de trabalho, ele utilizava, como a maioria dos estudiosos, os textos literários para facilitar a instrução; porém, para isso, ele desenvolveu um método que tornasse a leitura mais atrativa. Esse método, segundo informa Spina (1977), foi dividido em quatro procedimentos:

[...] a *pertractatio*, isto é, o estudo assíduo, que conduz à inteligência crítica dos poetas; a *história*, ou seja, a explanação de todas as noções sugeridas pelo conteúdo; a *interpretatio* das palavras, que correspondia às chamadas *glosas* da filologia alexandrina, em que as palavras eram estudadas nas suas formas dialetais e no seu significado; e finalmente o *sonus*, som, querendo referir-se com isso à harmonia poética da expressão literária, verso ou prosa (SPINA, 1977, p.63).

Ainda em Roma, outros nomes destacam-se: Marcos Terêncio Varrão (116-27 a.C.) e Valério Probo (20-105 d.C.), que para Spina(1977), voltam para as atividades de análise ligadas diretamente ao estudo da organização formal da língua, estando atentos às mudanças ocorridas no seu sistema e no sentido das palavras.

No começo da alta Idade Média, as edições têm nos textos litúrgicos seu objeto de análise, tendo o contexto religioso como seu principal difusor. Cambraia (2005), refere-se a Orígenes como o introdutor dos fundamentos críticos da atualidade, procedendo ao estudo do Antigo Testamento, em que fazia comparações entre os textos, verificando os erros e finalizando com traduções. Nesta fase, destaque para São Jerônimo, sendo um dos nomes mais conhecidos do mundo religioso com o trabalho de edição da Bíblia, traduzindo-a para o latim, cuja denominação ficou conhecida como ‘Vulgata’.

No período entre o Renascimento até o século XIX, as edições se difundiram mais na Europa, destacando-se na Itália. Os trabalhos consistiam na edição de textos bíblicos, tanto gregos como latinos utilizando, como parâmetro, o *Novo Testamento* e outros, de teor literário. Na Itália, apareceram os estudiosos Petrarca, Boccaccio e Erasmo de Rotterdam. Em outras regiões, como a França, Henri Étienne, Lambin e Scaliger editavam textos de língua grega, latina e hebraica. Na Suíça, Jean Le Clerc oferece um manual publicado com o título de *Ars critica*, sendo seu conteúdo fundamental para os estudos de edição, com critérios mais elaborados (CAMBRAIA, 2005).

Mas é na Alemanha, com Karl Lachmann, que a edição se constitui num novo método de restabelecimento textual, denominado de crítica moderna, que, de acordo com Cambraia (2005, p.51), “estaria dividido em duas partes: a *recensão* (lat. *recensio*) e a *emenda* (lat.

emendatio)”. A formulação desse método e a apuração do texto tiveram sua base em textos antigos. Seu trabalho de editor garantiu-lhe o título de fundador da edição crítica moderna. O método, de caráter mecânico, consistiu seguiu certos critérios: primeiro se verificavam os originais e cópias, tanto manuscritas como impressas de uma mesma obra, depois se fazia a separação de todos os textos, identificando-os conforme o tipo, organizando-os em árvores (estema), fazendo comparações entre eles e ordenando-os por letras. Passadas essas etapas, verifica-se se há erros; havendo, procura-se corrigi-los, porém deveria recorrer a textos em bom estado, para então finalizar com uma nova edição (SPINA, 1977; CAMBRAIA, 2005).

Em Portugal, essa metodologia despontou somente no séc. XIX e foi fundamentada no método de Lachmann, porém, nesse período, as edições não foram elaboradas com precaução, pois os interesses dos estudiosos era o de leitura. Isso pode ser afirmado em Cambraia (2005, p. 55-56), acenando “que não parece ser possível falar-se em grandes “escolas” em termos de prática de edição de textos em língua portuguesa no mundo lusófono”. A obra de Francisco Adolfo Coelho, *A Língua Portuguesa: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*, foi consagrada como o ponto inicial das atividades críticas. Os trabalhos de edição eram voltados para “modernizar o texto”. Surgiram, todavia, outros editores que desenvolveram trabalhos notáveis, como é o caso de Luís Filipe Lindley Cintra, Epifânio Augusto da Silva Dias, José Leite de Vasconcelos etc (SPAGGIARI; PERUGI, 2004).

Por fim, no Brasil, o nome mais relevante foi Emanuel Pereira Filho, ocupando-se da edição das obras de Camões. Os estudos de crítica se aprofundaram na investigação da língua portuguesa e sua norma. Neste caminho, notam-se Aurélio Buarque de Holanda, Segismundo Spinna, Serafim da Silva Neto, Antônio Houaiss, entre outros (SPAGGIARI; PERUGI, 2004).

1.3 Edições e tipologias

Observa-se, em sua evolução, que a edição pode ser dividida em dois períodos: da Antiguidade até o Renascimento e do século XIX até os dias atuais. Para os autores Spaggiari e Perugi (2004), no primeiro período, a prática de edição se desenvolveu mediante a utilização do sistema de sinais. O intuito dos estudiosos era encontrar e corrigir os enganos nos textos, possibilitando, dessa forma, o seu entendimento. Nas práticas de edição da Antiguidade, os filólogos, além de fazer as correções, incluíam notas com comentários acerca das palavras e

de seus significados e, por fim, na Idade Média, tinha a função de garantir a veracidade documental.

A segunda fase se inicia no século XIX, com a metodologia proposta por Karl Lachmann, em que a edição se apresenta mais elaborada, comparando os testemunhos entre si, realizando também a correção de erros nos textos. Sua proposta foi essencial para o desenvolvimento das práticas de edição modernas e atuais, sendo aperfeiçoadas ao longo do tempo, porém destinadas a edições de diversas tipologias textuais.

O objeto de análise dessa ciência, como já se afirmou, foi e sempre será o texto escrito, sendo que, para a preparação deste, o editor se preocupa, primeiramente, em identificar a natureza do documento, procurando examinar o texto, analisando estrutura e conteúdo, num processo regido por normas. Para Spina (1977, p.77), “editar um texto consiste em reproduzi-lo”, por isso, se faz necessário conhecer os diversos tipos de edições, que serão definidas mediante a forma de estabelecimento e reprodução dos documentos. Contudo, devem-se levar em conta, dois pontos: 1- Para quem se destina? Qual a finalidade da edição? e 2- Há outras edições do texto que se quer editar? São questões que devem ser respondidas, tanto para escolher o tipo de edição que se achar mais apropriado quanto para a análise propriamente dita.

As edições, levando-se em consideração as orientações de Cambraia (2005), podem apresentar, segundo a apresentação e interferência no texto, a seguinte classificação:

- *Fac-similada* – essa é uma edição que reproduz fielmente o texto, através da apresentação do tipo fotocópia, xerox, etc. Nota-se, neste caso, que o profissional não faz nenhuma intervenção no texto;

- *Diplomática* – traduz na cópia fidedigna o texto original, em que todos os sinais gráficos, incluindo as abreviaturas, são reproduzidos de forma literal. Geralmente, esse tipo acompanha a cópia de uma reprodução fac-similada e o grau de intervenção é praticamente zero;

- *Paleográfica* – traduz numa edição em que se pode modificar, excluindo qualquer dificuldade de leitura que seja causada pelos sinais presentes no texto. Ela está dividida em: semidiplomática, paradiplomática ou diplomático-interpretativa. O seu objetivo é tornar o texto compreensível para aqueles que têm pouca familiaridade com os caracteres aí apresentados, como, por exemplo, abreviaturas, que deverão ser desdobradas;

➤ *Interpretativa* – consiste na interferência máxima permitida para edição, pois, através dela, ocorre uma atualização gráfica da língua. O objetivo é avaliar o texto em sua estrutura vocabular, explicar as passagens que não estejam inteligíveis.

Outra característica pode ser visualizada nestes variados tipos de edição, podendo ter conceituação segundo a forma de estabelecimento em: edições monotestemunhais (um único depoimento é encontrado, tratando-se de um único exemplar) também são conhecidas como documentos primários e edições politestemunhais (em que apresentam mais de um testemunho). As primeiras estão constituídas nos quatro tipos acima citados, enquanto a segunda se apresenta do tipo *crítica textual e crítica genética*. Essas últimas se servem do mesmo método de análise baseado no sistema comparativo. A crítica textual se estrutura na comparação entre diversas cópias e edições de uma mesma obra. Já a crítica genética também utiliza o sistema comparativo, voltando-se para a comparação da obra e as notas, rabiscos que deram origem a essa obra. É essencial para reconstituir o processo de criação, a gênese textual (CAMBRAIA, 2005).

Diante destas informações, e se familiarizando com os termos e suas finalidades, percebeu-se nesta pesquisa que os textos avaliados se enquadraram no tipo monotestemunhal, pois se tratam de documentos únicos, caracterizados como primários, tratando-se exclusivamente do original, já que sua proveniência foi da paróquia.

Editar um texto, quer seja manuscrito, quer seja impresso, é a maneira de colaborar para a manutenção da cultura de um povo, traduzindo e atualizando sua linguagem, funcionando como mecanismo mediador na transmissão dos fatos de uma época.

A preservação de manuscritos tem sido uma prática difícil, considerando o tempo e o local em que se encontram esses suportes. Conservá-los significa impedir que fatores naturais, físicos ou mesmo o homem causem algum dano ou a sua degradação. Prolongar o tempo útil do material é fundamental para manter o conteúdo a salvo e a utilização de métodos científicos, como a edição semidiplomática, que ajuda a permanência das informações e lembranças dos antepassados.

Na análise realizada nos assentamentos de batizados, observa-se que, ao longo dos anos, eles se tornaram bens valiosos, pois abrigam um conteúdo de cujos testemunhos revelam a estruturação da sociedade de São Cristóvão.

Através da edição, prática indicada para reconstituição de textos, os documentos são submetidos a análises, em que se extraem os dados, com o objetivo de transmiti-los e torná-los públicos.

Na atualidade, essa técnica veio contribuir grandemente com outras ciências, principalmente, as que têm no texto escrito a sua fonte de informação, como é o caso da História, da Linguística, da Filologia, da Arquivologia, entre outras. A intenção de uma edição textual é tornar o conteúdo do registro acessível ao público; dessa forma, ela, além de preservar os testemunhos, possibilita o conhecimento da história das sociedades.

A edição semidiplomática se traduz em um método científico que possibilita a intervenção no desenvolvimento da reprodução textual. Para Cambraia (2005), ela auxilia a leitura, ao mesmo tempo em que se analisam todos os elementos gráficos do documento. Como informa Spina (1977, p.79) quando diz que a edição semidiplomática, por exemplo, “representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas”.

Neste caminho, buscando escolher um tipo de edição textual mais apropriado para o estudo de documentos paroquiais, fez-se necessário verificar a natureza e o material em que foram produzidos os textos. Para editá-los, antes de tudo, procurou-se verificar o estado físico em que se encontram, buscando de toda forma resgatar, totalmente, a sua integridade, para, então, reestruturá-los. No caso, trata-se de códices diplomáticos ou livros paroquiais, como é mais conhecido.

Os livros se apresentam em bom estado de conservação. Observa-se em sua estrutura características notariais, tendo caráter oficial, pois foram fornecidos por uma paróquia, que, na época em que foram redigidos, remetia à função de cartório.

O intuito de trabalhar com esta espécie documental foi observar como se deu o processo de designação de nomes próprios na comunidade são-cristovense e de que forma o clero fazia os registros das pessoas após a celebração do batismo, sendo possível captar a relação dos seus nomes influenciados por atos da Igreja Católica.

CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA POVOAÇÃO SERGIPANA – SÃO CRISTÓVÃO.

“[...], o fundamento da História, seu para quê mais profundo: dar sentido à vida pela compreensão de uma totalidade da qual fazemos parte; dar sentido social primeiramente à pequena comunidade que nos rodeia, depois à espécie humana como um todo e finalmente, num exercício de imaginação, à coletividade dos seres racionais e livres do universo”.

(Boschi, 2007, p. 25).

O surgimento das primeiras povoações no Brasil, como se sabe, foi fruto da ação dos portugueses de colonizar o território. Mas, para atingir tal propósito, iniciou-se o processo de ocupação, em que foram fundadas pequenas povoações e vilas, surgindo em seguida às capitanias hereditárias, concretizando a conquista. No entanto, essa conquista não ocorreu tão facilmente, pois os nativos (índios) resistiram ao máximo contra os invasores através de constantes batalhas.

Em Sergipe não foi diferente. As origens dos núcleos de povoamento foram também marcadas por lutas entre portugueses e índios pela posse de suas terras, ocasionando a quase extinção dos índios. Observa-se, porém, que o sucesso de conquista dos portugueses apresenta, segundo aponta Tânia Silva (1985), dois fatores importantes: um está ligado diretamente à questão econômica, com a criação de gado e nos engenhos a expansão da cana-de-açúcar, principal atividade, que favoreceu a ocupação; o segundo fator deve-se ao clero, pois suas ações foram fundamentais na concretização do processo de formação das comunidades, já que eles intervieram e mediarão as relações com a Colônia.

Ao longo desse processo, as povoações foram se desenvolvendo, estruturando-se, tornando-se posteriormente vilas, freguesias e cidades. Essa organização social se deu mediante a figura da Igreja, com sua representatividade simbólica e práticas de catequização e ensinamentos de Deus.

Em cada núcleo de povoamento, erguia-se uma paróquia. Dessa forma, a igreja poderia atuar da maneira que lhe convinha, pois ela detinha o poder jurídico e administrativo das colônias. Essa percepção é afirmada em Beto (1981, p.17) quando diz que “durante muito tempo, a única forma de organização pastoral era a paróquia. Ninguém pisa um pedaço de solo brasileiro sem pisar área de uma paróquia”, nesse sentido, percebe-se que as paróquias simbolizavam a autoridade administrativa e religiosa, além de limitar os espaços no Brasil.

A investigação do processo de formação brasileira, bem como a sergipana, é relevante para este estudo, pois traz a compreensão de um momento histórico, buscando explicar como

as comunidades surgiram e se estruturaram social e administrativamente, esboçando pontos relevantes da sua cultura, que ajudaram na caracterização da origem do município de São Cristóvão, apresentando os vestígios da cultura portuguesa, enraizados e representados pela instituição religiosa através dos monumentos, dos nomes de lugares, da influência na nomeação de pessoas, numa ideologia que dominou a mente do homem até os dias de hoje (WYNNE, 1970).

De acordo com Tânia Silva (1985), em Sergipe, esse processo de formação só teve início com a catequização dos índios, em 1575, quando os jesuítas, com o auxílio de soldados, aportaram em terra sergipanas, nomeando-a de Aldeia de São Tomé, que, posteriormente, foi denominada Villa Real de Santa Luzia, onde edificaram uma capela, sendo este lugar o ponto de partida da organização social.

A capitania de Sergipe, como já foi dito, estava submissa à capitania da Bahia, desde 1534. Por esse motivo, as atividades religiosas foram supervisionadas pelo bispado⁸ de Salvador até o ano de 1910, quando foi criada a diocese do Estado. Para Tânia Silva (1985), esse bispado administrava as ações da igreja em toda a Colônia, uma vez que ela detinha o poder administrativo-político e jurídico nos núcleos de povoamento e freguesias.

Em 1590, por ordem do rei espanhol Felipe II, as tropas do português Cristóvão de Barros invadiram o território, unindo-se a ele os jesuítas, representando os interesses da igreja na luta contra os índios. Porém, a ocupação no território só aconteceria em 1597, pois, nesse período, segundo afirmam Sebrão, Sobrinho et al. (2003), o território de Sergipe esteve abandonado, já que os donos de terras se preocupavam apenas com a criação de gado.

Por ter sido vitorioso, Cristóvão de Barros recebeu as terras, construiu um forte e uma capela, dividiu as terras entre amigos e familiares e, por influência da igreja, denominou a povoação conhecida como Vila Nossa Senhora da Vitória. Posteriormente, contudo, em sua homenagem, essa vila foi batizada com o santo que leva o seu nome, São Cristóvão, sendo ela a primeira capital de Sergipe (NASCIMENTO, 1981).

Segundo Andrea Silva (2010) com a extensão de terras em que estava localizada, São Cristóvão continuou sofrendo diversos ataques, principalmente, dos holandeses, fato que explica as diversas mudanças de localidade que ela sofreu, uma no século XVI e outra no século XVII, até se firmar no lugar em que está atualmente. Por conta de lutas travadas entre portugueses e holandeses, num período que durou mais ou menos 40 anos, verifica-se que São

⁸ De acordo com Houaiss (2001), o termo *Bispado*, se refere a uma extensão da administração eclesiástica.

Cristóvão sofreu bastante destruição, o que causou a alteração de algumas estruturas arquitetônicas da atual cidade.

No período colonial, a organização arquitetônica de São Cristóvão teve forte domínio do clero, já que a igreja se colocava em posição de regência, comandando a vida na comunidade. Por ter sido a primeira freguesia fundada, tendo sido criada por decreto real, ela se tornou a primeira capital da Capitania de Sergipe.

No decorrer do tempo, depois da destruição da freguesia pelos holandeses, São Cristóvão foi se recuperando aos poucos. A construção de novos monumentos religiosos e o trato com a cana-de-açúcar foram fundamentais para esse crescimento.

Em 1820, com o decreto assinado por Dom João VI, Sergipe se tornou uma província independente e desanexada da Bahia. Segundo Andrea Silva (2010), isso se sucedeu em virtude da sua participação a favor da causa do Rei e contra os revolucionários de Recife, na Revolução Pernambucana. Estando eles ao lado de outros provincianos, fortalecidos, conseguiram sair vitoriosos. Mas, a administração da Bahia ficou descontente com tal decisão e somente três anos depois de o decreto ter sido apresentado, cumpriu com o que foi mandado.

Para Andrea Silva (2010), o descontentamento da Bahia e sua reivindicação ao direito de permanecer com o território sergipano motivou o envio de tropas que invadiram São Cristóvão, levando preso o primeiro governador, Carlos César Burlamarque. Por conseguinte, em seu lugar, governou o general Labatut, num governo provisório, em que restabeleceu, posteriormente, a emancipação e independência de Sergipe, favorecendo ainda mais o seu crescimento socioeconômico e cultural. Em 17 de março de 1855, porém, por questões políticas e econômicas, Inácio Joaquim Barbosa, sendo neste período o presidente da Província, transferiu a capital de São Cristóvão para Aracaju, o que culminou em revolta e descontentamento dos são-cristovenses.

2.1 São Cristóvão e o seu patrimônio histórico-cultural

São Cristóvão, a primeira capital de Sergipe, foi palco de diversas atividades sociais, sofreu inúmeras batalhas. Sendo destruída, enterrou muitos mortos, na maior parte, inocentes, mas vivenciou um período de prosperidade, crescimento e expansão econômica, histórica e

cultural. A história desta cidade pode ser conhecida, em toda a sua extensão territorial, através das marcas deixadas pela cultura dominante portuguesa e de seus representantes, o clero, incorporadas ao longo do tempo por novos elementos.

O seu legado histórico e cultural está simbolizado nos seus monumentos religiosos, no nome da cidade, na organização das ruas, nos formatos dos demais edifícios, no nome das pessoas e das igrejas, nas artes litúrgicas, nos documentos e nas diversas manifestações de fé através de festividades, marcas deixadas pelos religiosos que ali habitaram. Ao longo do tempo, como todas as cidades, São Cristóvão foi se alterando e se adaptando a novas realidades. Sua importância se deve a todo esse universo simbólico.

Para Vilela e Silva (1989), a carga simbólica portuguesa é visivelmente representada no contexto histórico e cultural da cidade, que identifica uma sociedade constituída de elementos e valores incutidos por uma ideologia religiosa e dominante, em todo o seu conjunto urbanístico. Todos esses bens culturais refletem a história e a memória coletiva daqueles que contribuíram para a construção da herança de um povo, podendo ser definidos como patrimônio cultural.

Por memória, Chapouthier (2006) afirma ser uma condição do ser humano de armazenar na mente os conhecimentos do mundo que o cerca, suas vivências e experiências, o que concorre para a mudança no seu comportamento. Para ele, a memória também significa uma construção em tempo real, mas sua base são os fatos ocorridos em dado momento, sendo transmitidos de indivíduo para indivíduo, tornando, assim, a memória como um bem social e definindo-a como memória coletiva.

Ao abordar a temática da memória coletiva, não se pode deixar de fazer uma associação com o termo patrimônio, que abarca a cultura e a história das sociedades. Segundo Nunes (2007), patrimônio pode ser interpretado como

produto coletivo formado pelo conjunto das realizações de uma sociedade – casas, palácios, templos, saberes, fazeres – e que vem sendo construído ao longo da sua história. (NUNES, 2007, p.11).

Para a autora, o patrimônio reflete a identidade de um espaço, através dos costumes de um povo, caracterizando determinada comunidade. Diante dessa concepção, observa-se que a cidade de São Cristóvão se tornou um bem de valor inigualável no âmbito nacional por ser ela a quarta cidade mais antiga do Brasil, por ser a primeira capital de Sergipe.

O patrimônio cultural e histórico de São Cristóvão se caracteriza, como tipo material e imaterial, revelados através das atividades culturais expressas por essa comunidade. Para

Nunes (2007), o patrimônio material se refere às construções monumentais, toda espécie documental, às paisagens etc. Já o imaterial abrange todo tipo de manifestação artística, compreendendo crenças, pensamentos, criações literárias, rituais religiosos etc.

Todos esses elementos se constituem em bens de valor histórico, desvendando momentos da vida social do homem. Por esse motivo, preservar e conservar esses bens requer medidas de proteção.

Em São Cristóvão, a memória patrimonial pode ser ilustrada em sua arquitetura, que preserva as expressões de sua história, pois há resquícios de fatos desde o período de sua colonização, mormente os monumentos religiosos, num conjunto que envolve, por exemplo, a Igreja Matriz Nossa Senhora das Vitórias (1608), uma das primeiras construções erguidas na cidade; ao lado dela, a Santa Casa e a Igreja da Misericórdia (1690), um hospital vinculado à igreja, cuja função foi exercida até 1922, quando se tornou um orfanato dirigido pelas religiosas da Irmandade Imaculada Conceição (NASCIMENTO, 1981).

Antes de continuar enumerando os monumentos e edifícios construídos em São Cristóvão, fez-se necessário tratar acerca das ordens religiosas, pois elas atuaram fortemente no Brasil colonial. Essas ordens exerciam verdadeiro domínio nas comunidades, fato que é essencial conhecer, pois uma das suas atividades se refere às construções de capelas e igrejas.

Segundo informa Mitarraquis (2010), a instituição religiosa, no início da colonização, quando os portugueses aportaram em terras brasileiras, assumiu o papel de mediador da palavra de Deus. Os propósitos que deveriam atingir fizeram com que ela mantivesse forte relação com a coroa portuguesa. Mas o objetivo de sua missão foi incutir sua mentalidade por meio de sua doutrina, conferindo-lhe um poder que garantiu a ela, Igreja católica como religião oficial, exercendo a função administrativa, religiosa e jurídica nas colônias, povoações e freguesias, tendo chegado ao fim apenas com a Proclamação da República, em 1889.

Ainda afirma o autor que o clero do Brasil teve suas bases no modelo de Portugal. Desta forma, algumas ordens religiosas⁹ como os jesuítas, os franciscanos, beneditinos e carmelitas disputaram o seu espaço, o que permitiu desempenharem o ofício de educadores, bem como o direcionamento da fé. Porém, em Sergipe, essas ordens se estabeleceram entre os

⁹ Segundo Mitarraquis (2010), as ordens religiosas são instituições eclesiais fundamentadas na doutrina católica, tendo muitas vezes um caráter fechado, seguindo as ideias de algum religioso ou se espelhando na vida de algum santo.

séculos XVI e XVIII e eram mantidas com o dinheiro dos fiéis. O fato é que todas as ordens influenciaram e participaram ativamente do cotidiano em Sergipe.

O domínio que exerceram foi muito forte, notando-se sua influencia não apenas na educação, tendo contribuído também para a construção de templos. Em 1690, em São Cristóvão, conforme a ordem religiosa, outros edifícios religiosos foram sendo construídos, como é o caso da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, erguida pelos jesuítas no início do século XVIII, mas ficou inutilizada durante muitos anos, devido ao seu precário estado de conservação, voltando a funcionar após ser restaurada em 1996 (CARVALHO, 1989).

Outro monumento tido na atualidade como dos mais importantes em nível mundial é a Praça São Francisco, que abriga a Igreja e o Convento de São Francisco. Sua construção foi realizada pelos franciscanos, em terras doadas pelo senhor Bernardo Leitão. Foi criado em 1974, neste espaço, o Museu de Arte Sacra, que contém um acervo de 500 peças de caráter religioso, datadas dos séculos XVII a XX (CARVALHO, 1989).

Outro conjunto patrimonial bastante conhecido na cidade é o convento do Carmo e a Igreja da Ordem Terceira de Nossa do Carmo. São obras fundadas pelas confrarias carmelitas, em terreno cedido pelo rei, no final do século XVII. De acordo com Carvalho (1989), a Igreja da Ordem Terceira é também conhecida como Igreja do Senhor dos Passos, que mantém, até hoje, uma grande devoção popular. Importa ainda mencionar a igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, além de inúmeros sobradinhos, e mais antigas capelas em diversos povoados que pertencem à cidade.

Os monumentos históricos e seus bens materiais, segundo Alencar (2003, p.320 apud TORRES, 2014, p. 165), é uma “[...] tentativa de “contar” o passado adaptando-o à nova linguagem do presente”. Eles representam as lembranças históricas das civilizações, mesmo que sejam incrementados novos elementos em suas estruturas.

É o que ocorreu no Brasil. Todas as construções de capelas, igrejas erguidas e lugares sofreram influências culturais dos colonizadores, reconhecendo a tradição católica em todos os segmentos sociais, em especial, na designação de coisas, de pessoas e de lugares, geralmente ligados a eventos e santos religiosos.

Em Sergipe, por exemplo, a nomeação da freguesia seguia o que era sugerido pela capitania da Bahia. Foi o que aconteceu com a primeira matriz de São Cristóvão. Revelam

Sebrão, Sobrinho et al, (2003, p.41): “À primeira matriz de Sergipe, como se poderá saber, foi dado o nome da de Nossa Senhora da Vitória, que fora ereta, em Salvador, no ano de 1551”.

Ao que tudo indica, a primeira capelinha construída em São Cristóvão data de 1597, logo no início da povoação. Mas, devido às mudanças de lugares que a povoação foi sofrendo, a capela também teve seu lugar alterado. Em 1604, os jesuítas por ordem do Rei de Portugal, iniciou a construção de uma nova igreja em São Cristóvão, a matriz Nossa Senhora das Vitórias. Contudo, esse templo foi parcialmente destruído com a invasão dos holandeses, em 1637 (SEBRÃO, SOBRINHO et al., 2003).

Como era o costume, as paróquias celebravam suas atividades religiosas, como por exemplo, o casamento, o batismo e depois faziam os seus registros. Isso era necessário já que as informações deveriam ser passadas ao bispado. Esses documentos ficavam guardados na igreja, sob a vigilância dos párocos. Nossa Senhora da Vitória, por seu valor histórico, tornou-se um patrimônio tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN, fazendo parte todo o seu acervo material e documental.

O IPHAN foi criado em 1937, através da Lei nº 378, como uma instituição federal mantida pelo Ministério da Cultura. Sua função é administrar, orientando quanto às práticas de preservação e restauração de todo bem material e imaterial nos estados brasileiros, garantindo a proteção do patrimônio e a continuidade de sua memória.

Essa lei teve sua base confirmada na Constituição Federal de 1988, definindo o termo patrimônio cultural brasileiro, detalhando os tipos de bens culturais e históricos, estabelecendo o papel do governo e também da sociedade em assegurar que a sua história permaneça intata, lembrando-lhes a importância de se preservar os bens existentes em suas esferas.

A medida utilizada entre o IPHAN e o governo quanto ao levantamento dos bens acontece dentro dos três níveis do poder público: Federal, Estadual e Municipal, sendo denominada de tombamento e catalogando os registros em livros.

São Cristóvão, possuindo o *status* de cidade mais antiga de Sergipe, teve seu patrimônio tombado e registrado. A Praça São Francisco, por sua vez, foi registrada como Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas (UNESCO), em 2010 (IPHAN, 2015). Abaixo, é apresentada a relação dos bens tombados em São Cristóvão, suas esferas e o ano de seus registros:

QUADRO 1- RELAÇÃO DE BENS TOMBADOS

PATRIMÔNIOS DE SÃO CRISTÓVÃO	NÍVEL	ANO DO REGISTRO
Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias	Federal	1943
Igreja e Convento Santa Cruz e (Convento São Francisco)	Federal	1941
Igreja e Santa Casa da Misericórdia (Orfanato da Imaculada Conceição)	Federal	1944
Igreja e Convento do Carmo (Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo)	Federal	1943
Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (Igreja do Senhor dos Passos)	Federal	1943
Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Federal	1943
Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos	Federal	1962
Sobrado da Rua Castro Alves	Federal	1943
Sobrado na Praça da Matriz	Federal	1943
Sobrado da antiga Rua das Flores	Federal	1943
Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição.	Federal	1943
Conjunto Arquitetônico, urbanístico e paisagístico da Cidade de São Cristóvão.	Federal	1967
Cristo Redentor	Municipal	2009
A Praça de São Francisco	Mundial (UNESCO)	2010
Sobrado do IPHAN	Federal	1943
Museu Histórico de Sergipe	Estadual	2003
Engenho Itaperoá: capela de Nossa Senhora de Nazaré (ABANDONADA), em ruínas.	Estadual	1979

Fonte: IPHAN, 2015.

O quadro mostrou as construções mais importantes da cidade de São Cristóvão, as esferas competentes do governo que lidam com a sua proteção e o ano em que foram registrados nos livros de tombos. Pelo ano de registro desses bens, nota-se que as ações do IPHAN foram realizadas em pouco tempo desde a sua criação.

No que se refere ao patrimônio imaterial, nota-se em São Cristóvão a manifestação simbólica nas expressões festivas, como as apresentações de artes: dança, música, religião e também na culinária. Um exemplo que se pode citar é a festa do Senhor dos Passos, também

conhecida como festa da penitência, que acontece todos os anos, no período da quaresma. Essa tradição, segundo informa Santos (2012), teve início no período colonial, quando se achou uma imagem do Senhor dos Passos. Como a Ordem do Carmo assumiu a devoção, nada mais justo do que colocá-la no altar da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, que ficou conhecida como Igreja do Senhor dos Passos.

Além deste evento, ainda continua Santos (2012), São Cristóvão conta também com outra manifestação artística e religiosa, a Procissão dos Fogaréus e do Senhor Morto, tendo reforços na cultura africana, na expressão de suas danças como a Taieira, a Chegança (esta última dançada apenas por homens), Samba de Coco, Reisado etc.

Outra manifestação imaterial se observa na culinária, através da fabricação de comidas e doces como os *bricelets*, biscoitos feitos pelas religiosas e vendidos por elas no Lar Imaculada Conceição; outras especialidades como queijadinhos, bolachinhas de goma, licores de frutas, geralmente encontrados na Casa da Queijada, em frente à Praça Matriz; compotas de diversas frutas são feitas no povoado Cabrita sendo vendidas em vários lugares em Aracaju e em São Cristóvão, principalmente, nos dias de festas.

Dessa cultura, Menezes (2014, p.4) explica que “[...] os homens alimentam-se de acordo com a sociedade a que pertencem, uma evidência de que as escolhas alimentares são influenciadas pela cultura”. A autora chama a atenção para o fato de a gastronomia ser também uma forma de expressão cultural de uma comunidade, que traduz na comida todas as marcas históricas e sua identidade, ligando o passado com a manifestação popular, bastante influenciada pela tradição religiosa católica.

Diante dos fatos, entende-se que, para compreender todos os passos da fundação de Sergipe, bem como conhecer o histórico de sua primeira capital, São Cristóvão, sua cultura popular, é importante, antes de tudo, que o patrimônio se mantenha conservado, pois fornece subsídios relevantes nas investigações para o conhecimento social.

2.2 O arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Os documentos, patrimônio material, que ficam sob a guarda das paróquias estão mantidos e acondicionados nos acervos das secretarias administrativas. O acervo de Nossa Senhora da Vitória possui um conjunto orgânico que datam do início do século XVIII; percebem-se, porém, em alguns deles, as marcas deixadas pelo tempo, caracterizando-se nas

péssimas condições em que já estavam antes de serem transportados ao local onde está atualmente, podendo ser pelo manuseio indevido; aos agentes naturais, mas nada que os comprometa em sua totalidade.

Essas condições em que os documentos são expostos pode levá-los ao processo de degradação, afetando, sobretudo o documento manuscrito, por possui o material frágil e também do período em que foi escrito, causando o seu envelhecimento e, além deste, pode estar atrelado, à má conservação, contribuindo para a sua redução, tornando-os bastante frágeis e, muitas vezes, inacessíveis. Mas, qual a função de um arquivo do tipo paroquial?

Os arquivos, para Paes (2004), são locais escolhidos para guardar de forma organizada todos os documentos produzidos pelas pessoas durante suas atividades humanas, de forma que se possa consultá-los sempre que houver necessidade, já que os registros ali contidos são evidências de ações do passado. Um arquivo do tipo paroquial tem a função de manter protegidos os livros/códices diplomáticos e documentos que apresentam um teor administrativo, jurídico e informativo da vida religiosa das pessoas. Neste caso, os assentamentos de batizados de São Cristóvão testemunham as ações praticadas e empreendidas pelos padres católicos, desde o funcionamento da paróquia Matriz, enfatizando a forma de registrar o nome do indivíduo.

A paróquia Nossa Senhora da Vitória foi fundada em 08 de setembro de 1608, completando este ano 407 anos. Segundo Carvalho (1989) afirma, esse monumento teve sua construção decretada pelo Rei de Portugal, com a finalidade de funcionar como sede administrativa, cuja autoridade era exercida por um bispo, entregue à responsabilidade dos padres jesuítas.

Observam-se, na estrutura física da Igreja, traços e manifestações da cultura portuguesa, em estilo barroco, mas, curiosamente, manteve-se até a atualidade sua forma original. Sua fachada frontal apresenta cinco janelas pequenas, cinco portas e três colunas, sendo duas delas caracterizadas como torres sineiras de alta estatura, nas laterais, com azulejos brancos cravejados, com dois galos portugueses sobre elas e uma coluna de menor estatura no centro (CARVALHO, 1989).

Um elemento importante de sua estrutura chamou a atenção: os galos nas torres, símbolo da cultura portuguesa, confirmando desta maneira, sua influência e sua marca. Segundo Carr-Gomm (2004, p. 102), a figura do galo remete ao nascer do dia, mas na simbologia ele pode apresentar duas funções: 1- anunciar o dia e 2- ficar de sentinela, de

guarda, protegendo o lugar. Segundo a autora, “[...] Acreditava-se que era vigilante e, por isso, aparece em cataventos”. Já Lurker (2003) afirma ser o galo a representação da coragem: conforme a crença da mitologia grega e nas lendas que veicularam na Europa, as pessoas consideravam o seu canto tão poderoso, capaz de levar para longe os maus espíritos. Observa-se, porém, que esse costume se cultuava pela Europa, não só nos telhados das igrejas, como em São Cristóvão, também podia ser visto sobre as casas. Sobre isso, Lurker (2003) ainda declara

[...] O galo na torre da igreja tinha, inicialmente, função apotropaica (contra raios e granizo); tornou-se, mais tarde, no sentido cristão, símbolo da vigilância e arauto da verdadeira luz (=Cristo) (LURKER, 2003, p. 283).

Nas torres estão suspensos dois sinos e, na torre lateral direita, foi colocado um relógio. A coluna do meio apresenta um frontão triangular em forma de volutas ao redor e, acima dele, uma cruz de ferro. Já a estrutura interna apresenta bom estado de conservação, o chão revestido de azulejos portugueses, as paredes pintadas, recentemente, tanto nas cores branca e azul, mas a maior riqueza se volta para o altar-mor, tendo partes revestidas em ouro.

Desde a sua construção até os dias de hoje, a igreja passou por diversas reformas, onde foram feitos pequenos restauros, o que se nota nas pinturas nas paredes, denominadas de parietais, mas nada que comprometesse a sua originalidade (CARVALHO, 1989).

Figura 01- FACHADA FRONTAL DA IGREJA MATRIZ DE SÃO CRISTÓVÃO/SE.



Fonte: a autora, 2014.

Figura 02- PARTE INTERNA DA IGREJA MATRIZ DE SÃO CRISTÓVÃO/SE.



Fonte: a autora, 2014.

A importância dessa paróquia se centra no seu valor histórico, pois ela desenvolveu importante papel no crescimento e organização da comunidade sergipana, além de ser a primeira matriz do estado de Sergipe e possuir um pequeno acervo documental com informações importantes para a construção da história de Sergipe, sobretudo nos períodos colonial e imperial.

O referido acervo está localizado na secretaria paroquial ao lado da Igreja Matriz, e foi inaugurado em 1959. O fundo reúne um conjunto de livros e documentações manuscritas de assuntos variados, classificados em: livros de batizados, casamento, óbito, crisma, tombo, mapas populacionais, cartas oficiais etc. Tais livros foram escritos a mão e formam o acervo desta Matriz.

Na questão dos livros, o quantitativo soma cinquenta e oito (58), quarenta e um (41) de batizados, doze (12) de casamento, dois (02) de óbito, um (01) de crisma e dois (02) de tombo. A guarda desse material ficou a cargo da administração paroquial, estando tombados desde 1943 pelo IPHAN.

Figura 03 - SECRETARIA DA IGREJA MATRIZ.



Fonte: a autora, 2014.

No acervo, os livros foram colocados sobrepostos em estante de aço, fechada nas laterais e no fundo, com portas de chave na frente, conforme se percebe na ilustração a seguir. Esta medida foi adotada pela administração da secretaria, visando à redução do desgaste do material, prevenindo a sua deterioração, mas, acima de tudo, para proteger o seu conteúdo, uma vez que não pode ser acessado por qualquer um, apenas por funcionários autorizados. Essa ação, contudo, foi necessária, pois os livros mais antigos estão parcialmente deteriorados; dessa forma, é essencial que se tomem iniciativas no tocante à preservação, pois, somente assim, se pode prolongar a sua vida útil, mantendo a qualidade dos escritos e facilitando a leitura.

Preservar um documento que esteja parcialmente deteriorado é um dever que envolve a todos, principalmente quando esse bem se traduz num patrimônio de grande valor histórico. A preservação, para Spinelli et al. (2011, p.4), é “toda a ação que se destina à salvaguarda dos registros documentais”. Ela simboliza os procedimentos técnicos de conservação e restauração em favor da proteção dos registros e estendendo as suas instituições, buscando na gestão documental formas de garantir e impedir danos que prejudiquem o acervo bibliográfico. A Figura abaixo demonstra o acondicionamento dos livros paroquiais:

Figura 04 - ACERVO DA CÚRIA PAROQUIAL – IGREJA MATRIZ.



Fonte: a autora, 2014.

Esse tipo de proteção, para Spinelli et al. (2011), é uma ação utilizada nos acervos para impedir que os suportes antigos e degradados sofram mais danos do que apresentam. Depois de observar o estado físico do suporte, compreender os riscos iminentes que se apresentam, deve-se proceder de maneira que se respeitem suas propriedades físicas e históricas. Dessa forma, eles precisam ser preservados para servir como fonte de consulta e manter a memória dos acontecimentos naquele período da história da comunidade.

Outro aspecto importante para a preservação dos materiais acondicionados em acervos é o ambiente, que deve estar em excelentes condições de limpeza. Isso foi observando na Matriz, cujas instalações estão em bom estado e sua base física é mantida sempre limpa e arejada.

2.3 Registros paroquiais: os assentamentos de batizados em São Cristóvão

A investigação acerca dos registros tem suscitado muitas inquietações, pois estes são tidos como testemunhos que provam fatos passados. Seu valor para a sociedade é inestimável, pois são classificados como fontes essenciais para aqueles que os utilizam como base de dados. O registro tem por base “*regis*” que remete a rei, tendo, portanto, sua origem em ações ligadas ao comando real. É um termo oriundo do latim *registrum*, que quer dizer, ‘catálogo’,

‘ajuntar, reunir’ ou, ainda, ‘anotar’. São formas de significação que expressam ações de escrever sobre algum acontecimento, práticas do cotidiano das sociedades, como forma de lembrar o que não se deseja esquecer.

Numa perspectiva terminológica, levando-se em consideração o conteúdo informacional da espécie documental e seu caráter jurídico, os registros são definidos, segundo o Houaiss (2001), como “formalidade necessária para que certos atos jurídicos adquiram validade, que consiste no lançamento de determinados dados em um livro específico para tal”.

Essa definição se aplica a qualquer tipo de texto de cunho oficial, que, a depender da necessidade, pode apresentar uma diversidade de gêneros. Esta pesquisa se interessa, especialmente, em demonstrar o registro paroquial, produzido pela Igreja Católica, em Sergipe, entre os séculos XIX e XX, cuja finalidade era manter um controle do que acontecia nas comunidades em que estava inserida. A atuação dessa instituição estava diretamente ligada às práticas de sua doutrina e, como tudo na igreja seguia um regimento, assim também seguiu a maneira de escrever nos livros paroquiais. Diante disso, nota-se o domínio da Igreja Católica que se fortificou na Idade Média e estabeleceu uma ordem que ainda se observa nos dias atuais.

No Brasil, segundo Wehling (1994), a estrutura do clero, como se observou, dividiu-se em dois segmentos: o clero secular e o clero regular. O primeiro estava ligado diretamente às paróquias e é neste que se dá mais atenção. Como se observou, a Igreja Católica representava os interesses da Coroa portuguesa, sendo controlada por esta através do Sistema de Padroado. Esse controle só pode ser realizado por meio dos documentos enviados ao bispado, na capitania da Baía de Todos os Santos.

No tocante aos registros, revela Marcílio (2004), que cada paróquia, capela, deveria prestar contas do dinheiro que recebiam dos ofícios executados nas missas. Assim, batizados, casamentos, óbitos, construções de igrejas, tudo deveria ser anotado, depois um relatório era enviado à sua instância superior. Dessa forma, as dioceses, o bispado e a coroa portuguesa mantinham o controle sobre o povo. Em consequência desse controle, a igreja exerceu a função de tabelionato, produzindo uma quantidade significativa de todo tipo documental.

No Brasil, a forma de documentar nas paróquias até 1707, ano em que foram instauradas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, tinha nos critérios das Constituições de Lisboa (1591) toda a sua base. Os vigários ficavam responsáveis em realizar

os assentos em suas paróquias. A medida dessas constituições definiu o sistema de governo, em que a Igreja ditava as normas, dirigindo os povos por meio da imposição dos códigos desta legislação, conservando a ordem nas colônias, impondo oficialmente a religião católica como única e verdadeira no território. De acordo com Braga e Pires (2010, p.2) “esse controle teria um sentido para muito além do domínio sobre os membros da Igreja, que agiria no plano do simbólico, a ligação entre o terreno e o divino”.

Para manter esse controle, a diocese necessitava estabelecer um padrão, mas, para isso, deveria ser elaborado um modelo que fosse usado de maneira universal, seguido por todas as paróquias. Sobre isso, ainda continua a autora, dizendo que: “A fórmula do registro foi minuciosamente estabelecida. Era preciso resguardar um caráter universal e padronizado para os registros de cada católico” (MARCÍLIO, 2004, p.14).

Um exemplo explícito dessa dominação religiosa na sociedade de Sergipe, representada nas leis das Constituições Primeiras, pode ser claramente verificado no artigo 70, Título XX (*Como em cada igreja ha de haver livro, em que se escrevão os assentos dos baptizados: e como se ha de evitar o damno de poderem ser falsificados: e que dos ditos assentos se não devem passar certidões sem licença*):

70 Para que em todo o tempo possa constar do parentesco espiritual, que se contrahe no Sacramento do Baptismo, e da idade dos baptizados, ordena o Sagrado Concilio Tridentino, que em um livro se escrevão seus nomes, e de seus pais, e mãis, e dos padrinhos. Pelo que conformando-nos com a sua disposição, mandamos que em cada Igreja do nosso Arcebispado haja um livro encadernado feito á custa da fabrica da Igreja, ou de quem direito for, o qual livro será numerado, e assignado no alto de cada folha por nosso Provisor, Vigario Geral, ou Visitadores, e na primeira folha se declarará a Igreja d'onde é, e para o que ha de servir; e na ultima se fará termo por quem o numerar, em que se declare as folhas que tem, e estará sempre fechado na arca, ou caixões da Igreja debaixo de chave, e os assentos dos baptizados se escreverão na fôrma seguinte:

*Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Oleos: farão padrinhos N. e N. casados, viuvos, ou solteiros, fregrezes de tal Igreja, e moradores em tal parte.*¹⁰

Percebe-se, claramente, que esse padrão textual foi seguido à risca nesse período pelas paróquias no Brasil. Em Sergipe, um bom exemplo dessa prática pode ser demonstrado através do extrato do fólio 30 rº, do cód.03, em que se registrou o termo de Vicente, feito em

¹⁰ **CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia**, feitas e ordenadas por Dom Sebastião Monteiro da Vide (1707), 2ª edição. São Paulo: Tipografia 2 de dezembro, 1853, p. 28-29.

1884 pelos vigários e, assim, foi modelo perdurando até os dias atuais depois de sua implantação.

[F.30r°]

5	13 Vicente, ingenuo, com 3 me- zes de id(ad)e	Aos seis dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e quatro, baptizei solemnemente a Vicente, ingenuo, com trez mezes de idade, filho natural de Rita, escrava do Sen(ho)r Capitão Francisco Luiz Cardozo; sendo padrinhos Vicente, escravo de D(ona) Fausta Guia, e N. Senhora. E para constar fiz este que assigno: Vigario José Joaquim de Britto.
---	---	--

Esse registro reafirma a conduta centralizadora do clero perante os fiéis. O intuito de realizar tal prática deve-se ao movimento da Contra Reforma europeia, em que se percebe a constituição de novas tendências religiosas, como é o caso do protestantismo, repleto de novas convicções e rituais. Diante disso, afirma Marcílio (2004) que a única maneira que a Igreja encontrou para fazer o quantitativo de seus fregueses foi através dos registros de batismo, de matrimônio e de óbito, feitos nas paróquias.

Como se nota, os registros estão ligados diretamente aos sacramentos. Antes de qualquer coisa, deve-se entender o verdadeiro significado da palavra ‘batismo’, sendo necessário recorrer à etimologia do termo: palavra que vem do latim *baptismus*, *i*, indicando imersão, lavar, banhar. Segundo Santana (2007), o batismo é considerado um dos sete sacramentos da Igreja católica, cujo fundamento é a purificação do corpo e da alma, sendo o primeiro ritual ao qual a pessoa é submetida, geralmente logo após o nascimento, para que sua alma seja consagrada e, através deste, o indivíduo seja legitimado, reconhecido como cristão.

No Brasil colonial, o santo batismo consistiu na imersão do corpo em água e na afirmação das palavras proferidas pelos padres: “*Ego te baptizo in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti*”¹¹. Esse ofício tinha as funções de abençoar os recém-nascidos, purificar e perdoar os pecados dos que se batizavam na idade adulta. Geralmente, ele acontecia dentro da circunscrição em que os batizados habitavam. Sua realização dependia da maneira como as circunstâncias se apresentassem: ou por reconhecimento do sujeito enquanto membro da comunidade, ou para absolvição dos pecados quando estivesse desprendendo-se da vida. Todas as ações, para Marcílio (2004), iam sendo anotadas em livros especializados pelos

¹¹ CONSTITUIÇÕES Primeiras, 1853, p.13.

párocos depois da realização do ritual. Os livros eram guardados em arquivos de paróquia e, até a proclamação da República, era, praticamente, o único documento de registro das pessoas.

Em São Cristóvão, por exemplo, a depender do período, os batismos registrados na igreja matriz apresentam esse modelo proposto pelas Constituições, mas, em alguns casos, percebem-se algumas particularidades em sua estrutura, como foi o caso da notificação de morte, em que se usavam expressões em latim acrescidas de aspas, como forma de destaque¹². Essas exceções também estavam em conformidade com as normas eclesiais.

2.4 Situação dos escravos e seus registros

Outro tema interessante foi a questão dos escravos e livres que habitaram em Sergipe, principalmente, diante dos dados coletados nos documentos pesquisados, que trazem aspectos relevantes da vida destes povos. Para a compreensão da temática, necessitou-se familiarizar com alguns termos encontrados nos registros: ingênuo, crioulo, escravo, entre outros.

Cunha (2013) recorda que, no início do processo de formação das povoações, os portugueses trouxeram da África negros sequestrados, na condição de escravos para atuarem em diversas tarefas dentro das colônias. Entre as tarefas estão o plantio de cana-de-açúcar nas lavouras das fazendas dos senhores de engenho e os serviços domésticos.

A questão da escravidão no Brasil reafirma também a história e a memória da cultura dos negros e índios, com valores e características próprias, cujas manifestações fizeram parte da construção da cultura brasileira. Segundo observou Lamounier (2008), o período de regime escravista se deu entre os séculos XVI e XIX, até que foi promulgada, por ordem da Princesa Isabel, em 1888, a Lei Áurea. A utilização dos serviços desses livres tornou-se algo comum entre os senhorios nas comunidades, contudo, quando não exerciam funções aos fidalgos, eram submetidos a ações estabelecidas do governo.

Em Sergipe, os registros revelam a situação do escravo quanto à identificação e a sua legitimidade enquanto ser social. Neles é possível imaginar a forma como os escravos mantinham relações entre si e com os demais agentes sociais e instituições, além de que permitem traçar a sua história. Nos livros de batismo, observa-se que a forma de registro de

¹² Maiores detalhes no capítulo IV, destinado à análise.

escravos foi realizada diferentemente dos demais termos, notando-se um modelo fundamentado pelas regras do Padroado.

Quando nascia a criança, sua mãe a levava até a paróquia, em que o padre realizava o batismo. Após a cerimônia, registrava nos livros, que continham as informações já mencionadas: a data do batismo, a idade da criança, o seu pré-nome, quando, muitas vezes, o dia do nascimento, sua legitimidade, o pré-nome dos pais, a sua condição, cor, lugar de origem, em alguns casos, quando a condição era de escravo, o nome completo dos seus donos, já que acontecia de pertencerem a senhores diferentes, os pré-nomes dos padrinhos, sendo, na maioria das vezes, também escravos e assinatura do pároco responsável.

Apenas para confirmar o que foi dito, segue um enxerto do fólio 58rº, do cód.03.

[f.58rº]

33. Francisco, ingenuo, com 5 mezes de idade,	Aos vinte e dous dias do mez de Março de mil oitocentos e oitenta e cinco, baptizei á Francisco, ingenuo, nascido em oito de Outubro do anno passado, filho natural de Marcelina, escrava de José Francisca da Fonseca, sendo padrinhos José Torquato dos Santos e Nossa Senhora. E para constar, fiz este que assigno. O Vigario José Joaquim de Britto.
--	--

Percebe-se, notoriamente, que, no caso acima, a criança, de nome Francisco, foi batizada em 22/03/1885, nascida em 08/10/1884, notando-se que já se enquadra na Lei do ventre livre, demonstrado na sua condição de ‘ingenuo’. Outro ponto interessante é a situação de legitimidade familiar, tendo sido apontado apenas o nome da mãe, Marcelina, e a criança foi caracterizada como ‘filho natural de’, como de praxe nestes casos. Acrescentaram-se os nomes da proprietária da escrava e dos padrinhos escolhidos pela mãe. Esses procedimentos são confirmados em Cunha (2013), quando informa:

Os escravinhos eram batizados logo após o seu nascimento, com até seis meses de idade. [...] Os demais batizados e batizadas eram molecotes ou adultos. As idades de uma parte dos africanos batizados foram informadas nos registros, os mesmos tinham entre 8 e 40 anos (CUNHA, 2013, p.06).

Ainda, de acordo com a autora, geralmente, a celebração acontecia de forma coletiva, com crianças que tivessem a condição de “escravos e livres”. Isso era uma forma de fazer reunir tanto os pais quanto os padrinhos. Quando escravos, só poderiam assistir às cerimônias se estivessem acompanhados de seus proprietários ou tendo a permissão destes. Por isso,

pode-se notar nos livros de batismo da Matriz o nome do mesmo padrinho em diversos assentos¹³.

Nota-se, assim, que, uma vez identificado o nome do escravo e sua condição, sua cor também era conhecida, sendo tais elementos caracterizados, segundo aponta Silva Junior (2009), como marcadores étnicos. Isso se observa, por exemplo, nos assentos dos escravos nascidos no Brasil, quando trazem as denominações: ingenuo, pardo, mestiço, mulato, sendo sinônimos tanto de cor quanto de etnia. Dessa forma, pode ser considerado: os escravos brasileiros levavam em seus costumes elementos culturais de seus descendentes africanos, mas a eles foram incrementados símbolos da tradição portuguesa.

¹³ Os exemplos serão detalhados no capítulo IV.

CAPÍTULO 3 - LINGUAGEM: IDEOLOGIA, DISCURSO E PODER SIMBÓLICO.

“Quando uma criança recebe um nome no batismo, resulta, este ato, de um engajamento da criança e sua família. Transforma-se num bem familiar, transmissível através de várias gerações. Repetida em descendentes distantes, a permanência de um nome de batismo mostra-nos o simbólico a carga efetiva e o peso social na escolha dos nomes”.

(Falci, 2001, p.90).

Desde os primórdios, as sociedades buscam o crescimento e a expansão de suas comunidades. Para que isso se realize e se concretize de fato, faz-se necessário que as pessoas estabeleçam um tipo de relacionamento, tornando possível, entre elas, a troca de conhecimentos e informações. Essa relação se dá a partir de um propósito, de uma necessidade em que se busca alcançar, tendo nas palavras o caminho para se atingir.

É por meio das palavras que a interação se processa, quando os sujeitos fazem o uso de sua língua, seja ela expressa pela fala ou representada na escrita, sendo definida por Cunha et al. (2011, p. 16), como “formas de linguagem, que constituem instrumentos que possibilitam o processo de comunicação entre os membros de uma comunidade”, tendo o intuito de transmitir e expressar o que deseja.

Para os autores, as línguas traduzem o entendimento do contexto social das pessoas, sendo esse fato o elemento que permite aos seus falantes manter uma relação mais próxima uns dos outros. Mas, para que o entendimento linguístico aconteça, esses sujeitos devem fazer parte do mesmo ambiente social, onde vivenciam e partilham de coisas comuns, em que os ideais e costumes circulam entre eles e alteram os seus pensamentos e a sua visão de mundo. Assim, esse meio que une as pessoas, que muda os seus pensamentos e que ensina um modo de vida é denominado de comunicação.

A comunicação é um canal em que as informações podem ser compartilhadas pelas pessoas, através da linguagem, num processo que culmina com a construção de sentidos, permitindo a interpretação do pensamento que circula nos discursos, podendo-se identificar a marca ideológica de um grupo ou de uma instituição social. Com isso, entende-se que a língua é um sistema cuja forma é definida pelo conteúdo social, ou seja, pelos elementos do dia-a-dia do sujeito, que interferem na sua conduta, estendendo-se, sobretudo, ao seu modo de falar.

Vanoye (1981, p.29) define “a linguagem como um conjunto cujos elementos se determinam em suas inter-relações, ou seja, um conjunto no qual nada significa por si, mas tudo significa em função dos outros elementos”. Assim, no processo comunicativo, a

linguagem é responsável pela capacidade de as pessoas interagirem, partilhando as suas realidades, sendo essencial para auxiliar o desenvolvimento do sistema dos signos de uma dada língua, que auxiliam na compreensão dos conceitos e na denominação das coisas.

Como as coisas mudam com o tempo, assim também ocorre com a língua, a qual evolui e se molda. Isso acontece devido ao contexto sociocultural em que a linguagem se desenvolve, porque o processo nas relações comunicativas está totalmente ligado ao sujeito e ao meio linguístico em que ele vive (HANKS, 2008).

Seguindo este ponto de vista, o presente item foi pensado para apresentar as relações de poder da instituição religiosa, atuando como campo simbólico capaz de influenciar a maneira de viver das pessoas, podendo intervir também no comportamento que os indivíduos devam demonstrar dentro das comunidades. No que tange ao processo de nomeação das pessoas, a presença da Igreja se configura desde o ato do batismo, em que o indivíduo passa a ser inserido na vida religiosa.

Como já foi mencionado anteriormente, o período investigado compreende parte dos séculos XIX e XX. O cenário aqui abordado permite observar como os nomes atribuídos aos filhos no ato do batismo católico sofreram influência da ideologia religiosa em São Cristóvão, notando-se a correspondência da onomástica escolhida a eventos ligados à tradição eclesiástica. Assim, a população conheceu uma profusão de nomes como Maria Lourdes, Maria da Conceição, Pedro Antonio, Mathilde Maria, Saturnino José, Maria das Virgens, Rosa Maria, José dos Passos etc., todos motivados por eventos do mundo católico, seja por homenagem aos santos padroeiros, seja apenas por costume.

A fundamentação remete às obras que discutem o poder das instituições sobre seus associados, determinando procedimentos e marcas ideológicas que se servem do código linguístico para a concretização das configurações lexicais, sendo estas de interesse da instituição em pauta. No presente caso, o catolicismo, dominando toda a vida do Brasil colonial e imperial, deixou marcas que caracterizam uma época, com reflexos que, ainda hoje, podem ser notados. Muito embora as motivações atuais sejam outras, as pessoas continuam, de acordo com critérios característicos de cada época, usando nomes de celebridades, atores de cinema, novelas etc., como, por exemplo, Angelina Jolie, Diana, Michael Jackson, Mary-Kate e Ashley Olsen; personagens de filmes, de desenho animado, de obras clássicas como Helena, de ‘Helena de Tróia’; Marília, de ‘Marília de Dirceu’; Mônica e outros tantos.

3.1 Ideologia e discurso religioso: concepções

Nas comunidades, como se tem afirmado, a relação entre os indivíduos acontece por meio do processo interativo, quando eles utilizam a fala para que seus pensamentos sejam entendidos. As situações contextuais em que eles se encontram são essenciais, portanto, para determinar a forma de encarar o ambiente ao seu redor, de mexer com as suas opiniões e de impor mudanças. Tudo isso inclui a língua e seu sistema.

De acordo com Fiorin (2007, p.6), o vínculo existente entre as palavras e os pensamentos, pode definir a língua “como um conjunto de práticas puramente “ideológicas”, pois a língua utiliza-se das palavras, que, por sua vez, refletem a realidade e o universo do mundo”. Para o autor, a linguagem é um instrumento construído em vias sociais, por meio de um sistema de normas conhecidas por todos os membros de uma mesma comunidade, utilizando-se dos discursos para manifestar suas experiências de vida. Por esse motivo, a linguagem é considerada “uma instituição social, o veículo das ideologias, o instrumento de mediação entre os homens e a natureza, os homens e os outros homens”. Assim sendo, os elementos que a constituem estão carregados de significados, de valores que contribuem para influenciar o homem e seu modo de ser.

Dessa forma, vê-se que o uso da linguagem é capaz de transformar e principalmente influenciar, por meio das palavras, as ações do sujeito, lembrando que isso acontece pelo fato de os seres humanos, quando estão diante das suas experiências cotidianas, criam comportamentos que podem influir no modo de ser de quase todas as pessoas de determinado grupo. Daí, criam-se hábitos, ou seja, modos comuns de procedimentos, que são adquiridos inconscientemente. Sobre isso, Bourdieu (2004) esclarece que

[...] a realidade social possui um sentido e uma estrutura de pertinência específicos para os seres humanos que nela vivem, agem e pensam. Mediante uma série de construções de senso comum, eles pré-selecionaram e pré-interpretaram esse mundo que apreendem como a realidade de sua vida cotidiana. São esses objetos de pensamento que determinam seu comportamento, motivando-o (BOURDIEU, 2004, p.151).

O autor demonstra que o modo de pensar e de agir do ser humano são formas de traduzir os acontecimentos da sua realidade, através dos quais o indivíduo pode refletir sobre ele mesmo, sobre os outros e sobre o mundo, considerando, o meio em que estiver inserido. Fiorin (2007, p.28), compartilha desse mesmo pensamento, afirmando que as formas de representação da realidade “servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de

vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia”.

A ideologia se configura não só no pensamento, mas também nos costumes, pois ela se traduz na expressividade da vida dos sujeitos, através da qual o conhecimento e ideias são alimentados pelas instituições sociais, que buscam atingir seus propósitos. Althusser (2007) trata esse conhecimento como

[...] uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. [...] o que é refletido na representação imaginária do mundo, o que se encontra na ideologia são as condições de existência dos homens, de seu mundo real (ALTHUSSER, 2007, p.87).

A representação de que discorre o autor é considerada, como ele mesmo diz, uma visão da vida dos indivíduos, que pode ser a verdade de uma classe social, sendo aí o ponto de partida para que as ideologias sejam construídas. Mas, ao tratar de representação, deve-se também compreender o conceito de discurso e da fala, pois é através do discurso que o pensamento se expressa.

Os discursos são construções linguísticas produzidas pelos indivíduos no momento da comunicação, em que usam a língua, podendo, dessa forma, manifestar suas reflexões. Então, nota-se que os discursos são essenciais quando as informações são compartilhadas, pois é nesse momento que os elementos culturais e ideológicos são identificados e podem estar impregnados de verdades necessárias para estabelecer as vivências e influenciar as práticas cotidianas. Tais mecanismos ideológicos têm um papel fundamental nas práticas cotidianas, como afirmado, pois funcionam como ferramenta que expressa o pensamento de um grupo ou da classe dominante, no intuito de persuadir aquele que ouve (FIORIN, 2007).

Como mecanismo ideológico, pode-se citar a instituição religiosa, utilizando-se de discursos fortemente marcados nas cerimônias, com a finalidade de atingir o indivíduo, fazendo com que este reconheça a Deus como sua visão única e verdadeira. Neste caso, o indivíduo é, de acordo com Althusser (2007, p.51), ao citar Foucault, “o resultado de uma estratégia de poder que vigia e ordena os corpos através do aprisionamento e da domesticação das almas”. Isso porque essa ideologia religiosa influencia o comportamento daqueles que estão sujeitos à sua verdade, envolvendo as crenças e a fé no Deus supremo.

O discurso carregado de ideologia religiosa, portanto, se torna real, a partir do momento em que o homem se baseia em seus princípios doutrinários e os põe em prática no

seu cotidiano. Desse modo, o discurso busca direcionar o sujeito para assumir uma postura complacente perante a sociedade e a igreja, já que o intuito da instituição religiosa é traduzir sua visão acerca das coisas que estão diretamente relacionadas com a vontade de Deus (ALTHUSSER, 2007).

A fala, por sua vez, é tida como um elemento essencialmente individual e, ao mesmo tempo, social. Barthes (2003) afirma que a fala é individual porque, através dela, o homem pode articular os sons que expressam suas emoções, podendo ser ouvido, fazendo com que enxerguem as marcas que caracterizam os sujeitos. Ela revela também a forma como o sistema linguístico de uma dada língua está funcionando, podendo-se perceber como as normas deste sistema são estruturadas.

Fazendo contraponto, cita-se Bakhtin (2006, p. 15-16), afirmando ele que a fala impulsiona as mudanças da língua, já que ela expõe as ideologias, as crenças e é a “palavra a arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios”. Isso significa que, quando as ideias circulam em dado ambiente, elas exprimem opiniões que provocam transformações das “estruturas sociais” e, conseqüentemente, da sua língua.

A língua, para Bakhtin (2006), é o veículo de comunicação em que os diálogos acontecem, notando-se que as palavras estão imbuídas de pensamentos e os sentidos de valor sendo construídos através da comunicação, interpretadas como sendo ou verdadeiras ou falsas, aceitas ou não.

A cada tempo, as pessoas se deixam influenciar por instrumentos ideológicos que tentam dominar o universo das suas escolhas, a exemplo dos antropônimos que refletem muito bem a mentalidade de uma época. O estudo dos nomes próprios, em determinado momento histórico de uma comunidade, faz com que se percebam as instituições e as ideologias que permeiam as escolhas. Nesse caminho, a investigação quer reconhecer a influência do ideário religioso católico na escolha dos nomes das pessoas, tomando-se por base os assentamentos dos batizados de crianças, no momento em que era realizado o registro do ato nas paróquias.

A ideologia que está por trás dos nomes de pessoas tem relação direta com a instituição religiosa, que utiliza as práticas eclesiais para causar influência nos fiéis. Isso porque tais atividades expressam claramente o pensamento desta classe.

Althusser (2007, p.8) revela que os a função desses mecanismos é demonstrar o domínio a que estão sujeitos os indivíduos. Esse domínio se torna possível quando os fiéis

entendem o seu papel dentro da estrutura social, como aquele que “se sujeita a um Sujeito absoluto”, sendo esse SER absoluto a expressão de Deus, refletida na imagem dos representantes da Igreja.

A Igreja sempre foi um instrumento transmissor de ideias, veiculadas aos fiéis através da liturgia. Seus representantes, os bispos e os padres, simbolizam a imagem de Deus, difundindo-se como diz Althusser (2007, p.100), em um ser “Único”. A posição assumida pelo catolicismo produz nos fiéis a obediência desejada, afirmando que devem seguir os mandamentos de Deus, estendendo esse poder em toda a vivência do indivíduo, mexendo com sua fé.

Essa obediência tem relação entre o poder de uma classe e os costumes que os instrumentos ideológicos podem inferir, cujo papel e função residem no seu posicionamento, definido por Althusser (2007, p. 16-17, grifo do autor) como “*repressivo ou ideológico*”, tornando-se “instrumentos de subordinação”. Essa subordinação se define como o reconhecimento dos sujeitados em face de uma instituição dominante, ao passo que a repressão é a manifestação de um estado de consciência que simboliza receio ou medo.

Com relação à designação nominal no Brasil, a interferência dos valores ideológicos da igreja foi tão marcante que ocasionou a adoção de diversos nomes próprios relacionados ao mundo católico. Isso porque os nomes das pessoas demonstram em suas estruturas os valores ideológicos que propagam em uma dada comunidade eclesiástica. Essa nomeação, para Dick (1998),

são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente ou não pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico (DICK, 1998, p.97).

A observação da autora pode ser visualizada na transcrição do excerto do fólio 58v° abaixo, apresentando o termo de batismo de *José*, nascido no dia 19 de março de 1906, mesmo dia de Santo José, conforme consta no calendário católico. Isso significa dizer que a nomeação da criança, nesse período, foi impulsionada pela ideologia religiosa, transmitindo o desejo de proteção por parte de seus pais, pelo fato de a criança ter vindo ao mundo no mesmo dia do referido santo.

forma de o homem se diferenciar em meio à coletividade. O nome, na verdade, distingue os seres uns dos outros na medida em que o seu portador passa a ser reconhecido por esse distintivo que adere ao seu jeito de ser e estar no mundo, em meio a outros tantos da mesma espécie. Por seu nome, ele passa a ser único, de tal forma que não ter um nome é não ter história, é não sentir-se integrado ao seu tempo e aos demais semelhantes mediante um traço que lhe é próprio.

Estudar os nomes próprios sempre significou conhecer um momento histórico, os costumes de uma sociedade, as ideologias que a movem. Por esse motivo, a sua investigação tornou-se uma prática admirável para vários pesquisadores, tendo o intuito de entender como funciona o mecanismo designativo que o homem faz das coisas e das pessoas. Mas, para compreender esse processo, é importante buscar os pressupostos teóricos da ciência onomástica, pois ela se ocupa de todos os tipos de nomes próprios, suas origens e sua evolução, além de explicar de que forma os significados são construídos.

O interesse pelos nomes vem sendo tema de discussão desde a Antiguidade, quando os filósofos e estudiosos gregos buscavam compreender a forma, o sistema classificatório das coisas e, sobretudo, das pessoas e lugares. Esta compreensão partiu da associação que eles faziam do significante (nome) e do seu significado (conteúdo). Segundo Assunção (2004, p.302), para eles, “a atribuição do nome pode representar uma mudança significativa da condição humana”, ou seja, o nome pode expressar o mundo e seus objetos, sendo um referente dentro de uma determinada classe. Muitos desses estudos, porém, não tiveram um cunho científico de maior profundidade. Observa-se, por exemplo, na atualidade o interesse popular pelos trabalhos que abordam a questão da pertinência e do significado dos nomes próprios.

Como campo de investigação em língua portuguesa, no entanto, segundo Carvalhinhos (2008), o estudo dos nomes sobressai no século XIX, quando o português José Leite de Vasconcelos, ao publicar, em 1887, um artigo utilizou o termo Antroponímia para abordar questões referentes aos nomes próprios de pessoas. Ao lado desta terminologia, está também a Toponímia, ramo voltado para a análise de nomes próprios de lugares fazendo, ambas, parte da ciência Onomástica, que é integrante da Linguística.

Sendo a onomástica uma ciência vinculada à linguística, o estudo dos nomes é relacionado com o estudo das palavras. Informa Guérius (1981), que atualmente os antropônimos podem apresentar duas linhas de pesquisa: uma se volta para os aspectos

linguísticos, em que se investiga a estruturação das palavras, levando-se em consideração sua etimologia; a segunda está ligada tanto ao psicológico quanto ao social, pois a observação se prende à influência e à motivação do homem em função das condições que lhe são impostas.

Esta pesquisa, embora não se atenha ao aprofundamento dos antropônimos como parte da ciência linguística, busca compreender como o ser humano procedeu na caracterização dos nomes associando-os às coisas e aos eventos de cunho católico.

Por meio do *corpus* proveniente dos livros de batizado, pode-se constatar a pertinência dos nomes das pessoas que viveram em São Cristóvão, durante um longo período em Sergipe.

Ainda acena Guérius (1981, p.18) que os nomes de pessoas “refletem as civilizações passadas com todas as suas instituições”. Assim, os nomes são gerados e estimulados por diversos fatores, um deles, o fator ideológico-religioso (temática escolhida nesta pesquisa), em que as informações transmitidas às pessoas são reproduções do pensamento de uma instituição que possui certo prestígio, posicionando-se como aquele que representa a Deus, moldando sutilmente o agir das pessoas.

3.3 A ideologia e o seu papel no processo de nomeação das pessoas

A origem dos nomes de pessoas tem despertado o interesse daqueles que escolhem analisar a sua simbologia. Sabe-se que, através dos nomes, identificam-se as raízes culturais de uma dada sociedade, tornando isso possível graças aos registros que foram e são produzidos pelas pessoas ao longo do tempo. Estes escritos e a sua linguagem podem desvendar fatos curiosos da humanidade, seu jeito de pensar, suas atitudes e sua história, representados nas palavras que formam os nomes. Carvalhinhos (2008, p. 2) acena que “o nome próprio tem como função registrar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos”.

Essas tradições são observadas desde os períodos remotos, em que o homem foi se organizando, estabelecendo suas normas, suas regras para sobreviver, sofrendo todo tipo de imposição que definiu o seu modo de vida e influenciou as suas vontades. Isso se estende a todas as situações sociais. Geralmente, essa interferência é motivada por uma série de fatores, mas o intuito aqui é perceber de que forma as pessoas recebem o seu nome.

A nomeação acontece por intermédio de diversas circunstâncias e influências que são movidas por meio da linguagem e do contexto de uso, permitindo que a interação aconteça entre as pessoas e seus grupos, alterando a sua conduta e seus valores. Neste quesito, Dick (1998) afirma:

Tabus lingüísticos e expressões lingüísticas cristalizadas constituem-se em representações de atitudes coletivas, de maior ou menor impacto social; sujeitos a ideologia dominante, em uma certa época, envolvem-se com a noção do sagrado e caracterizam-se pela marca negativa do procedimento (DICK, 1998, p.98).

A autora ressalta que o comportamento das sociedades e suas relações são afetados pela linguagem usada por elas, em que as palavras proferidas pelas instituições dominantes, como as igrejas, imperando suas ideologias são repetidas como se tratasse da verdadeira realidade.

No Brasil, por exemplo, os costumes de Portugal, como se sabe, dominaram todos os setores sociais: político, religioso, econômico, lingüístico, contribuindo para a manutenção arraigada de suas tradições, que podem ser percebidas até os dias de hoje. De acordo com Dick (1998, p.1) essas tradições, principalmente a religiosa, foram essenciais no desenvolvimento da nomeação das pessoas no Brasil, tornando o nome um “marcador ideológico”.

Neste caminho, buscando atender ao objetivo geral proposto da dissertação (qual seja: constatar a ligação ideológica entre o antropônimo e eventos ligados à cultura religiosa do catolicismo) apresentam-se, no quadro abaixo, algumas amostras que revelam uma das motivações religiosas: a homenagem a santo católico. Nas amostras, nota-se que muitos nomes dados às pessoas entre 1883 e 1885, na cidade de São Cristóvão/SE, correspondem exatamente ao nome de um santo. Isso é, graças ao Santo do dia em que nasceram. Outras ligações deste tipo serão abordadas mais adiante.

QUADRO 2 - NOMEAÇÃO PELO DIA DO NASCIMENTO.

Livros de Batismo	Nome do indivíduo	Santo correspondente à data de nascimento	Fólios	Data de Nascimento
03	Clemente	Clemente I	f.46r	23/11/1883
	Francisco	Francisco de Bórgia	f.58r	08/10/1885
	Florentina	Floro	f.43r	22/12/1883
	João	João	f.51v	07/09/1884
	Juventino	Juventino	f.38v	25/01/1884
	Maria Guido	Guido Maria Conforti	f.33r	05/11/1883

Fontes: Livro de Batismo nº 03 da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, São Cristóvão/SE e *Folhinha Sagrado Coração de Jesus*, 2013.

O quadro acima demonstra claramente que a nomeação, no século XIX, foi devido às associações e às escolhas que os pais fizeram quando motivados pelo fator cultural da religiosidade. Tal associação remete ao que Martins (1991) reconhece sobre o nome:

[...] adquire, enquanto símbolo que estimula a associação do sujeito, uma potencialidade virtual enorme. Ele se torna, portanto, elemento provocador da criação de fantasias que *in absentia* organizam a vida do sujeito (MARTINS, 1991, p.23).

Nos exemplos desta pesquisa, os nomes foram atribuídos sem levar em consideração o seu sentido, sendo provável que o dado etimológico não seja o fator mais evidente da escolha. A questão do significado já foi elemento de destaque em outros momentos. Segundo afirma Carvalhinhos (2008, p. 2), “no começo dos tempos, [...] o nome era conotativo, isto é, sua carga significativa era perfeitamente decodificável”. Contudo, dadas às circunstâncias destes nascimentos, em que um nome é designado por ter a criança nascido no dia de um santo, na crença popular indicaria uma dádiva, podendo ser essa nomeação um pedido de proteção por parte dos pais, ou mesmo um privilégio a ser lembrado pela vida afora.

Na verdade, essa motivação pode ser uma prova de que realmente a ideologia religiosa trazida pelos europeus foi a que mais imperou no Brasil. Tanto é que, até os dias de hoje, muitos monumentos, ruas, cidades, pessoas receberam suas denominações.

Para melhor entendimento acerca da associação dos nomes, algumas abonações podem ser elucidativas: o termo *Anna*, por exemplo, de origem hebraica, significa “graça, clemência, mercê”¹⁶ e os chefes católicos sabem disso. Um dos assentamentos em questão registra o dia 26 de julho de 1908, como data de nascimento da batizada, e esta data corresponde, no calendário católico, à festa de Santa Ana. Tudo faz crer que a escolha do nome expressa uma homenagem ao santo do dia.

Outro exemplo é o registro de *Nestor*, nascido a 26 de fevereiro de 1906, data comemorativa de São Nestor. Da mesma forma acontecerá com os demais nomes. A pesquisa, portanto, destaca, explicitamente, um traço de fidelidade à tradição religiosa, que, segundo Francisco Martins (1991),

influencia, [...], mesmo onde existe certa liberdade; ela serve de homenagem e para dar prestígio, fortalecer laços. Ela é, antes de mais nada, uma potência que transmite desejos e modos de funcionamento de uma geração para outra. Através dessa transmissibilidade por intermédio da linguagem, o homem adquire mais uma forma de passar os caracteres do grupo, ultrapassando a filiação puramente genética e

¹⁶ GUÉRIOS, 1981, p. 57.

passando a fazer uma filiação de ordem cultural, familiar, onde o desejo se inscreve (MARTINS, 1991, p.30).

Percebe-se, assim, que, numa sociedade, o ser humano adquire o seu nome por diversos fatores culturais, mediado pela linguagem, que interfere nas palavras, que auxilia no contato entre os membros do mesmo grupo, que compartilha das mesmas ideias, transmitindo-as uns aos outros e construindo a sua realidade.

No que se refere aos nomes dos lugares, por exemplo, observa-se que eram também designados, como já dito anteriormente, por motivação de cunho religioso, em que se faziam referências a alguma personagem da hagiografia¹⁷ católica. Isso porque o teor religioso, para Dick (1997),

[...] se manifestou, de início, de forma muito particular, na toponímia que as expedições de reconhecimento da costa deixaram fixada nos acidentes avistados e que iam sendo nomeados segundo os preceitos católicos romanos (DICK, 1997, p.148).

O Estado de Sergipe reflete em seus topônimos o domínio desta cultura católica, algo que se aproxima, com muita certeza, do clima dessa pesquisa: Canindé do São Francisco, Cedro de São João, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Rosário do Catete, Santa Luzia do Itanhi, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Domingos, São Francisco, São Miguel do Aleixo são amostras de uma ideologia religiosa que se impôs durante muito tempo. Essa tradição pode ser representada no quadro abaixo na qual se reuniram alguns nomes de municípios sergipanos e os santos padroeiros que regem tais cidades, mostrando-se evidente tal ideologia.

QUADRO 3 - NOMEAÇÃO DE TOPÔNIMOS SERGIPANOS EM HOMENAGEM AOS SANTOS PADROEIROS E PADRES

Cidade Sergipana Nome Atual	Cidade Sergipana Nome Antigo	Santo Padroeiro
Amparo do São Francisco	Povoado Amparo	Nossa Senhora do Amparo
Carmópolis	Rancho	Nossa Senhora do Carmo
Divina Pastora	Povoado Ladeira	Nossa Senhora de Divina Pastora e São Benedito
Nossa Senhora de Lourdes	Povoado Escurial	Nossa Senhora de Lourdes

¹⁷ O termo se refere aos santos (nomes, vida e história).

Santa Rosa de Lima	Camboatã	Santa Rosa de Lima
Araúá	Nossa Senhora da Conceição do Araúá	Nossa Senhora da Conceição
Aracaju	Povoado Santo Antônio de Aracaju	Santo Antônio
Lagarto	Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto	Nossa Senhora da Piedade
Boquim	Freguesia de Nossa Senhora Santana da Lagoa Vermelha	Nossa Senhora Santana
Capela	Freguesia Nossa Senhora da Purificação da Capela	Nossa Senhora da Purificação
Frei Paulo	Freguesia de São Paulo	Frei Paulo (Padre Antonio Damele de Casanova di Rovegno)
Cedro de São João	Darcilena	São João Batista
Nossa Senhora do Socorro	Freguesia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tomar da Cotinguiba	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Gararu	Curral de Pedras – Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus dos Aflitos	Nosso Senhor Bom Jesus dos Aflitos
Santa Luzia do Itanhy	Vila Real de Santa Luzia	Santa Luzia
Itabaiana	Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana	Santo Antônio
Itabaianinha	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha	Nossa Senhora da Conceição
Itaporanga	Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda	Nossa Senhora da Ajuda
Japaratuba	Freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Japaratuba	Nossa Senhora da Saúde
Laranjeiras	Freguesia do Sagrado Coração de Jesus das Laranjeiras	Sagrado Coração de Jesus
Nossa Senhora Aparecida	Povoado Cruz das Graças	Nossa Senhora Aparecida
Nossa Senhora da Glória	Povoado Boca da Mata	Nossa Senhora da Glória
Nossa Senhora das Dores	Povoado Enforcados	Nossa Senhora das Dores

Fonte: CIFORME. **História dos municípios**. Edição histórica. Aracaju: Cinform, 2002.

No quadro comprova-se o que já foi dito anteriormente: no Brasil muitas coisas, cidades, igrejas, ruas receberam os nomes que se conhecem atualmente, tendo base nos referenciais religiosos dos santos da fé católica. Um exemplo disso é o topônimo Santa Rosa de Lima, atual município de Sergipe, que surgiu em 1602, pertencendo à Vila de Divina Pastora. Essa nomenclatura, até chegar ao nome que atualmente possui: ‘Santa Rosa de Lima’, como todos os topônimos, sofreu alteração ao longo do tempo. Neste caso, a intenção

de se fazer menção não é a de fundamentar a prática de nomeação de lugares, mas, sim, demonstrar como o símbolo religioso esteve e sempre estará presente no momento das escolhas e no emprego destes nomes. Esse município, segundo informa Góes (2002), logo quando surgiu, foi-lhe dado o nome de Vila de Santa Rosa pelos jesuítas que catequizaram nesta região, sendo a denominação em homenagem à Santa. Mas, através de um decreto, o nome da vila foi alterado para Camboatã.

O termo camboatã¹⁸ vem do tupi, contudo, observa-se que esse nome foi motivado por tradição cultural: o nome representa uma espécie de árvore, da família das meliáceas, que é bastante conhecida na região como carrapeta. Contudo, o nome só sofreu nova mudança depois que o seu *status* passou para município, em 1953. O nome Camboatã se alterou para Santa Rosa de Lima.

Todos esses detalhes quanto à mudança do nome deste pequeno município são apenas para mostrar que, quando se trata de nome de lugar, a designação pode sofrer inúmeras alterações, sendo essas mudanças afetadas por circunstâncias que prevalecem em dado momento da história (DICK, 1998).

Diante destes fatos, pode-se notar, portanto, que, definida por Bourdieu (2004, p. 120) como “um espaço no qual os agentes [...] lutam pela imposição da definição legítima não só do religioso, mas também das diferentes maneiras de desempenhar o papel religioso”, a religião exerce forte influência dentro das sociedades. Tal postura afeta a maneira de pensar das pessoas, o comportamento delas, e transforma suas práticas. Nesse caso, a interferência na escolha dos pais pelos nomes de suas proles é uma clara demonstração do poder institucional religioso.

3.4 Poder simbólico e domínio religioso no Brasil

A sociedade brasileira, desde o surgimento dos núcleos de povoamento, foi se desenvolvendo e se dividindo conforme a posição que representasse. Essa divisão era determinada pelos segmentos sociais implantados pelos colonizadores portugueses, conhecidos como estamentos¹⁹, equivalendo ao clero, nobreza e povo. A atuação de cada um desses segmentos, exceto o povo, configurava expressivamente o desejo da Coroa portuguesa

¹⁸ Segundo Houaiss (2001), “o nome tupi *kamboa'tã* ' é comum a diversas plantas das famílias das meliáceas, sapindáceas e simarubáceas'; f.hist. 1671-1696 *camboatã*, 1876 *cabuatã*”.

¹⁹ Segundo Houaiss (2011), estamento é definido por “grupo de indivíduos com análoga função social ou com influência em determinado campo de atividade”.

no tocante à administração. Dessa forma, compreendeu-se que o processo de formação social das vilas e cidades fundadas no Brasil organizou-se seguindo o modelo de Portugal (WEHLING, 1994).

Observando as esferas sociais que constituíram a sociedade no início da colonização, o clero ocupou uma posição de poder na sociedade, concentrando-se no topo da pirâmide social, conduzindo a vida religiosa nas comunidades. Isso porque o regime adotado no Brasil, o padroado²⁰, seguiu os critérios e a mesma base do regime de Portugal. Segundo Oliveira (2008), esse regime foi criado durante uma convenção realizada entre Portugal, Espanha e a Igreja romana (século XVI), cujos fundamentos doutrinários remetem àqueles pregados no século IV. O objetivo desta reunião se deve ao impedimento de outras religiões não católicas manifestarem sua fé. Segundo Marcílio (2004), esse pacto foi seguido entre esses países e, por extensão, a suas colônias. A partir desse sistema, observa-se que a Igreja foi ganhando espaço, impondo suas regras, até se tornar a entidade que representava o nome de Deus, ao mesmo tempo em que havia se tornado a voz do Estado.

Por outro lado, a nobreza era representada pelos fidalgos, cujo papel era manter a ordem e proteger as comunidades, por isso a maioria tinha alguma patente e exercia função militar; o povo formava a grande maioria das pessoas, abrangendo proprietários de terras, índios e escravos, sujeitos que não dispunham de muito prestígio social.

No Brasil, as organizações administrativa e social estavam ligadas à Igreja, no que se denominou de Igreja-Estado. Essa união garantia à instituição eclesiástica poder e controle. Assim, Southern (1970, p. 20) afirma: “[...] Ao dirigir os homens ao longo do caminho, a Igreja mostrava ser a única fonte legítima do poder repressivo”. Esta legitimidade de uma cultura dominadora se utiliza da linguagem, transformando a realidade daqueles que se submetem aos desejos de Deus.

A postura e a atuação da Igreja nas comunidades brasileiras lhe conferiu uma divisão compreendida como secular e regular. Essa divisão, segundo Wehling (1994), compreende

[...] um clero secular, paroquiano, subordinado aos bispos, composto por sacerdotes cuja função era dirigir o cotidiano das paróquias, oficiando missas, batizando, casando e dando a extrema-unção aos moribundos. Ao lado deste, um clero regular, composto pelas ordens religiosas, vivendo com seus superiores, em comunidades mais ou menos isoladas (WEHLING, 1994, p.25).

²⁰ O padroado se refere à extensão territorial de uma comunidade eclesiástica.

Com isso, entende-se que cada tipo de clero exercia, por mais que pertencesse à mesma instituição, funções distintas. O primeiro envolvia a função jurídico-eclesiástica, regendo as atividades das paróquias, enquanto o segundo estava estritamente ligado a uma instância superior (as dioceses), tendo como exercício seguir as normas do bispado e conferir se elas estavam sendo cumpridas pelas demais estruturas eclesiais.

A igreja, por estar no topo da sociedade, tem uma importância fundamental no desenvolvimento social, pois sua posição lhe confere poder de interferir em decisões de diversas naturezas, lutando, para impor seu domínio. Bourdieu (2004, p.119) explicita essa imposição que a igreja desempenha em um determinado espaço, fazendo com que cada atividade desenvolvida seja praticada sem intervenção, “[...] que eu chamaria de campo – no interior do qual há uma luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo”.

As ações praticadas pela Igreja consistiram no domínio nas comunidades onde se inseriu. Isso é devido à sua organização, pela qual o poder da Igreja estava ligado ao Estado. Com isso, o domínio religioso no Brasil foi fruto de um processo construído dentro dos princípios eclesiásticos de suas raízes portuguesas. A igreja era o instrumento transmissor de ideias, dirigidas aos fiéis, através de sua doutrina. Seus representantes, os párocos, padres, vigários, simbolizavam a imagem de Deus. A posição assumida por esses representantes conferiu certa autoridade, produzindo um efeito de submissão nos fiéis, alcançando seu objetivo, a obediência (ALTHUSSER, 2007).

Neste período, as freguesias (denominação usada no Brasil, no período colonial, para designar as paróquias, que equivalem ao que chamamos “cidades”) estavam ligadas diretamente à Igreja e à administração.

Eram ditos fregueses ou fiéis aqueles que frequentavam a mesma paróquia, vivendo sob as orientações da Igreja Católica, que era também a religião oficial da Colônia trazida por Portugal e transmitida pelos jesuítas. Isso significa dizer que a instituição religiosa exercia decisiva coerção sobre os habitantes, em suas escolhas pessoais, em seu modo de ver o mundo.

A vida nas comunidades girava em torno das paróquias, em uma relação direta entre a igreja e seus fregueses. Essa relação se dá por meio da comunicação, o instrumento transformador nas relações sociais, sendo ela, segundo Bakhtin (2006), os valores de uma

instituição circulam dentro de um ambiente social, no qual as estruturas sociais constroem o seu mundo.

Assim, compreende-se que a Igreja foi muito atuante no Brasil, controlando e se envolvendo em todas as ações de seus habitantes, sendo a representação da justiça, a imagem de Deus, a palavra da verdade. Esses elementos foram essenciais para manter o status de poderio dessa instituição na época da colonização, o que produziu um efeito de submissão por parte de seus fiéis.

CAPÍTULO 4 – DESCRIÇÃO E ESTRUTURA DO *CORPUS*

“arquivos são [...] como o conjunto de papéis e documentos que promanam de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado”.

(Schellenberg, 2006, 37).

A sociedade contemporânea busca conhecer e entender a história das civilizações, suas tradições, crenças e costumes, através de instrumentos/suportes que documentam, permanentemente, os fatos e ações produzidos pelos homens em determinadas épocas.

Os suportes documentais se tornaram ferramentas fundamentais no quesito informacional, pois, desde o surgimento da escrita, eles se tornaram testemunho de toda atividade humana e fontes inesgotáveis de conhecimento. Conservá-los, porém, não é uma tarefa fácil e simples, uma vez que muitos se perdem no tempo e no espaço. No entanto, devido à necessidade de manter salvaguardados os bens históricos e culturais de um povo, bem como a preocupação de reunir e conservar suas atividades políticas, econômicas e religiosas, o homem compreendeu o valor dos documentos e passou a guardá-los em arquivos.

O arquivo, segundo Paes (2004, p.16, grifo do autor), é definido como “a ordenação dos *documentos*, em sua maioria, *textuais*, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”. Isso que dizer que a função de um arquivo está relacionada diretamente ao objetivo que ele pretende cumprir, que na maioria dos casos, proteger um momento/situação do indivíduo em um dado tempo. Ainda para a autora, o valor de um arquivo não se restringe apenas à sua função de guardar o suporte, mas se refere também ao valor cultural, visto que ele se tornou um instrumento relevante para o entendimento histórico-cultural da humanidade.

Já o suporte é necessário para que as ações exercidas pela sociedade, no percurso da vida sejam transmitidas. Na maioria das vezes, pode-se encontrar em um arquivo um quantitativo pequeno de exemplares, podendo se tratar, em muitos casos, de apenas um documento único, um arquétipo. Por isso, salvaguardar um bem é evitar que as informações ali registradas sejam perdidas, lembrando-se de que alguns fatores de ordem física, biológica e humana, como bem lembra Paes (2004) podem contribuir para sua destruição.

Sobre documentos, de forma geral, eles podem ser entendidos como todo tipo de texto escrito representado em um determinado suporte físico, contendo dados de toda espécie, cujo

conteúdo torna-se o elemento mais importante, pois é ele que caracteriza a sua tipologia e define a sua estrutura. Essa percepção pode ser validada em Bellotto (2002) ao afirmar que o conteúdo é uma parte fundamental de um texto/suporte, porque é através dele que os elementos formais e o contexto situacional descrito ali são entendidos, podendo-se perceber aspectos contextuais que estejam em segundo plano.

Os documentos, de qualquer natureza que sejam, trazem à tona a vida de dada sociedade, que, por muito tempo, ficou adormecida. De acordo com Wilson Martins (1996), no passado, quando os seres humanos ainda não tinham noção da escrita e sentiam necessidade de traduzir seus pensamentos e emoções, utilizavam-se de certos objetos para fazer desenhos em suportes duros como a pedra, paredes. Mas, com o passar do tempo, o homem foi evoluindo e com ele as ideias, percebendo, então, que os conhecimentos adquiridos e, por muito tempo, armazenados apenas na memória, expressos na oralidade, deveriam ser representados de outra forma. Surgiu, assim, a escrita, maneira pela qual os humanos puderam perpetuar as informações em forma de registro, recuperando a memória, transmitindo a qualquer um, em qualquer tempo.

Essa forma de transmitir o que se apreende pode se processar pelos suportes manuscritos e pelos impressos. Os manuscritos têm sua origem na Antiguidade, sendo por definição a maneira de escrever com a mão, não importando o material e os instrumentos utilizados na escrita. Seu surgimento se deve à necessidade de registrar expressões, ideias, para comprová-las posteriormente, servindo de consulta e também uma forma de prova, pois o documento possui o caráter de informar e propagar conhecimento (FERREIRA; SANTANA, 2006).

Através da sua procedência, motivo pelo qual o documento foi criado, tem-se a possibilidade de identificar a pessoa ou instituição que os geraram, dessa forma, pode-se definir sua categoria e espécie. Aqui, por exemplo, optou-se por investigar os registros de batizados, de tipologia oficial, já que foram criados pela igreja católica, que no período investigado, simbolizava o governo.

Nos lugares onde estão guardados, podem-se encontrar uma variedade de tipos documentais, como foi dito anteriormente, eles podem apresentar caráter: oficial, produzido por representantes do governo, tais como: alvarás, registros paroquiais, patentes e não oficial, produzido por pessoas de maneira geral, como cartas, bilhetes, telegramas entre muitos outros (BELLOTTO, 2002).

Nas paróquias, como é o caso de Nossa Senhora da Vitória, observa-se uma riqueza tipológica de documentos, frutos da vida cotidiana das pessoas em diferentes épocas, em que se nota uma variedade de assuntos, batizado, casamento, óbito, tombo, porém, cada um serviu aos propósitos comprovar e controlar as atividades eclesiais. Nesse caminho, demonstrar a função do registro de batizado, objeto deste estudo, será demonstrado neste item à descrição do *corpus*, das partes que o compõem, apresentando os materiais que o constituem, os instrumentos utilizados nas inscrições e sua análise, além de expor brevemente sobre o ambiente de guarda documental da Igreja Matriz de São Cristóvão, para maior esclarecimento do leitor, finalizando com a edição semidiplomática de doze fólios.

4.1 O *Corpus*

Os suportes documentais, como já se afirmou, são instrumentos fundamentais para comprovar e expressar os sentimentos e vida humana, colaborando na conservação da memória e também representando o conhecimento. Neles são preservados os acontecimentos e informações de todo tipo, que perpassam de gerações a gerações. Através de seus registros, pode-se familiarizar com o passado e conhecer a história do homem.

Sabe-se que os primeiros textos escritos surgiram na Antiguidade, posteriormente à evolução da escrita. Da necessidade de expressar e registrar seus atos, o homem foi desenvolvendo técnicas, elaborando suportes e utilizando instrumentos para a escrita. Nota-se que os materiais utilizados na escrita constituem-se de elementos encontrados na natureza, como a pedra, a argila, os panos, o papel (COJUREIRA, 1971).

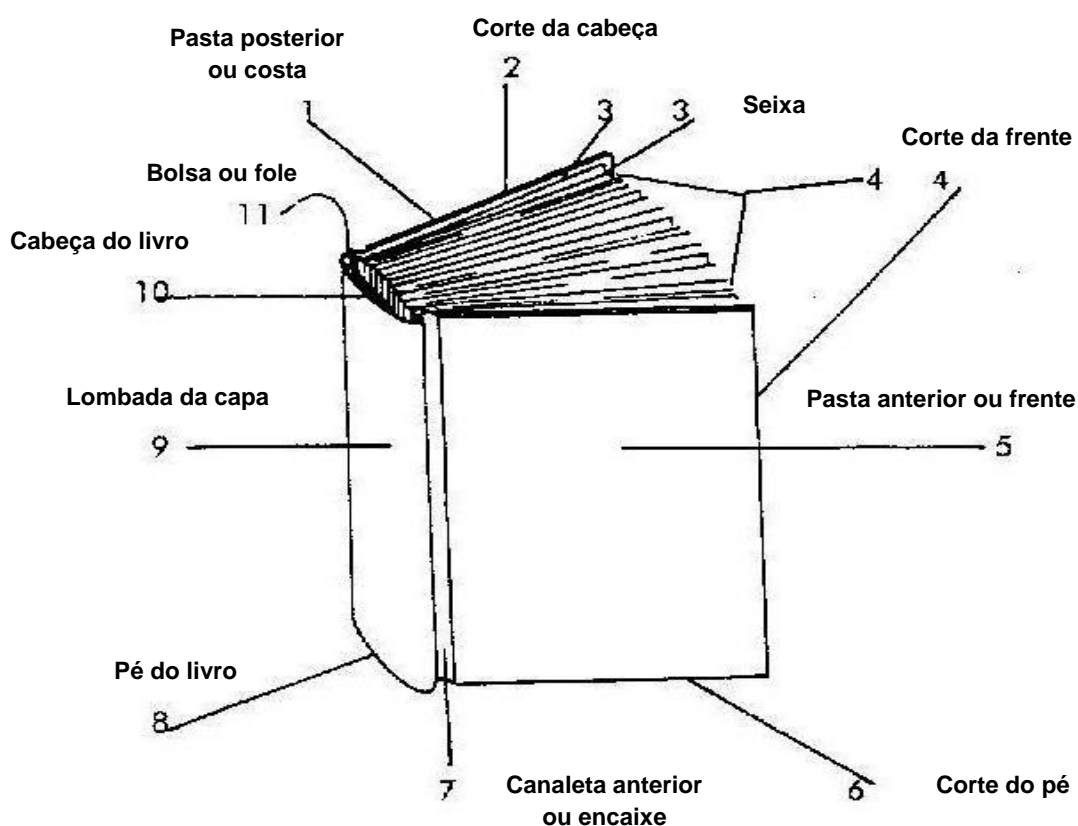
Evolutivamente, os instrumentos usados para escrever acompanharam os seus suportes, mas sua escolha dependia do material, por exemplo, o papiro, recebia inscrição por penas. Por isso, conhecer os aspectos formais dos suportes investigados - códices diplomáticos, os materiais e instrumentos empregados na escrita foi uma forma de trazer os pesquisadores para mais perto da realidade de São Cristóvão, uma vez que se trata de documentos inacessíveis ao público, devido a sua importância histórica e por serem bens tombados em nível federal.

O *corpus*, composto de três códices diplomáticos, é apresentado abaixo, fazendo a descrição, mostrando no passo a passo as suas características intrínsecas e extrínsecas,

acompanhados de ilustrações podendo, dessa maneira, expressar o modo como os registros foram produzidos nas paróquias em Sergipe, em séculos passados.

Na descrição, foram observados cuidadosamente os componentes estruturais: identificação do objeto, número do registro, data do documento, tipo de escrita, material e instrumentos usados na escrita, tipo de tinta, presença de manchas, de símbolos e sinais. Mas, antes de seguir com a descrição minuciosa do objeto, achou-se essencial apresentar a figura abaixo, pois ela demonstra as partes que formam o suporte aqui investigado.

Figura 05 - ESTRUTURA DE LIVRO



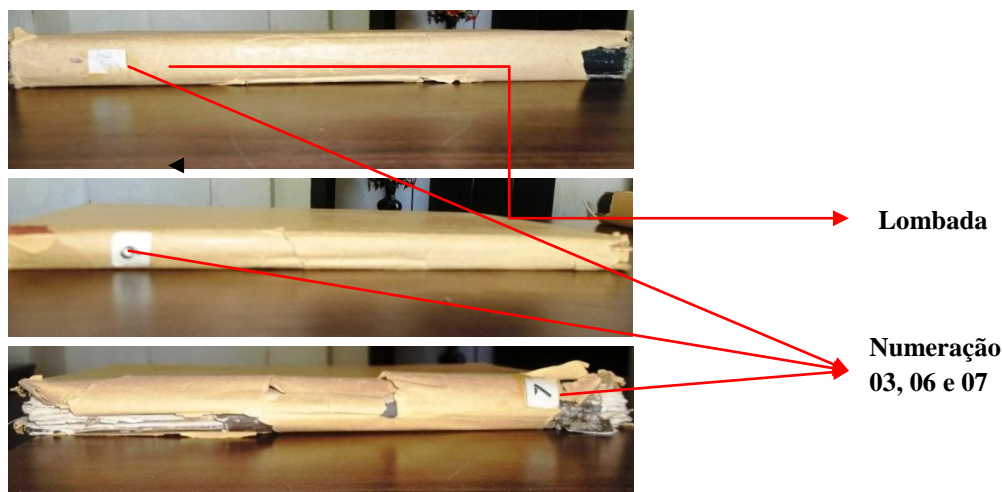
Fonte: Manual de pequenos reparos em livros²¹.

A estrutura do livro como se observa possui duas partes: a encadernação (capa) e o corpo do livro, que é formado pela junção de folhas, compondo o caderno. A função da capa segundo Milevski (2001) é proteger o caderno (o conteúdo), facilitando a sua abertura, fixando as folhas e moldando o seu formato.

²¹ MILEVSKI, R. J. **Manual de pequenos reparos em livros**. 2.ed. Rio de Janeiro: Conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, 2001, p.8.

Nas figuras abaixo, observa-se a inserção de pequenas etiquetas de cor branca, localizadas na parte de baixo das lombadas da capa, contendo um número em formato digital indicando, portanto, o seu registro.

Figuras 06, 07, 08 - IMAGENS DAS LOMBADAS DAS CAPAS.



Fonte: Arquivo da paróquia N. Sra. da Vitória.

Todo ambiente de guarda deve manter intactos os conjuntos documentais em sua posse; dessa maneira, a vida útil dos suportes permanece saudável e, assim, as informações poderão ser acessadas. Mas, para que tal acesso aconteça, os suportes documentais deverão passar obrigatoriamente por um processo de classificação, o que pode facilitar a busca na estante. Sua ordenação deve ser feita de preferência por assunto, assim, pode-se manter um controle no manuseio das obras. Para Langridge (2006, p. 6), a importância de se classificar se deve ao fato de que, sem classificar alguma coisa, o homem se sentiria desorientado, sem “pensamento, ação e organização”.

Ainda para o autor, toda coisa que o homem denomina durante sua vida equivale ao conhecimento que ele apreende; por isso, ele conclui que o conhecimento é sinônimo de classificação. Dessa forma, classificar, significa ordenar, organizar e identificar determinados objetos ou coisas de determinado lugar.

Dentro dessa perspectiva, nota-se que os materiais usados na pesquisa seguiram essa organização de que fala Langridge. No intuito de agilizar o acesso aos livros, os funcionários da paróquia Nossa Senhora da Vitória utilizaram o sistema de classificação do tipo numérico, estabelecendo o assunto, para, em seguida, atribuir o número. Isso se deve ao fato de o

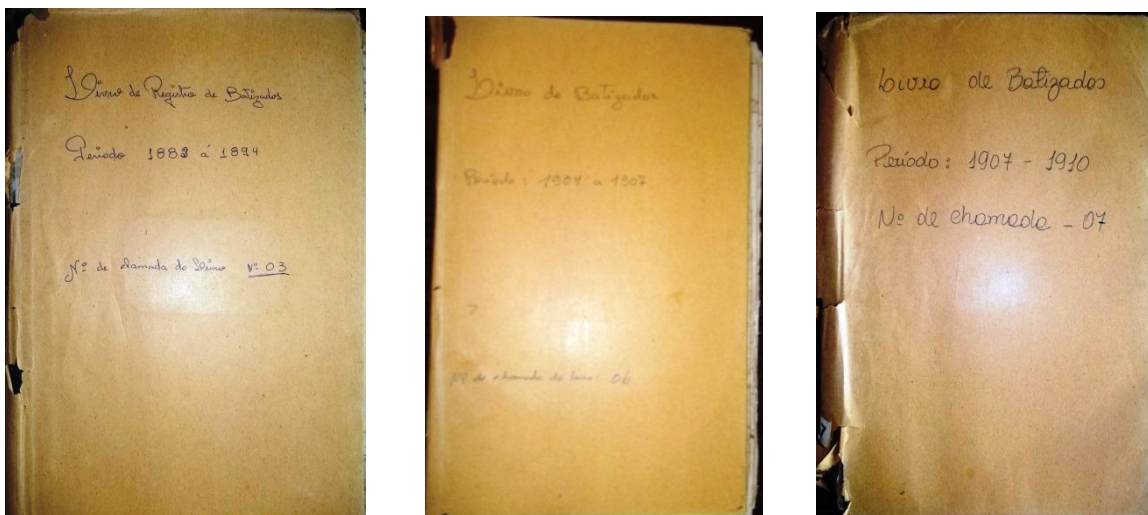
arquivo apresentar suportes com a mesma estrutura, sendo idênticos, causando certa confusão na hora da consulta.

Mesmo desconhecendo o método de classificação, os funcionários da paróquia conseguiram desenvolver a técnica de forma simples, embora se possa notar certa semelhança com a utilizada pelos profissionais de arquivo.

Com relação à conservação, observou-se que, no arquivo, a medida tomada pela administração, para preservar os suportes, foi apenas um revestimento nas capas, em que utilizou a folha de papel madeira, abrigando a sua capa (dura) preta original. Mas o manuseio inadequado e as consultas repetitivas nestes suportes findaram na destruição de parte dessas sobrecapas.

As imagens a seguir, apresentam na parte da frente, também chamada de pasta anterior, o tipo textual (batizados) e o seu período (data). Nota-se que cada suporte foi redigida à mão com caneta de tinta azul e preta, além do número da chamada ‘identificador’, correspondendo, respectivamente, a livros de batizados: n° **03** (1883 – 1894), n° **06** (1904 – 1907) e n° **07** (1907 a 1910).

Figuras 09, 10, 11 - CAPAS DOS LIVROS DE BATIZADOS DA IGREJA MATRIZ



Fonte: Arquivo paroquial de N. Sra. da Vitória.

Os códices apresentam as capas originais em excelente estado, porém, algumas partes internas se encontram gastas e amassadas, como é o caso do cabeceado. Outro

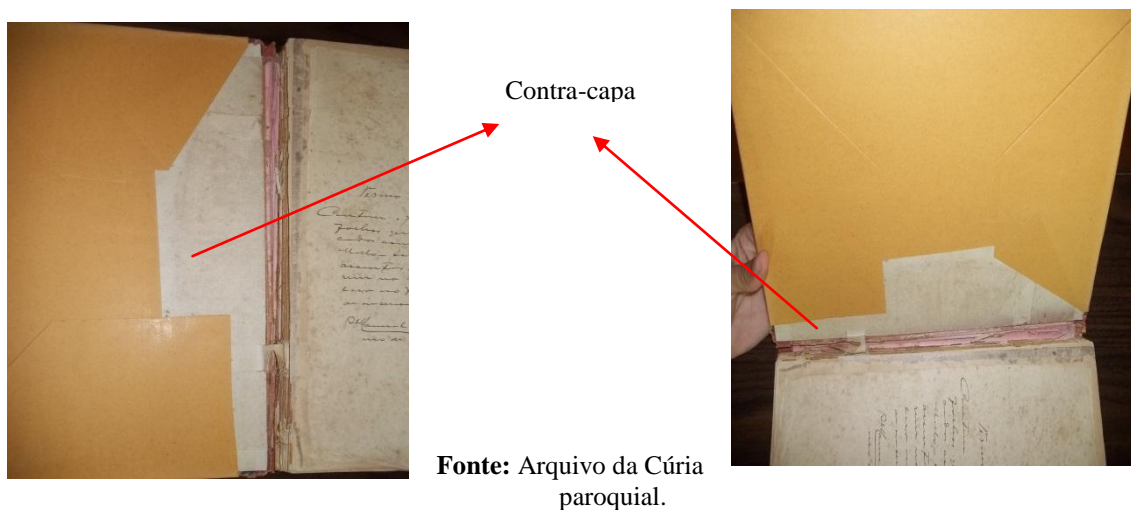
elemento de destaque é o encadernamento, do tipo colado, que deixa à vista todo o revestimento do forro e das canaletas.

Figura 12 - PARTE INTERNA – CÓDICE 03.



A folha colada na parte interna de guarda se refere à contra-capa. Nos originais, foram isoladas atrás do revestimento do papel madeira, como se percebe nas Figuras. A sua função é manter a capa grudada ao caderno, principalmente quando a encadernação se apresenta com as folhas coladas (MILEVSKI, 2001).

Figura 13, 14 - CONTRA-CAPA – CÓDICE 06



Com relação aos materiais, sabe-se que muitos suportes foram usados para representar a linguagem, evidenciando-se os materiais duros, como pedras, metais, paredes e utensílios; outros são mais moderados, como o pergaminho; e outros mais maleáveis, como o papiro e o papel. De acordo com Martins (1996), cada material teve sua manifestação, seu período de serventia, como os desenhos nas cavernas, antes da origem da escrita e, depois do surgimento desta, as palavras, conseguindo, dessa maneira, manter perpetuamente os sentimentos e o conhecimento humanos.

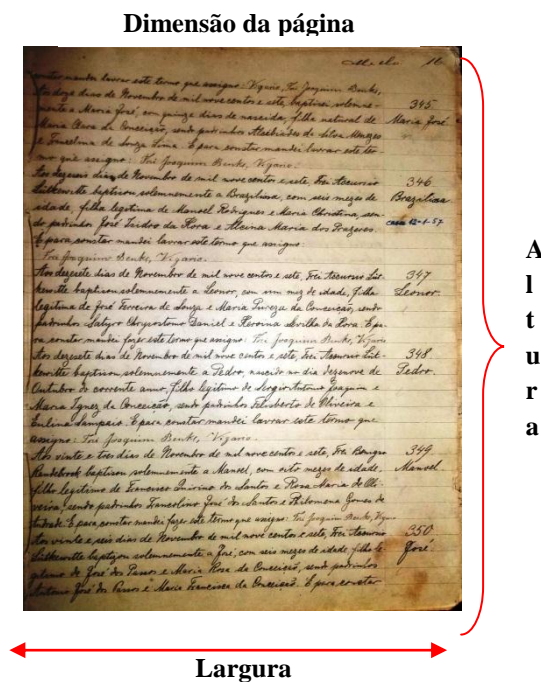
Os primeiros materiais usados na escrita são: o Papiro, um tipo de planta que foi muito cultivada às margens do Rio Nilo, no Egito. Segundo diz Cojureira (1971), os gregos e os egípcios utilizavam o seu caule para confeccionar tiras, formando tábuas, depois em folhas enrolando-as em uma vareta para formar os rolos, em que eram escritas as informações. O papiro foi um material consumido em muitas partes da Europa e pelos povos mais antigos, chegando à escassez em meados do séc. XII. Ele foi um grande concorrente de outro material, o pergaminho, sendo substituído por este posteriormente. Seu preparo consistia na retirada da pele de animais, misturando-o à substância química, alume, formando folhas. O nome pergaminho alude a Pérgamo, antiga cidade grega. Foi bastante utilizado pelos povos antigos desde o séc. III a.C., sendo também muito empregado pelos monges até o séc. XV. Era material muito caro; para reutilizá-lo, os monges realizavam uma raspagem, dando início ao processo, que ficou conhecido como *palimpsesto* (MARTINS, 1996).

Finalmente, o papel, tal qual conhecemos hoje, surgiu de um experimento do chinês, Ts'ai Lun²², que utilizou novos materiais como a casca de plantas, resultando neste novo produto. Ao que tudo indica, as técnicas usadas por Lun lembram as utilizadas com o papiro. Tanto é que o termo 'papel' vem da palavra latina "*papyrus*", papiro, embora não se trate da mesma coisa. Após a sua descoberta, o papel, por ter um custo inferior ao pergaminho, foi rapidamente introduzido na Europa, graças aos árabes, estendendo-se por diversas regiões do mundo. Os métodos empregados em sua fabricação foram-se aperfeiçoando ao longo do tempo, acrescentando novos elementos, como é o caso da madeira, matéria-prima mais utilizada na atualidade (COJUREIRA, 1971).

²² Segundo Cojureira (1971), Lun foi um funcionário da Dinastia Han. Misturando a casca de amoreira, o bambu e água, deixando-os escorrer, ele percebeu que depois de seco havia formado uma superfície que se podia escrever. Apresentando a técnica ao Imperador, em 105 d.C., a partir daí ficou conhecido como o inventor do papel.

A depender da época e do processo de feitura do papel, o formato empregado na folha pode apresentar dimensões já determinadas, mesmo aquele preparado manualmente (MARTINS, 1996). Assim, os suportes apresentam as mesmas dimensões e formatos, sendo a medida das Capas: 31 cm x 25 cm e da página: 30 cm x 24 cm. Diante disso, conforme as informações fornecidas por Martins (1996), afirma-se que o seu formato é caracterizado como do tipo *in-fólio*, ou seja, possuem um formato mediano.

Figura 15 - IMAGEM DO FÓLIO 16R°, CÓDICE 06.

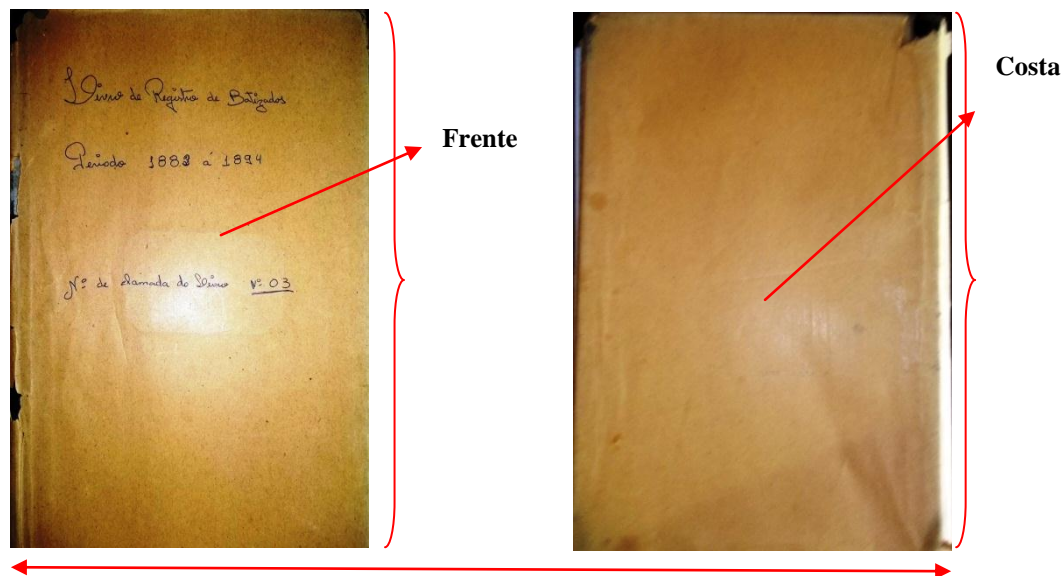


Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória.

Figura 16 - IMAGEM DOS FÓLIOS 37V° E 38R°, LIVRO 06.



Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória.

Figuras 17, 18 - CAPA DO LIVRO 03.**Dimensão das capas**

Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória.

Ainda sobre a composição formal dos códices, foi observada em cada livro uma particularidade, o que os torna especiais, únicos. O livro nº 03, por exemplo, apresenta a maior gramatura (espessura) dos três²³, cujas folhas somariam um total de 192 fólhos, estando, entre eles, o termo de abertura (folha de rosto) e de encerramento, dispostos em uma coluna e margeados. Porém, notou-se que mais ou menos trinta páginas foram retiradas, ou seja, uma boa parte da memória foi perdida.

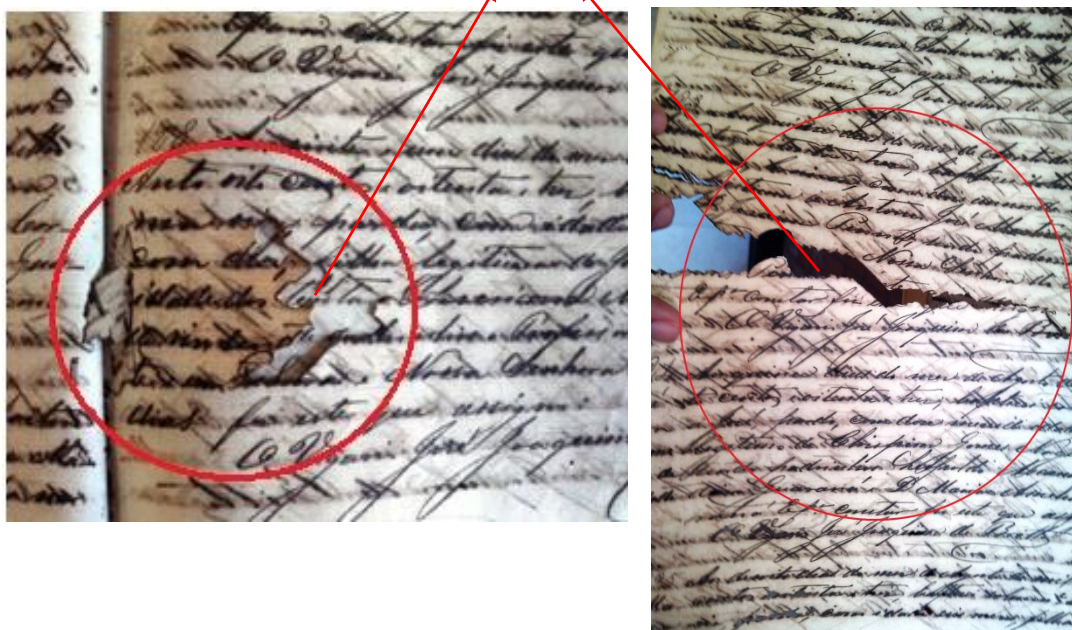
Já o papel utilizado em sua confecção constatou-se ser ele do tipo trapo, pois era o tipo fabricado no século XIX. Sua margem apresenta traços e, para a escrita, utilizaram a tinta ferrogálica, cuja composição é à base de ferro e, por isso, é mais ácido, o que pode causar o estrago do papel, que, com o tempo, apresenta um aspecto envelhecido, em que as folhas mostram uma cor amarela ou amarronzada (MARTINS, 1996).

Também foram observadas manchas escuras, causadas pelo tempo, pela iluminação e pelo próprio papel. As páginas estão desgastadas, algumas quebradiças, mostrando rasgos em seu meio, nas bordas, além de furos feitos por insetos, como cupins e traças em algumas partes. Isso aconteceu antes dos suportes irem para a secretaria da paróquia.

²³ Ver Figuras 19, 20 e 21.

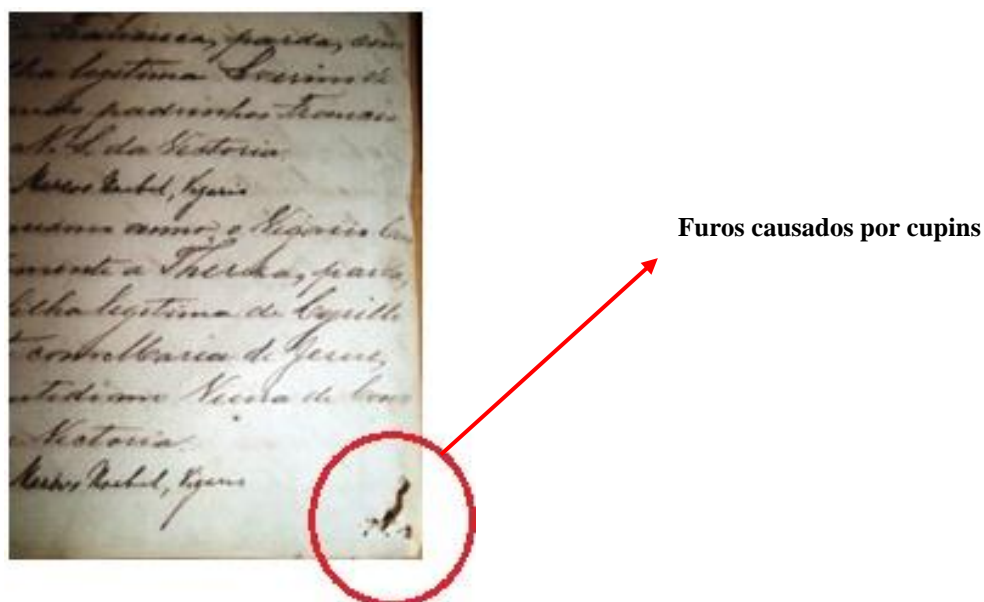
Figuras 19, 20 - IMAGENS DE PARTES DOS FÓLIOS 22R° E 25V°, CÓDICE 03.

Partes quebradiças



Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória.

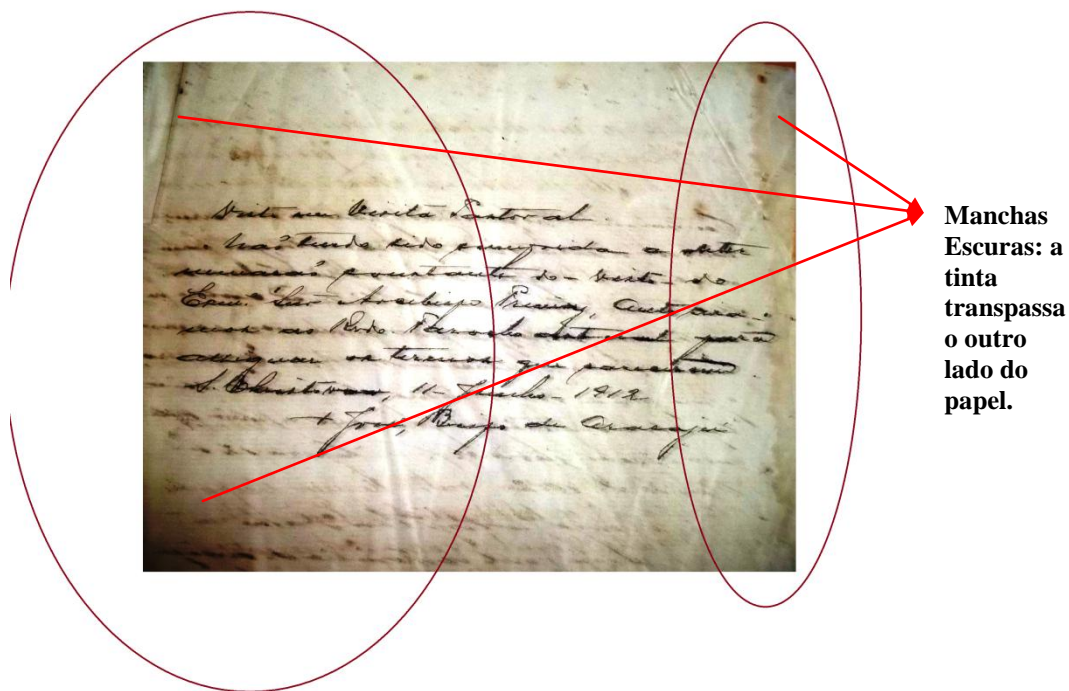
Figura 21 - IMAGEM DE PARTE DO FÓLIO 190V°, CÓDICE 03.



Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória

Quanto aos instrumentos de escrita, sabe-se que os párocos costumavam utilizar a caneta-tinteiro para escrever seus registros. Segundo Cojureira (1971), essas canetas eram uma espécie de penas, contendo um depósito de tinta e possuíam certa durabilidade de permanência no papel. Mesmo apresentando essas condições, o livro se encontra em bom estado de conservação.

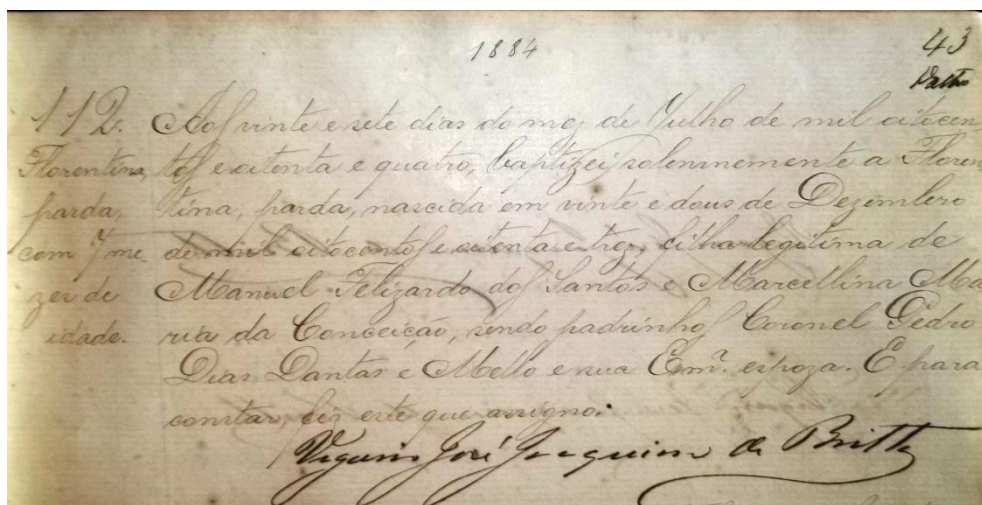
Figura 22 - FÓLIO 191R°, CÓDICE 03.



Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória.

Quanto aos elementos internos, este suporte apresenta letras com traços da escrita humanística cursiva, ora arredondada, como mostra a figura abaixo, ora mais fechada como a figura acima indicando que os registros foram redigidos por mais de uma pessoa. Nota-se também que todos os fólios foram escritos no recto e no verso, assinados pelos vigários responsáveis pelo ato, o que confirma se tratar de documentos oficiais e históricos.

Figura 23 - PARTE DO FÓLIO 43R°, CÓDICE 03.



Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória.

Outros elementos também podem ser identificados, como a data do documento, geralmente centralizado e na margem superior; observando também maiúsculas mais interessantes; a numeração e rubrica de quem assinou o documento, neste caso, do padre José Joaquim de Brito.

Figura 24 FÓLIO 43R°, LINHA 01 – ANO DO REGISTRO.

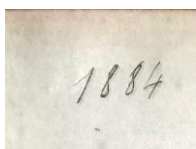


Figura 25 FÓLIO 43R°, LINHAS 01 E 02 – NÚMERO DO FÓLIO E RUBRICA DO PADRE.

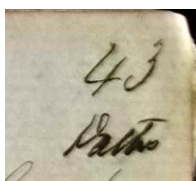


Figura 26 FÓLIO 43R°, LINHA 03 – LETRA MAIÚSCULA.

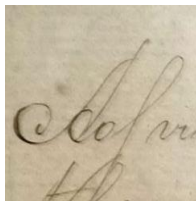
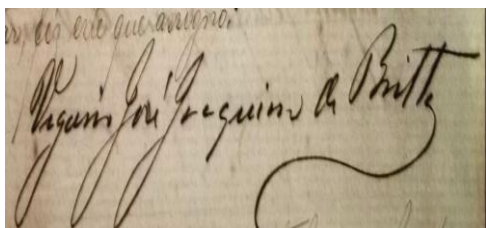


Figura 27 FÓLIO 43R°, LINHA 11 – ASSINATURA DO PADRE RESPONSÁVEL PELO BATISMO.

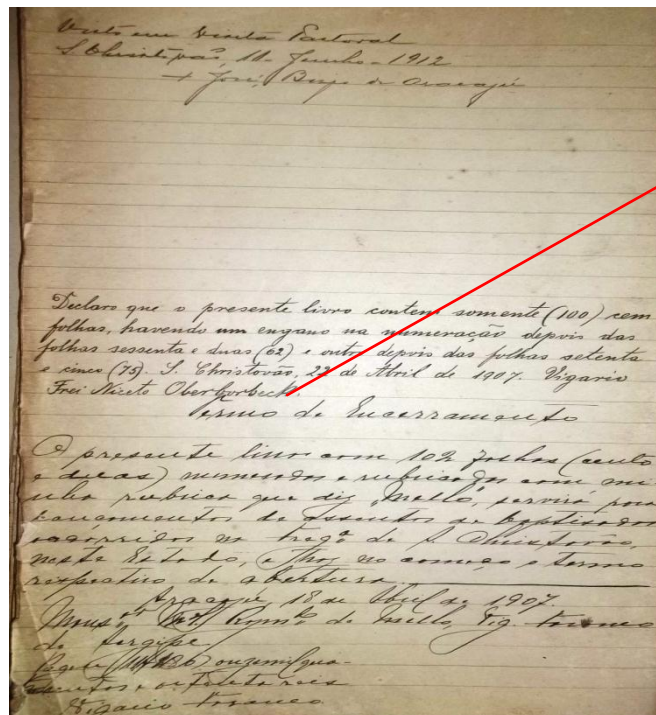


Nos códices 06 e 07, que datam do início do século XX, tendo, respectivamente, 102 e 100 fólios, também margeados, escritos em apenas uma coluna, podendo-se identificar elementos semelhantes e diferentes do códice 03.

Todos os fólios foram escritos no recto, no verso e assinados pelos vigários responsáveis pela celebração. O papel usado é do tipo almaço, apresenta letra do tipo humanística cursiva e seus registros também foram escritos por diversas pessoas, utilizando-se tinta ferrogálica preta e algumas notas explicativas de caneta azul e também a lápis nas margens, sendo feitas num tempo posterior.

Já a numeração também foi feita manualmente, mas, no livro 07, observou-se um erro na ordenação dos fólios, entre as páginas 62, pulando para a 65 e da 75 para a 77, mas isso não dificultou a sua organização, sendo essa ressalva anotada no termo de abertura do referido livro. Isso pode ser notado na ilustração abaixo:

Figura 28 - TERMO DE ENCERRAMENTO, CÓDICE 07.



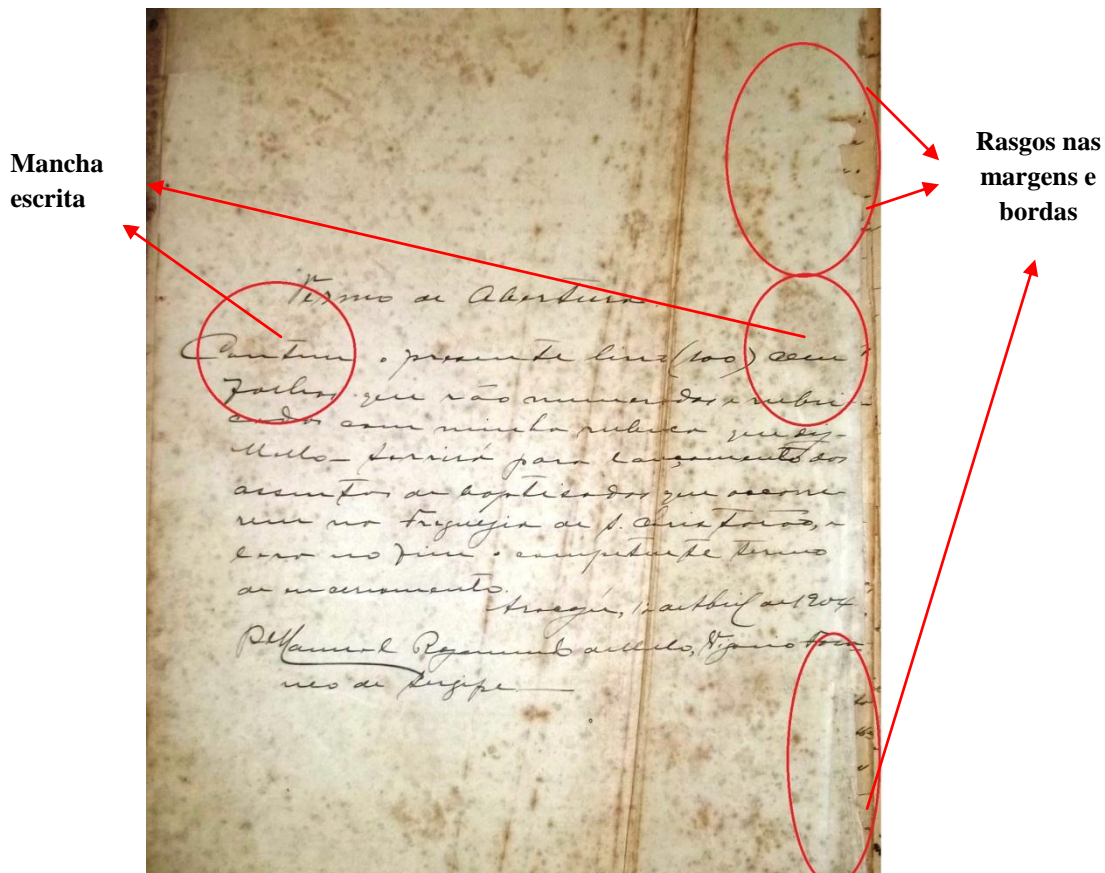
**Erro na
enumeração**

Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória.

A encadernação dos suportes 06 e 07, assim como o número 03, apresenta as folhas coladas, contendo alguns fólhos soltos. Ambos os livros foram confeccionados por uma tipografia do Rio de Janeiro, fornecidos pela papelaria Ribeiro, fundada em 1884.

Quanto à aparência dos fólhos, apresentam, em ambos os livros (06 e 07), uma cor pardacenta, pequenas manchas escuras, o que, entretanto, não compromete o conteúdo dos documentos. Também há presença de pequenos rasgos, principalmente nas bordas e pequenos furos no meio de algumas folhas. Cada livro possui as folhas de termo de abertura e termo de encerramento.

Figura 29 - IMAGEM DO TERMO DE ABERTURA DO CÓDICE 06.



Fonte: Arquivo da Cúria paroquial de N. Sra. da Vitória.

Quanto ao quantitativo de linhas escritas, observa-se que nos fólhos do livro 03 apresentam 29 linhas escritas e os demais livros (06 e 07) mostram 32 linhas escritas. Não se nota a presença de ornamentos e selos em nenhum livro.

Se os manuscritos são instrumentos que remetem ao passado e permitem elucidar a memória de um povo, preservá-los é fundamental, principalmente, quando o material utilizado para escrever é perecível, como o papel, incluindo a acidez da tinta, entre outras coisas, que podem com o tempo causar a destruição de parte e/ou de todo o texto. Por esse motivo, investigar os suportes do arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória, em especial os de batizados, tornou-se necessário e fundamental para apontar as causas e condições físicas dos livros/códices, compreender os tipos e a natureza das espécies documentais que constituem esse acervo a fim de proporcionar o acesso ao seu conteúdo, pois são testemunhos fidedignos de parte da história e memória de Sergipe.

4.2 Análise do *Corpus*

Os livros de batizados da Matriz Nossa Senhora da Vitória (1608), como já foi afirmado, somam 41 peças. Nas análises tipológica e textual realizadas no *corpus*, foram observados aspectos que esclarecem certos questionamentos quanto à forma intrínseca e extrínseca dos textos paroquiais produzidos nos séculos XIX e XX. Os testemunhos permitem averiguar a realidade social e histórica daqueles que viveram entre esse período, a situação da igreja impondo sua doutrina e seu domínio incutido em todos os seguimentos sociais, moldando, através da linguagem, a forma de nomear um indivíduo.

Para desenvolver as análises, elaboraram-se fichas do tipo catalográfica e tipológica, identificando o local em que está o documento, o número de chamada do suporte usado, a data em que foi produzido e os dados essenciais do seu conteúdo. Essas informações foram acrescentadas em quadros, retirando todos os dados linguísticos necessários.

QUADRO 2 - MODELO DE FICHA CATALOGRÁFICA

Tipo documental:	Livros de batismo
Nº de chamada:	03
Local de origem:	Paróquia Nossa Senhora da Vitória, São Cristóvão/SE.
Função:	Registro de pessoas
Período:	De 1883 a 1894
Quantidade de páginas:	192

Fonte: Elaborada pela autora.

QUADRO 3 - MODELO DE FICHA TIPOLOGICA

Pesquisadora:		
Local de origem:		
Espécie documental;		
Número de chamada do	Data:	Nº do fólio:
Observações:		
Numero do termo:	Nome do Padre que realizou o batismo:	Data de batismo:
	Idade:	Data de nascimento:
	Legitimação:	Cor:
Filiação	Nome do Pai:	Nome da Mãe:
	Condição social:	Condição social:
Padrinhos	Nome do padrinho:	Nome da madrinha:
	Condição social:	Condição Social:
Assinatura do Padre		

Fonte: Elaborada pela autora.

Os quadros elaborados acima se tornaram necessários, pois é na coleta dos dados que o estudo se caracteriza como pesquisa. Após a organização das fichas, pode-se formular um banco de informações para, então, se proceder às análises.

Esta pesquisa, como já afirmado, tem caráter exploratório, comparativo e qualitativo. Exploratório porque o material utilizado é fonte de informação para o desenvolvimento da pesquisa, qualitativo porque o intuito é buscar nos códices aqui utilizados dados, que mostrem o fenômeno que incitou essa investigação e comparativo, porque pertencem a épocas diferentes, notando-se certas semelhanças e a inclusão de novos elementos na forma de se registrar, condizentes com a realidade de cada período.

4.2.1 Registros paroquiais séculos XIX-XX

Observa-se que os registros paroquiais apresentam informações relativas aos períodos: imperial (1883 a 1894) e republicano (1904 a 1910), além de apresentar a estrutura padrão dos textos destes dois períodos.

Na paróquia Nossa Senhora da Vitória, os dados registrados nos códices produzidos até a data de 1889 trazem informações interessantes no que se refere à condição social e à cor da pele das pessoas, à situação de homens livres e escravos, à questão da legitimidade das crianças, ao apadrinhamento, mas, sobretudo, evidenciam o poderio de uma instituição, a igreja católica, exercido sobre as pessoas, a impor suas crenças e práticas culturais na vida dos escravos e seus descendentes.

Os assentos nos livros seguiram um padrão da época, facultando, em alguns casos, certas exceções que serão mostradas em ilustrações mais adiante. Nota-se em praticamente todos os registros analisados, os seguintes elementos:

- Número do termo de assento;
- Nome do indivíduo;
- Dia, mês, ano do batismo;
- Cor e idade, geralmente, a data de nascimento;
- Legitimidade de filiação (caso houvesse conhecimento);
- Situação dos pais (em caso dos escravos);
- Permissão do padre responsável pela paróquia, quando este não presidisse a cerimônia ou se estivesse fora desta;
- Cargo e nome completo do padre oficiante do sacramento;
- Local em que se realizava o batismo fora da paróquia;

- Nome completo dos pais e dos padrinhos;
- Assinatura do vigário responsável pela paróquia.

Essas informações eram incluídas pelos párocos conforme as orientações do bispado. No caso abaixo, nota-se perfeitamente que o assento condiz com o padrão recomendado, em que se apresentam quase todos os elementos enumerados anteriormente.

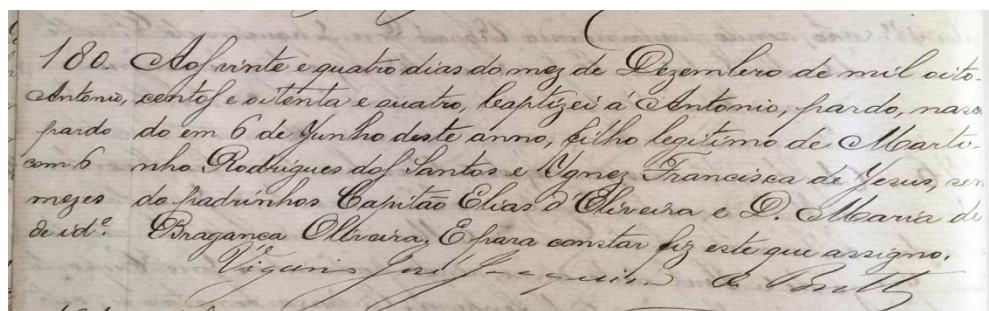
Alguns assentamentos podem ilustrar o que foi dito: o termo de número 86, por exemplo, diz respeito ao registro de batizado de um menino de cinco anos, de pré-nome Thomaz, cuja cerimônia foi realizada no dia 05 de junho de 1884, tendo o indivíduo a cor branca, porém seu nascimento se deu em 10 de maio de 1878. A criança pertencia à fidalguia, conforme os dados apresentados acerca de sua filiação: filho do capitão Joaquim José Pereira e Joanna Roza de Vasconcellos Pereira, além de ter como padrinhos, Major Fausto Dias Botto e Nossa Senhora. Neste caso, nota-se, a identificação de ‘Nossa Senhora’ como madrinha, sendo isto costume bem comum entre os indivíduos, ao colocar a santa como protetora dos seus filhos. O termo só é finalizado quando o pároco responsável pela paróquia e/ou pela cerimônia assina o documento, oficializando-o.

Figura 30 - TRECHO DO ASSENTO BATISMAL DE THOMAZ (BRANCO).



Fonte: Arquivo paroquial (livro de batismo nº 03 - N. Sra. da Vitória/ São Cristóvão).

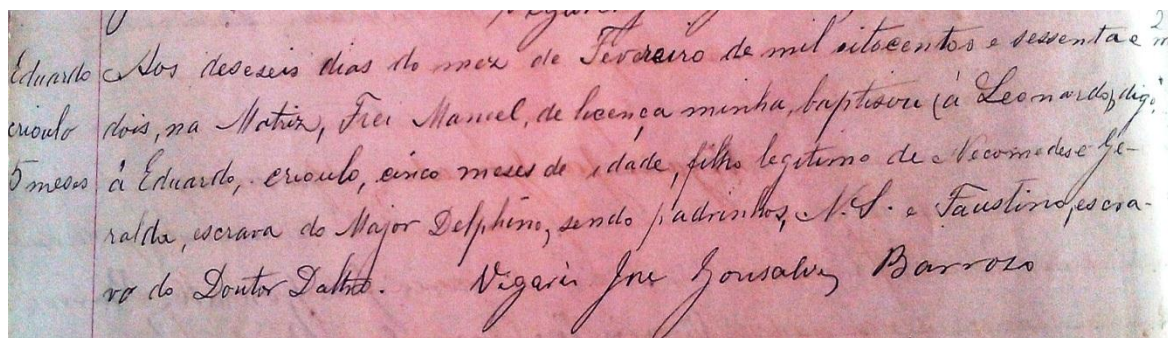
No assento de Thomaz, observa-se que o registro da cor informa a condição do indivíduo, caracterizando-se uma marca identificadora da posição ocupada por ele na hierarquia social, ou seja, Thomaz, criança de cor ‘branca’, filho de capitão, cujos familiares possuíam uma posição de destaque na comunidade. Já a condição dos escravos possui outro teor: ressalta-se a cor pelos adjetivos ‘pardo’, ‘crioulo’, ‘preto’, como se apresenta no exemplo abaixo, no assentamento de Antonio:

Figura 31 - TRECHO DO ASSENTO BATISMAL DE ANTONIO (PARDO).

Fonte: Arquivo paroquial (livro de batismo nº 03 - N. Sra. da Vitória/ São Cristóvão).

Os dois assentos fazem parte do mesmo livro, o primeiro se trata de um branco e o segundo de um escravo livre. Já em outras comunidades, como é o caso de Laranjeiras, município de Sergipe, os registros de escravos e livres se faziam em livros separados dos brancos. Nos casos abordados, a anotação foi necessária para a realização do censo das comunidades, pois tal função era exercida nas paróquias. Os padres faziam a contabilidade dos dados através dos registros e redigiam um tipo de ‘mapa’ populacional e, dessa forma, podia-se representar o quantitativo de todas as pessoas que habitavam nas freguesias e cidades.

Em Sergipe, no século XVIII, a freguesia de São Cristóvão, por exemplo, apresentava uma população dividida em quatro grupos: brancos, pardos (ingênuos, libertos, cativos), pretos e índios. No caso dos pretos, segundo Loiola (2010), diz-se de escravos com a condição de forros e livres. Há os casos de mestiços: os mulatos nascidos da mistura entre os brancos e pretos; o caboclo, do branco com índio e o cafuzo, do índio com preto. Já o termo ‘crioulo’ indica a origem do escravo, se nascido no Brasil ou na África. Esse termo pode ser verificado na notação a seguir:

Figura 32 - FRAGMENTO DO ASSENTO DE EDUARDO (ESCRAVO/CRIOULO).

Fonte: Arquivo paroquial (livro de batismo nº 03 - N. Sra. da Vitória/ São Cristóvão).

Este trecho não traz ocorrência do número do termo; apresenta o nome da criança, Eduardo, data do batizado (16/02/1862), o local em que foi realizado a Igreja Matriz, o sacerdote Frei Manuel, que realizou o santo sacramento, tendo a licença do vigário responsável pela paróquia, José Gonsalves Barrozo. E para confirmar o significado do termo *crioulo*, como origem do indivíduo, ficando claro que a criança, cuja idade é de 05 meses de vida, com a condição de escravo nascido no Brasil. Como se pode notar, não foi informada a data do nascimento, o que quase sempre acontecia.

Outro ponto interessante e que merece destaque é a questão da legitimidade da criança, ‘filho legítimo’, que no caso abordado, consta apenas o pré-nome dos seus pais e sua condição social, (escravo) e a quem pertenciam. Dessa mesma feita, procedeu-se com os padrinhos, incluindo Nossa Senhora novamente como madrinha.

A legitimidade das crianças, segundo esclarece Marcílio (2004), deveria constar assim nos livros:

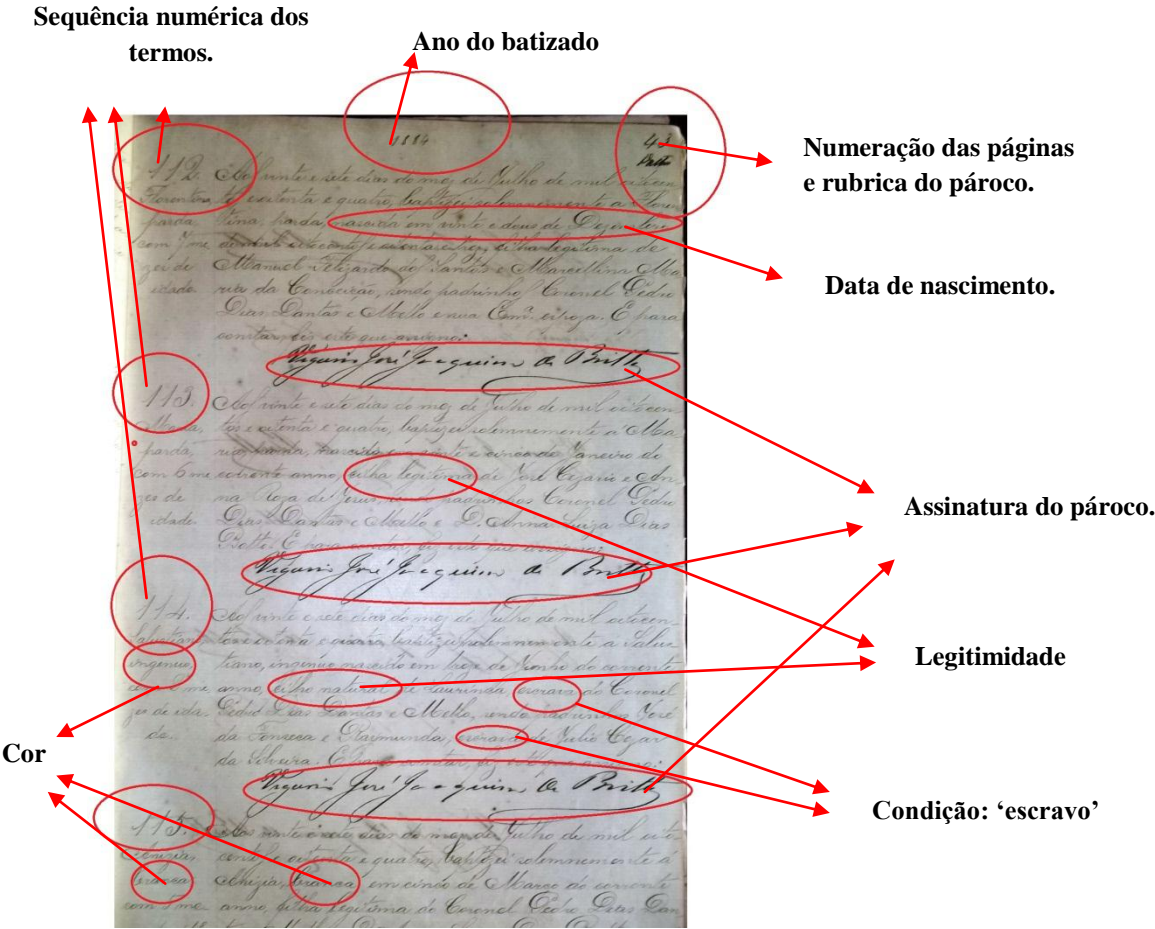
[...] se a criança era ilegítima e o nome dos pais quando conhecidos, ou a menção filho de pais incógnitos; se a criança fora exposta (abandonada) a menção deste fato e onde estava sendo criada; se escrava, deveria trazer o nome do senhor. Casos de criança adúltera, ou de criança sacrílega (filha de padre) deveriam ser assinalados. (MARCILIO, 2004, P.15).

Verifica-se, assim, que as normas continuaram as mesmas, mas os registros foram se adaptando com acréscimo de novas informações, conforme os eventos e práticas sociais desenvolviam no dia-a-dia.

Nesses extratos e tantos outros visualizados nos códices, pode-se afirmar que acontecia, na fase em que foram produzidos, de os párocos realizarem os registros, tanto de homens livres quanto escravos, incluindo também os brancos, no mesmo livro. Coisa que geralmente se fazia separadamente, pois, como se nota, os termos apresentados mostram estruturas diferenciadas e era costume nas paróquias não registrar escravos e indivíduos de condição inferior a dos brancos.

No exemplo abaixo, percebe-se como os registros eram redigidos em São Cristóvão demonstrando o assento de brancos, escravos e livres:

Figura 33 - FÓLIO 43Rº, LIVRO 03 (ES CRAVO, LIVRE E BRANCO).



Fonte: Arquivo paroquial N. Sra. da Vitória/ São Cristóvão.

Essas informações são essenciais para a reconstituição estrutural de São Cristóvão. Nos dados analisados, os que se referem à nomeação, observou-se, no livro nº 03, que os nomes mais comuns entre os pais, mães, padrinhos dos escravos e filhos de escravos (livres), batizados na referida paróquia, podem ser visualizados no quadro abaixo. Nota-se, contudo, que quase todos eles, entre 1861 e 1894, estão ligados a um santo católico.

QUADRO 4 - NOMES MAIS COMUNS EM SÃO CRISTÓVÃO – SÉC. XIX.

Nomes de escravos	Relacionado a santo católico	Quantitativo
Anna Maria	Sim	20
Anna Roza	Sim	30
Antonio	Sim	50
Clemente	Sim	24
Domingos	Sim	33
Eduardo	Sim	12
Firmino	Sim	08
Florentina	Sim	25
Francisca	Sim	60
Francisco	Sim	40
Ignacio	Sim	10

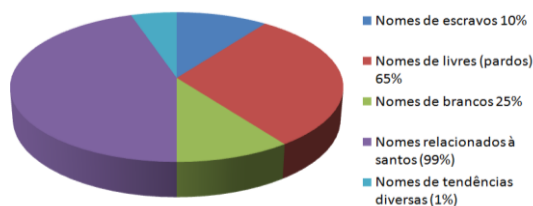
João	Sim	30
José	Sim	89
Josepha	Sim	55
Juventino	Sim	30
Luiz	Sim	25
Manuel	Sim	60
Marcos	Sim	12
Maria	Sim	80
Maria da Conceição	Sim	30
Maria das Virgens	Sim	15
Maria do Sacramento	Sim	10
Maria Innocencia	Sim	12
Martinho	Sim	10
Miguel	Sim	28
Perpetua	Sim	10
Ritta	Sim	02
Rosa Maria	Sim	15
Salustiana	Sim	10
Tertuliana	Sim	05

Fonte: Livro de batizado, n° 3.

Com isso, percebe-se que, neste período, as pessoas tinham na religião a sua visão de verdade. No processo de nomeação dos escravos e livres, os donos opinavam quanto à designação que deveriam receber as crianças, assim como deixavam que os pais escolhessem o nome para seus filhos. Mas o maior destaque é ver um quantitativo superior de nomes que lembram, de alguma maneira, o de algum santo, como se nota nos nomes mais comuns no século XIX, antes de a Lei Áurea entrar em vigor, servindo de exemplo: Clemente, Florentina, Francisco etc. Importa, ainda, considerar a influência da Igreja na configuração dos sobrenomes.

Na verdade, os escravos e seus filhos livres, perdendo a identidade ao se expatriarem, recebiam aqui sobrenomes bem apropriados ao contexto católico: da Conceição, dos Santos, de Jesus, do Sacramento, das Virgens, de Sant' Anna, são alguns exemplos que ilustram a realidade de uma comunidade. Será ilustrado no gráfico abaixo, o percentual de nomes encontrados no livro 03, dentre eles, o maior quantitativo se refere aos filhos de escravos, os pardos e crioulos, em seguida os brancos e pouquíssimos escravos. Observou-se, porém, que de todos os nomes, 1% demonstrou ligação com outras motivações e 99% fazem correspondência com algum santo cultuado na Cidade de São Cristóvão, afirmando mais uma vez a investida da Igreja nos costumes de um povo.

Gráfico 1 – Percentual de Nomes de Pessoas por Condição Social (Séc. XIX).



Fonte: Livro de batizado nº03 – Igreja Matriz.

Pode-se afirmar que a nomeação dos escravos e dos livres em São Cristóvão, no período em questão, foi devido ao posicionamento das práticas eclesiais nas comunidades, que estabeleceu uma condição idealista religiosa introduzida na mente desses indivíduos, causando um efeito nestes sujeitos influenciando em suas percepções e visões reais. Isso porque, para o Estado e para a Igreja, os escravos eram considerados pessoas rudes.

Bourdieu (2004) explica que essa ideologia/verdade de mundo introduzida por uma classe dominadora tem origem no campo social, no compartilhamento de pensamentos, em que as pessoas entendem esse mundo, esse espaço social que influencia fortemente no seu modo de agir,

[...] o mundo *social* tende a ser percebido como evidente e a ser apreendido [...], porque as disposições dos agentes, o seu *habitus*, isto é, as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social (BOURDIEU, 2004, p. 157-158, grifo do autor).

Para o autor, as concepções das coisas são apreendidas pelos sujeitos, quando estes estão no momento de interação, em que ocorre a circulação das ideias. No processo de nomeação dos escravos, essa concepção da doutrina católica determinava como as pessoas deveriam agir, como elas deveriam ser ensinadas quanto às atividades religiosas. No caso dos escravos, estava mais para a autoridade do que por vontade, mais imposição da doutrina e não apenas um simples ensino da Santa Sé. Isso pode ser afirmado no capítulo III das Constituições Primeiras, apresentado no seguinte trecho:

[...] que todos os Domingos do anno, em que não concorre alguma festa solemne, ensinem aos meninos, e **escravos** a Doutrina Christã no tempo, e hora, que lhe parecer mais conveniente, [...] E para se conseguir o fruto desejado, ordenem os Parochos aos Pais, que mandem aos lugares, e horas determinadas seus filhos; e aos Senhores seus escravos: e se algumas das sobreditas pessoas, esquecidas da obrigação Christã, a não forem ouvir, e não mandarem as pessoas, que estão a seu cargo, para a ouvirem, sejam certos, que se fazem reos de quantos peccados, se

commetterem por falta de Doutrina, de que Deos nosso Senhor lhes fará rigoroso juizo. E aos padres Capellães encommendamos, que nas suas Capella fação a mesma diligencia, principalmente com **os escravos**.

E porque os **escravos** do Brasil são os mais necessitados da Doutrina Christã, sendo tantas as nações, e diversidades de linguas, que passam do gentilismo a este Estado, devemos de buscar-lhes todos os meios, para serem instruídos na Fé, ou por quem lhes falle nos seus idiomas, ou no nosso, quando elles já o possão entender. E não ha outro meio mais proveitoso, que o de uma instrução accommodada á sua rudeza de entender, e barbaridade do fallar. Por tanto serão obrigados os Parochos a mandar fazer copias, (se não bastarem as que mandamos imprimir) da breve fôrma do Cathecismo, que vai no titulo 33 para se repartirem por casas dos freguezes, em ordem a elles instruirem aos seus **escravos** nos mysterios da Fé, e Doutrina Christã, pela fôrma da dita instrução, e as suas perguntas, e respostas serão a examinadas, para elles se confessarem, e commungarem Christãmente²⁴.

Percebe-se explicitamente a autoridade do bispo diocesano sobre seus párocos, estendendo-se aos fiéis e também aos seus escravos. Esse domínio da igreja católica influenciou na simbologia dos nomes, conforme os dados apresentados nos doze fólios editados, destacando os itens: *Nossa Senhora*, *Nossa Senhora da Vitória*, *Nossa Senhora do Amparo*, *Nossa Senhora da Conceição*, *Nossa Senhora das Dores*, referindo-se à Santa padroeira e as demais cultuadas na Cidade de São Cristovão, fato ligado ao apadrinhamento.

Este dado reside na escolha de um santo para apadrinhar uma criança, sendo maior incidência a escolha de Nossa Senhora como madrinha. Essa escolha pode ser notada nas ilustrações abaixo, sendo observado em outras amostras, nos dois períodos em questão, um quantitativo de mais de 150 (cento e cinquenta) nomes relacionados às santas. Essa tendência pode ser caracterizada como um costume, tendo os pais o objetivo de proteger os seus filhos, entregando-os nas mãos protetoras da santa.

²⁴ **CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia**, 1853, p. 37-38, grifo nosso.

Figuras 34, 35 - TRECHOS DOS FÓLIOS 58Rº E 43Vº, LIVRO 03.

João, Ao primeiro dia do mez de Janeiro de mil e oitocentos e
 quatro, batizei solemnemente a João, fardo, com
 com 2 dias mezes de idade, filho natural de Joanna Francisca da
 mezes de Queza; sendo padrinhos Capitão Elias d' Oliveira e N.
 cidade. S. da Vitória. E para constar fiz este que assigno.
 Vicari. José Joaquim da Brito

33. Ao vinte e dois dias do mez de Março de mil e oitocentos
 Francisco, de e oitenta e cinco, batizei a Francisco, ingenuo, nas
 ingenuo, sendo em oito de Outubro do anno passado, filho na-
 com 5 tural de Marcelina, escrava de José Francisca da
 mezes de Fomeca, sendo padrinhos José Teodoro dos Santos e
 cidade. N. Senhora. E para constar, fiz este que assigno.
 O Vigari. José Joaquim da Brito

Fonte: Arquivo paroquial N. Sra. da Vitória/ São Cristóvão.

O apadrinhamento, segundo Brügger (2004, p.06), é um vínculo afetivo que se estabelece entre as pessoas, sendo o laço familiar construído entre a criança, seus pais e os padrinhos escolhidos: “o padrinho, [...] segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um com-padre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, se dividia a paternidade”.

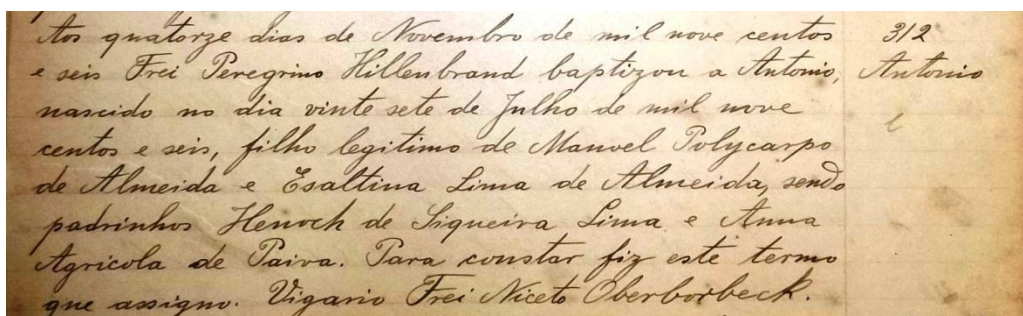
O apadrinhamento era visto como um laço entre padrinho, madrinha e a família do batizado. A função dos padrinhos era acompanhar o batizado na espiritualidade religiosa, conduzindo-o e auxiliando-o no caminho da vida. No caso dos escravos, a escolha dos compadres e comadres pelos pais, geralmente, era feita levando-se em conta o grau de amizade entre eles. Contudo, percebe-se que, em São Cristóvão, em muitos casos, a escolha pela santa como madrinha era uma forma de pedido de cuidado para com os batizados (BRÜGGER, 2004). Essa mesma realidade se observa também nos registros do século XX a seguir, notando-se que há forte tradição religiosa perpetuada até os dias atuais.

Nos registros de batizados do período (1904 a 1910) também demonstram as mesmas características dos registros de séculos anteriores; percebe-se, porém, que as práticas foram se aprimorando, trazendo informações condizentes com a nova realidade. Essas informações apresentam-se da seguinte forma:

- Número do termo de assento;
- Nome do indivíduo (pré-nome);
- Dia, mês, ano do batismo;
- Idade, (ano e/ou meses), em algumas exceções, a data de nascimento;
- Indicação de circunstâncias: em caso de perigo de morte (expressões latinas entre aspas “in casu necessitatis” e “in periculo mortis”);
- Legitimidade dos pais;
- Nome completo e cargo do padre responsável pelo sacramento;
- Nome completo dos pais e dos padrinhos;
- Assinatura do vigário responsável pela paróquia.

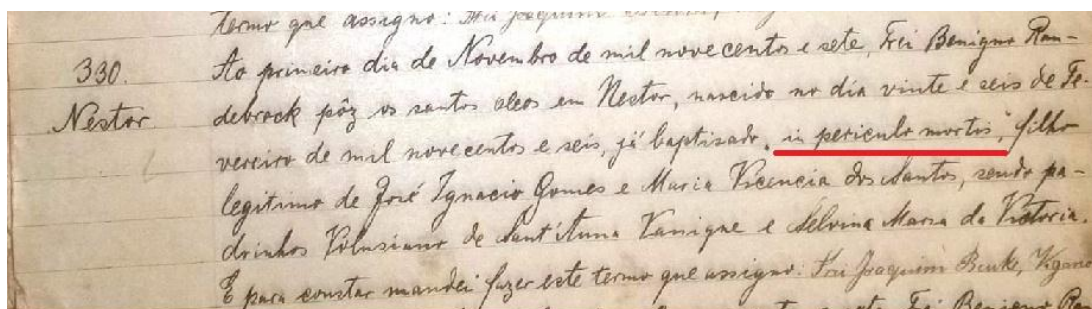
Na ilustração abaixo, observa-se o modelo de texto utilizado em quase todos os assentos feitos na paróquia Nossa Senhora da Vitória, no início do século XX. Notam-se os seguintes dados: o termo, nome do batizado, data de realização da cerimônia, data de nascimento, nome do responsável pelo batismo e sua qualificação, legitimidade dos pais, nome completo dos pais e padrinhos e assinatura do vigário que dirige a paróquia. São sequências exatamente idênticas às dos registros do século XIX, com exceção da cor, que se tornou um item quase escasso.

Figura 36 - FRAGMENTO DO ASSENTO DE ANTONIO.



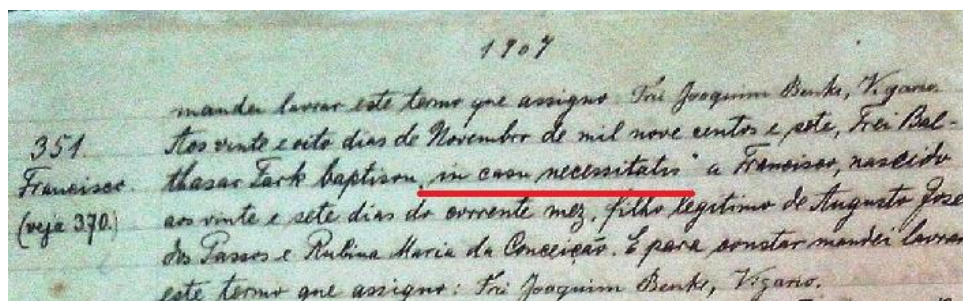
Fonte: Arquivo paroquial (livro de batismo nº 07 - N. Sra. da Vitória/ São Cristóvão).

Há os casos especiais, em que os padres acrescentavam as causas e circunstâncias do ato celebrado (enfermidade, de quase morte) e, fazendo ressalvas, utilizavam as expressões “in periculo mortis” e “in casu necessitatis”, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

Figura 37 - ASSENTO DE NESTOR (EM PERIGO DE MORTE).

Fonte: Arquivo paroquial (livro de batismo nº 06 - N. Sra. da Vitória/ São Cristóvão).

Geralmente os batizados feitos em caso de risco de vida, muitas vezes realizados fora da sede paroquial, seguiam também as normas de registro. Dever-se-ia tomar nota da cerimônia e da pessoa que a presidiu, pois, nessas condições, qualquer pessoa poderia realizar tal procedimento, usando, para isso, água e dizendo as palavras: “*Eu te baptizo em nome do Padre, e do Filho, e do Espirito Santo*”²⁵, conforme o que diz as constituições. No caso abaixo, percebeu-se a indicação de (veja 370), fazendo referência à doença. Isso quer dizer que Francisco foi batizado porque era o costume e por apresentava um quadro de quase morte.

Figura 38 - ASSENTO DE FRANCISCO (EM CASO DE NECESSIDADE).

Fonte: Arquivo paroquial (livro de batismo nº 07 - N. Sra. da Vitória/ São Cristóvão).

No conteúdo destes registros e nos demais usados neste período, percebe-se que o modo de dar nomes seguia a tradição de homenagens, podendo ser motivados por diversos fatores: por religiosidade, por laços afetivos, por estima. Mas, nesta pesquisa, procurou-se observar apenas a via religiosa, o que pode ser visualizado no quadro 07, em que se mostram os nomes dos pais e padrinhos tendo forte ligação com o religioso.

²⁵ CONSTITUIÇÕES, 1853, p. 13.

QUADRO 5 - NOMES MAIS COMUNS NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM SÃO CRISTÓVÃO.

Livros de Batizado	Pais e Padrinhos	Quantitativo
06	Antonia Maria	19
	Antonio	28
	Antonio José	34
	Domingos	42
	Edwiges Maria	02
	Elias José	16
	Elpídio	10
	Firmino	55
	Francelina	44
	Francisco Pedro	29
	Jacintho	69
	Januária	12
	José Bento	03
	Jose do Amparo	07
	José Domingos	25
	José dos Passos	15
	José Gregório	03
	José Matheus	02
	Juventina	30
	Luiz Cosme	02
	Caesília	04
	Manuel	87
	Maria Clara	02
	Daniel	05
	Maria da Conceição	39
	Josephina	60
	Maria da Glória	22
	Maria de Jesus	12
	Maria do Amparo	16
	Maria do Patrocínio	06
	Maria Francisca	18
	Maria Joanna	22
	Maria José	90
	Maria Pastora	04
	Maria Rosa	25
	Maria Salustiana	09
	Martiniano Francisco	18
	Mathilde Maria	03
	Pedro	33
	Saturnino José	21
	Anna Martha	03
	Antonia	60

07	Antonio	44
	Archanja	02
	Cecília	16
	Domingos	29
	Firmino	22
	Francisca	54
	Francisco	66
	Gabriel	04
	Izabel Benigna	02
	Joanna Baptista	10
	João	36
	João Antonio	08
	João Baptista	13
	João Pedro	18
	José Vicente	03
	Josepha Maria	52
	Luiz	11
	Maria dos Anjos	05
	Maria Francisca	30
	Maria Joanna	27
	Maria Luiza	02
	Maria Lurdez	10
	Maria Victoria	02
	Marcelina	27
	Miguel José	14
	Pedro	22

Fonte: Livros de batizados n° 6 e 7.

Neste quadro, confirma-se realmente a existência da tendência dos pais a colocar nos filhos nomes que tenham ligação com algum elemento religioso. Isso pode ser visto, por exemplo, na quantidade de Franciscos, que, com toda certeza, receberam esses nomes por causa da Ordem Franciscana, que foi muito atuante na cidade. Outros nomes, como José dos Passos, remetem à Ordem Terceira do Carmo, cujo padroeiro é Senhor dos Passos; José do Amparo, em homenagem a Nossa Senhora do Amparo; Maria Victória, que lembra, sem sombra de dúvida, a padroeira da cidade – Nossa Senhora da Vitória.

Estes dados confirmam o fenômeno que se propôs na investigação. Com certeza, esses nomes foram sendo transmitidos de geração a geração, não por sua significação, mas por simbologia e ideologia religiosa, que construiu sua verdade com o propósito de dominar, representada nas práticas eclesiais, através das quais impuseram sua vontade, legitimando sua autoridade por meio da função exercida nas comunidades.

No último quadro, é demonstrada outra tendência quanto à nomeação de pessoas fazendo uma relação entre o dia de nascimento e o dia correspondente a um santo católico.

QUADRO 6 - NOMES CORRESPONDENTES AO DIA DOS SANTOS CATÓLICOS

Livro	Batizado	Santo Correspondente	Fólios	Data de Nascimento
06	Cecília	Santa Cecília	f.82v°	22/11/1906
	Domingos	Domingos de Silos	f.100r°	20/12/1906
	Francisca	São Francisco de Assis	f.58v°	04/10/1905
	Jacintha	Jacinto de Cracóvia	f.98v°	17/08/1907
	Januária	São Januário	f.74r°	19/09/1906
	José	São José	f.58v°	19/03/1906
	Maria Appolonia	Santa Apolônia	f.67r°	09/02/1906
07	Anna	Santa Ana	f.43r°	26/07/1908
	Antonia	Antônio de Pádua e de Lisboa	f.10v°	13/06/1907
	Celina Maria	Santa Celina	f.44v°	21/10/1908
	Francisco	Francisco Antônio	f.60v°	27/11/1907
	Izabel	Santa Izabel	f.44v°	05/11/1908
	José	São José Operário	f.14r°	01/05/1907
	Jovita Maria	Jovita	f.60v°	15/02/1907
	Maria das Mercês	N. Sra das Mercês	f.43v° e f.44r°	24/09/1907
	Nestor	São Nestor	f.14v°	26/02/1906
	Pedro	São Pedro de Alcântara	f.16r°	19/10/1907

Fonte: Livros de batizados n° 6 e 7.

Nem sempre os registros fazem referência à data de nascimento da pessoa, o que tornou difícil buscar, neste caso, maiores evidências. Muitas outras abonações foram listadas, e mais numerosos seriam os exemplos se houvesse, naquele período, a preocupação de registrar com exatidão o dia, mês e ano em que ocorreu o nascimento. Mesmo assim, a investigação fez perceber, compreender o fenômeno (a relação entre o ideário católico e a nomeação das pessoas), explicitá-lo e analisá-lo com o auxílio de referências bibliográficas, a fim de cumprir os objetivos propostos no momento de inquietação gerada pela problemática que induziu e conduziu o andamento deste estudo.

Assim, em São Cristóvão, a representação da igreja foi referencial na vida dos sujeitos nas comunidades que ela dirigiu. Suas ideias moldaram os pensamentos e as práticas dos sujeitos, impôs sua cultura através dos santos ofícios litúrgicos, o que repercutiu nos costumes, nas palavras e expressões linguísticas, nas crenças e, principalmente, em atividades de ordem administrativa. Seu legado está refletido em valores cultivados daqueles que

viveram no passado, podendo ser reconhecido nos monumentos erguidos, nos documentos escritos e, principalmente, nas tradições festivas que incluem elementos da simbologia religiosa católica, permanecendo fortemente marcadas e enraizadas nos hábitos dos dias de hoje.

Como os dados analisados foram extraídos de documentos antigos e estes por terem inestimável valor histórico e cultural para a sociedade sergipana foi necessário submetê-los às práticas da edição, dando-se preferência à semidiplomática, pois se notou maior liberdade na condução das reproduções, permitindo a realização de pequenos ajustes, em relação aos elementos apresentados no documento, para tornar o conteúdo compreensível e reconstituindo-o em linguagem atual. A esses ajustes Cambraia (2005) salienta que

[...] o editor atua de forma mais interventiva, através de operações como desenvolvimento de sinais abreviativos, inserção ou supressão de elementos por conjectura, dentre outras [...] os principais objetivos de todas essas operações são (1) o de facilitar ainda mais a leitura do texto e torná-lo acessível a um público menos especializado [...] e (2) o de tentar retificar falhas óbvias no processo de cópia do texto (CAMBRAIA, 2005, p.95-96).

Daí, compreende-se que editar é uma técnica importante, principalmente para os estudos com o documento antigo, destacando-se a filologia, a história, a linguística, que têm no texto a sua base de pesquisa, consistindo numa prática de atualização da linguagem antiga, em que se pode efetuar a leitura, elaborar comentários, interpretar o conteúdo, analisar expressões e a linguagem no contexto de uso, finalizando com a edição do texto e, com isso, tornando as informações mais acessíveis ao público.

4.3 Critérios para a edição

Como já foi dito, os documentos antigos são instrumentos reveladores da história da humanidade, das suas ações, das relações de comunicação linguística e da sua escrita. No que concerne à estrutura da língua, percebeu-se que a escrita em Sergipe não obedecia a um padrão, pois as mudanças estruturais ocorridas na língua no período em questão, séculos XIX e XX, alternavam-se entre o pseudo-etimológico e o simplificado, ou seja, entre o grafemático e o fonético.

Outros pontos foram observados quanto à maneira de documentar em uma dada época, a presença de palavras já em desuso, expondo também elementos incomuns como as

abreviaturas, o que pode dificultar a leitura e, conseqüentemente, o entendimento do texto. Diante disso, para auxiliar a edição dos documentos utilizados nesta pesquisa, seguiram-se os padrões estabelecidos pelas Normas Técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos, de 1993, o que possibilitou o acesso à informação, além de observar em outras bibliografias como em Cambraia (2005), os exemplos de edições semidiplomáticas.

O trabalho de edição realizado nesta pesquisa foi desenvolvido em etapas. A primeira acontece com a separação dos fólhos, identificando o material e organizando-o em fichas. Em seguida, fotografaram-se as páginas, utilizando a câmera digital, sem flash para que a luz não os danificasse. A etapa seguinte foi armazenar o arquivo em formato digital (jpg), assinalando as imagens, conforme o número dos fólhos (numeração das páginas dos livros), por exemplo, L3/F.33r°. Esse formato possibilita visualizar melhor as imagens, podendo manipulá-las para, então, proceder à leitura dos manuscritos e realizar as edições.

4.4 Edição Semidiplomática

Os textos foram reproduzidos exatamente como os originais, sendo considerados todos elementos, conforme o que foi encontrado nos manuscritos:

- Respeitou-se o texto, registrando-o fielmente como os originais, os mesmos elementos gráficos, numeração, pontuação da página. O texto foi escrito no Word, em espaçamento de 1,0 cm entre linhas, fonte Times New Roman e a organização seguiu a presente ordem: fólio, linha, texto, incluindo suas anotações margeadas;
- As letras foram grafadas como na forma usual;
- As páginas foram numeradas conforme o modelo apresentado no original, entre colchetes, incluindo-se também o verso;
- Numerou-se o texto, linha por linha, de cinco em cinco, desde a primeira linha, que fica na margem superior do fólio;
- Indicou-se o número do fólio à margem direita, entre colchetes;
- Foram desdobradas as abreviaturas, apresentando-as em itálico e, para destaque, utilizam-se parênteses;
- Quanto à pontuação, observa-se a presença de vírgulas, pontos e sinal de igualdade no lugar do hífen, indicando a separação das sílabas;

- Nos casos em que se nota dúvida na palavra, colocou-se uma interrogação entre colchetes;
- As anotações marginais foram inseridas como apresentadas no original;
- Para os casos em que a leitura se mostrou impossível por causa de danificação do suporte, usou-se o sinal (...);
- Foram mantidas as letras maiúsculas e minúsculas como nos originais;
- As assinaturas e rubricas foram colocadas entre colchetes e grafadas em grifo.

A seguir, são apresentadas doze fólios em edição semidiplomática, de parte dos registros coletados nesta pesquisa. O intuito é mostrar características gráficas e ortográficas de textos paroquiais já mencionados.

Fólio 1: Declaração do Vigário e termos de assentamentos – Cód. 03.

			[f.1r ^o] [Daltro]
		Declaração	
		Por ordem de S(ua) Ex(celenci)a Rev(erendíssi)ma o Sen(ho)r [?] o Bispo	
5		faço os seguintes assentos deixados pelo meu Antecessor	
		o Vigario José Gonçalves Barroso. São Christovão, 1 de	
		Março de 1883.	
		O Vigario [José Joaquim de Britto]	
10	Maria	No dia 27 de Agosto de mil oito sentos e oitenta e	
	parda	dois baptisou o vigário José Gonsalves Barroso soleni-	
	Com id(ad)e	mente a Maria parda com idade de dose meses filha	
	Dose me-	legitima de Antonio da Silva Daltro e Maria	
	ses.	dos Reis sendo padrinhos Nossa Senhora e o Sen(ho)r	
		Alferes Theodorio Cordeiro Guaraná	
15		O Vigario [José Joaquim de Britto]	
	Julio	No mesmo dia baptisou o vigario José Gonsal	
	parido	ves Barroso solenimente a Julio pardo com idade	
	com ida-	de um mez filho natural de Gesuina Maria	
	de 1 mez.	das Virgens sendo padrinhos Jacintho Faustino	
20		da Gamma e Nossa Senhora da Victoria.	
		O Vigario [José Joaquim de Britto]	
	Julio	No mesmo dia baptisou o vigario José Gonsalves	
	Pardo	Barroso solenimente a Julio pardo com idade	
	Com ida-	cinco meses filho legitimo de Miguel José dos San-	
	de cinco	tos Ferreira e Salustiana Candida de Jesus sendo	
25	meses	padrinhos João dos Santos e Rosa Maria da	
		Conceição.	
		O Vigario [José Joaquim de Britto]	
	Maria	No mesmo dia baptisou o vigario José Gonsalves	
	parda	Barroso solenimente a Maria parda com idade	
	Com ida-	dois meses filha legitima de Domingos do Sancra-	
	de dois	mento e Maria do Sacramento sendo padri-	
25	meses.	nhos Nossa Senhora e José Izidro dos Santos	
		O Vigario [José Joaquim de Britto]	

Fólio 2: Termos do fól.58rº/ Cód. 03.

[fól.58rº]
[Daltro]

1885

E para constar, Fiz este termo que assigno.
O Vigario [José Joaquin(im) de Britto].

- 5 32. Aos vinte e dous dias do mez de Março de mil oitocentos
Perpetua, e oitenta e cinco, baptizei á Perpetua, parda, nascida
parda, em oito de Março do corrente anno, filha legítima
com 15 de Firmino José dos Santos e Maria Roza da Con-
dias de id(ade) ceição, sendo padrinhos José Torquato dos Santos e N(ossa)
- 10 Senhora. E para constar, fiz este que assigno.
O Vigario [José Joaquim de Britto].
- 15 33. Aos vinte e dous dias do mez de Março de mil oitocen-
Francisco, tos e oitenta e cinco, baptizei á Francisco, ingenuo, nas-
ingenuo, cido em oito de Outubro do anno passado, filho na-
com 5 tural de Marcelina, escrava de José Francisca da
mezes de Fonseca, sendo padrinhos José Torquato dos Santos e
idade, N(ossa) Senhora. E para constar, fiz este que assigno.
20 O Vigario [José Joaquim de Britto].
- 25 34. Aos vinte e oito dias do mez de Março de mil oitocen-
Maria, tos e oitenta e cinco, baptizei á Maria, parda, nasci-
parda, da em primeiro de Janeiro do corrente anno, filha
com 4 natural de Maria Alexandrina de Jesus, sem-
mezes de do padrinhos Aristides Goncalves Barroso e N(ossa)
- 30 Id(ade) Senhora. E para constar, fiz este que assigno.
O Vigario [José Joaquin(im) de Britto].
35. Aos vinte e nove dias do mez de Março de mil
30 Maria, oitocentos e oitenta e cinco, baptizei á Maria,
parda, parda, nascida em nove de Fevereiro do corrente
com 2 me- anno, filha natural de Joaquina Maria do
zes de id(ade). Sacramento, sendo padrinhos Marcos José de Oli-
veira e N(ossa) Senhora. E para constar, fiz este que

Fólio 3: Despachos fól.191vº/ Cód. 03.

[f.192vº]
a 14 de outubro de 1883.

- Em virtude de um despacho, de Sua Ex(ce)lenci)a R(e)v(er)endíssi)m(a)
o Sen(ho)r Vigario Geral, faço o presente assento.
Aos dese sete dias do mez de Fevereiro de mil
- 5 oito centos e secessenta e dois baptisou solem-
men(t)e o Vigario José Gonçalves Barroso a Pedro
branco, com desesete dias, filho legitimo de
Pedro Antonio do Sacramento e Maria Victo-
ria da conceição; sendo padrinhos o Viga-
- 10 rio José Gonçalves Barroso e Nossa Senhora
Ita in fide Parochi.
O Vigario [José Joaquim de Britto].
- Em virtude digo em vista de um despacho
De 21 de Abril de 1885 de S(ua) Ex(ce)lenci)a R(e)v(er)endíssi)m(a).
15 o Sen(ho)r Vigario Geral, faço o presente asserto.
digo o seguinte assento: Aos vinte e dous dias
do mez de Março de mil oito e sessenta e quatro na
Matriz bapstisou o R(e)v(er)endíssi)m(o) P(adr)e M(estr)e Frei Manoel
do Patrocinio com m(inh)a licença, a Alvaro,
- 20 branco, com idade de 33 dias, trinta e três dias

- filho legítimo de Antonio Bernardo Barbosa
e D Jemima Bejamim da Rocha, sendo
Padrinhos José Beiamim da Rocha e N(ossa) Senhora
Das Dores. E p(ar)a constar fiz este que assi
25 gno. Vigario José Gonsalves Barroso.
Ita in fide Parochi.
O Vigario [José Joaquim de Britto].
Visto este livro, Autorisamos o Rev(erendo) Parocho atual
a assignar os termos onde dou antecessor
30 Vigario Faroneo. S. Christovao em
visita pastoral 1 de Março de 1897
Jeronymo, Arcebispo da Bahia.

Fólios 4 e 5: Termos: fól.37rº e fól.38rº/ Cód. 06.

			[f.37vº]
	305	Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	
	Maria	Frei Leonardo Goethe baptizou á Maria, com dois mezes, filha	
5		legítima de José Antonio e Maria da Conceição, sendo padri-	
		nhos Elias de Oliveira e Marianna Jacob. Para constar	
		fiz este termo que assigno. Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
	306	Aos vinte e cinco dias de Outubro de mil nove centos e cinco	
	Florentina	Frei Leonardo Goethe baptizou á Florentina, com um anno,	
		filho natural de Maria Rosa da Cruz, sendo padrinhos Sa-	
10		turnino José Correia e Joanna Baptista dos Santos. Para	
		constar fiz este termo que assigno.	
		Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
	307	Aos vinte e cinco dias de Outubro de mil nove centos e cinco	
	Manoel	Frei Leonardo baptizou á Manoel, com oito mezes, filho	
		legítimo de José Dionysio de Sant' Anna e Antonia Maria	
15		de S(ão) Pedro, sendo padrinhos José Domingos Fontes e Rosen-	
		tina Maria da Conceição. Para constar fiz este termo que	
		assigno. Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
	308	Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	
	Maria	Frei Leonardo Goethe baptizou á Maria, com sete mezes,	
20		filha legítima de Rodapiano Francisco da Cruz e Sil-	
		vina Maria da Conceição, sendo padrinhos José Domingos	
		Fontes e Isabel Maria da Conceição. Para constar fiz este	
		termo que assigno. Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
	309	Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	
	Leonisia	Frei Leonardo Goethe baptizou á Leonisia, com dois mezes,	
25		Filha legítima de Minervino José do Amparo e Amancia	
		Maria da Conceição, sendo padrinhos Saturnino José	
		Correia e Juventina Correia Telles. Para constar fiz este	
		termo que assigno. Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
	310	Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	
30	Octavia	Frei Leonardo Goethe baptizou á Octavia, com dez mezes,	
		Filha natural de Alexandria Maria de Jesus, sendo	
		padrinhos Francisco Pedro dos Santos e Maria Can-	
			[f.38rº]
		1905	[rubrica]
		Candida do Amparo. Para constar fiz este termo que	
35		assigno. Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
		Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	311
		Frei Leonardo Goethe baptizou á Lourival, com seis sema-	Lourival
		nas, filho legítimo de Manoel Luiz Gama e Mathilde	
		Maria de Jesus, sendo padrinhos Firmino Fontes da	
40		Hora e Avelina Maria da Conceição. Para constar fiz	
		este termo que assigno. Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
		Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	312
		Frei Leonardo Goethe baptizou á Joanna, com seis annos,	Joanna
		filha natural de Maria Francisca de Jesus, sendo	
45		padrinhos Manoel dos Santos e Belmira Francisca de	
		Carvalho. Para constar fiz este termo que assigno.	
		Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
		Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	313
		Frei Leonardo Goethe baptizou á Benicio, com quatro me-	Benicio
50		zes, filho legítimo de João Feliciano dos Santos e	

	Maria Joanna de Jesus, sendo padrinhos Martiniano Francisco de Britto e Maria Leonisia de Britto. Para constar fiz este termo que assigno.	
	Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
55	Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	314
	Frei Leonardo Goethe baptizou á Adelina, com sete mezes,	Adelina
	Filha natural de Laura Maria da Conceição, sendo padrinhos Antonio Alves dos Santos e Maria Salustiana Alves. Para constar fiz este termo que assigno.	
60	Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
	Aos vinte e quatro dias de Outubro de mil nove centos e cinco	315
	Frei Leonardo Goethe baptizou á Firmino, com um anno,	Firmino
	filho legitimo de Elias José de Jesus e Maria Pastora de São Pedro, sendo padrinhos Camillo José dos Santos e Constança Silvina das Virgens. Para constar fiz este termo que assigno. Vigario Frei [Niceto Oberborbeck].	
65		

Fólio 6: Termo de abertura/ Cód. 06.

	Termo de abertura.	[fól.1r]
	Contem. presente livro (100) cem folhas que são numeradas e rubricadas com minha rubrica que diz –	
5	[rubrica]- servirá para lançamentos dos assentos de baptisados que ocorreram na Freguezia de S(ão) Christovão, e e[?] no fim o competente termo de encerramento.	
10	Aracajú, 12 de Abril de 1904. p(adre) [Manuel Raymundo de Mello], Vigario Foraneo de Sergipe.	

[fól.1v, em branco]

Fólio 7: Termo de encerramento/ Cód. 06.

	Termo de encerramento	[fól. 100r ^o]
	Este livro designado para os assentos de baptisados ocorridos na Freguezia de S(ão) Christovão, contem (100) cem folhas que são numeradas e rubricadas com minha rubrica que diz- [rubrica]- e traz no começo o competente	
5	Termo de abertura.	
	Aracajú, 12 de Abril de 1904.	
10	p(adre) [Manuel Raymundo de Mello], Vigario Foraneo de Sergipe.	
	Pagou à causa Ecclesiastica (11£ ²⁶ 280) onze mil duzentos e oitenta seis – Vigario Foraneo.	

[fól.100v, em branco]

Fólios 8 e 9: Assentos: fól.16v^o e fól.17r^o/Cód. 07.

		[fól.16v ^o]
	1907	
	mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	
351	Aos vinte e oito dias de Novembro de mil nove centos e sete, Frei Bal-	

²⁶ O sinal (£) foi usado para indicar que se trata de um pagamento.

5	Francisco (veja 370)	thasas Fark baptizou, in caso necessitatis a Francisco, nascido aos vinte e sete dias do corrente mez, filho legitimo de Augusto José dos Passos e Rubina Maria da Conceição. E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	
10	352 Florentina	Aos trinta dias de Novembro de mil nove centos e sete, Frei Benigno Randebroek baptizou solennemente a Florentina, nascida no dia oito do corrente mez, filha legítima de João Rodrigues de Souza e Balbina Maria da Conceição, sendo padrinhos Manoel Maurino dos Santos e Maria dos Santos. E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	
15	353 Prazo Quão	Aos trinta dias de Novembro de mil nove centos e sete, Frei Benigno Randebroek baptizou solennemente a Prazo Quão, com tres mezes de idade, filho legitimo de João Pedro da Cruz e Maria Rosa dos Santos, sendo padrinhos Joaquim Medeiro de Jesus e Maria Flora da Conceição. E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke] Vigario.	
20	354 Edmundo	Ao primeiro dia de Dezembro de mil nove centos e sete, Frei Balthasar Fark baptizou solennemente a Edmundo, nascido no dia Trinta de Outubro do corrente anno, filho legitimo de Manoel Dias de Carvalho e Ethalina Leitão de Carvalho, sendo padrinhos Francisco de Andrade Mello e Cordelia da Cunha. E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	
25	355 José	Aos quatro dias de Dezembro de mil novecentos e sete, o Rev(erendíssimo) Padre Antonio Camello baptizou solennemente a José, tendo um anno de idade, filho legitimo de Pedro Branco e Rosa de Jesus, sendo padrinhos José Correia de Jesus e Martha do Sacramento. E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	
30	356 Maria	Aos sete dias de Dezembro de mil nove centos e sete, Frei Aconsio Lutkenitte baptizou solennemente a Maria, nascida em dezesseis de Novembro do corrente anno, filha legitima de Virgilio José de Lima e Josepha Euclides de Freitas, sendo padrinhos Horacio Dias Monteiro e Raquel Maria	
		...	
		do Socorro. E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	
35		Aos oito dias de Dezembro de mil nove centos e sete, Frei Benigno Randebroek baptizou solennemente a Idalina, com sete mezes de idade, filha legitima de Maximino Thendolino dos Santos e Josepha Maria da Conceição digo da Victoria, sendo padrinhos Antonio Cur- rêa dos Santos e Maria das Virgens. E para constar mandei lavar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	357 Idalina.
40		Aos oito dias de Dezembro de mil nove centos e sete, Frei Benigno Randebroek baptizou solennemente a Edmundo, com quatro mezes de idade, filho legitimo de Pedro Vieira Dantas e Adolphina Mattos, sendo padri- nhos José Coelho de Magalhães e Nossa Senhora da Conceição. E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	358 Edmundo.
45		Aos oito dias de Dezembro de mil nove centos e sete, Frei Benigno Randebroek baptizou solennemente a Thecia, nascida em cinco de Novembro do corrente anno, filha legitima de Balbina dos Santos Lima e Constancia Maria da Conceição, sendo padrinhos José Vieira Dantas e Domitilla Lima de Oliveira. E para constar mandei La- vrrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	359 Thecia.
50		Aos dez dias de Novembro de mil nove centos e sete, digo de Dezembro, Frei Aconsio Lutkenitte baptizou solennemente a Maria, com quatro mezes de idade, filha natural de Maria Felicia da Conceição, sendo padrinhos Te- rencio Moreira de Moraes e Nossa Senhora. E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	360 Maria.
55		Aos dez dias de Dezembro de mil nove centos e sete, Frei Aconsio Lutkenitte baptizou solennemente a Maria, com um anno de idade, filha legitima de Elias Propheta e Primitiva Maria, sen- do padrinhos Antonio Messias do Nascimento e Maria da Cruz.	361 Maria.
60		E para constar mandei lavrar este termo que assigno: Frei [Joaquim Benke], Vigario.	
65		Aos dez dias de Dezembro de mil nove centos e sete, Frei Aconsio Lutkenitte baptizou solennemente a Anna, com três mezes de idade, filha le- gitima de Manoel Bernardino dos Santos Lima e Deolinda Gomes Lima,	362 Anna.

[fól.17r°]

Fólio 10: Termo de Abertura/ Cód. 07.[fól.1r^a]

[rubrica]

Termo de Abertura.

- Constam o presente livro (102) cento e duas
folhas as quais são enumeradas e rubri-
cadas com minha rubrica que diz [rubrica]
5 Servirá para o lançamento de assentos,
de baptisados que ocorram na Fregue-
zia de S(ão) Christovão neste Estado, e leva
no fim o importante termo de encerra-
10 mento. Aracajú, 18 de Abril de 1907.
Mons(enh)or M(anu)el Raym(un)do de Mello, Vig(ario) Faroneo de
Sergipe.
Declaro que o presente livro contem somente
(100) folhas, havendo um engano na nu-
15 meração depois das folhas sessenta e duas (62) e outro
depois das folhas setenta e cinco (75). S(ão) Christovão,
22 de Abril de 1907. Vigario Frei Niceto Oberborbeck.

Anno de 1907.

- Aos treze dias de Junho de mil nove centos e sete. 176
20 o Rev(endissi)mo Padre Luiz Pasquale baptizou a Lourival,
com sete mezes, filho natural de Anna Crispina,
sendo padrinhos Alexandre Freire e Isaura Ro-
drigues dos Santos. Para constar fiz este termo
que assigno. Vigario Frei Niceto Oberborbeck.
25 Aos treze dias de Junho de mil nove centos e sete. 177
o Rev(endissi)mo Padre Luiz Pasquale baptizou a Leonor,
com cinco mezes, filha legitima de Jardelino
Modesto Vieira e Maria Rosa do Sacramento,
sendo padrinhos Carlos Cardozo por procuração
de Odilou Cardozo e Maria dos Anjos. Para

Fólio 11: Termo de Encerramento/ Cód. 07.

Visto em visita Pastoral

S(ão) Christovão, 11- Junho- 1912

× José Bispo de Aracajú

- Declaro que o presente livro contem somente (100) cem
5 folhas, havendo um engano na numeração depois das
folhas sessenta e duas (62) e outro depois das folhas setenta
e cinco (75). S(ão) Christovão, 22 de Abril de 1907. Vigario
Frei Niceto Oberborbeck.
Termo de Encerramento
10 O presente livro com 102 folhas (cento
e duas) numeradas e rubricadas com mi-
nha rubrica que diz [rubrica], servirá para
lançamentos de Assentos de Baptisados
ocorridos na Freg(uezi)a de S(ão) Christovão,
15 neste Estado, e traz no começo o termo
respectivo de abertura. _____
Aracajú, 18 de Abril de 1907.
Mons(enh)or M(anu)el Raym(un)do de Mello, Vig(ario) Faroneo
de Sergipe.
20 Pagou (11£486) onze mil qua-
trocentos e oitenta e seis
Vigario Foraneo.

Fólio 12: Fól. 100rº/ Cód. 07.

	1907	[rubrica]	[fól. 100rº]
	Mattos e Joanna Baptista da Luz. Para constar fiz este termo que assigno.		
	Vigario Frei Niceto Oberborbeck.		
5	Aos onze dias de Junho de mil nove centos e sete.	168	
	Frei Peregrino Hellenbrand baptizou á	Antonia	
	Antonia, nascida no dia dezasete de Janeiro		
	do corrente anno, filha legitima de Ignacio e Francisca Bella da Floresta,		
10	sendo padrinhos João Pedro de Miranda		
	e Amelia Leocadia do Campo. Para constar fiz este termo que assigno.		
	Vigario Frei Niceto Oberborbeck.		
	Aos onze dias de Junho de mil nove centos e	169	
15	sete Frei Peregrino Hellenbrand baptizou	José	
	á José, nascido no dia dez de Janeiro		
	do corrente anno, filho natural de Sabina		
	Maria dos Santos, sendo padrinhos Miguel		
20	José dos Passos e Maria Francisca dos		
	Passos. Para constar fiz este termo que		
	assigno. Vigario Frei Niceto Oberborbeck.		
	Aos onze dias de Junho de mil nove centos e	170	
	sete Frei Peregrino Hellenbrand baptizou	Domingos	
	á Domingos, nascido no dia vinte de		
25	dezembro de mil nove centos e seis, filho		
	natural de Maria Julia, sendo padrinhos		
	João Alfredo dos Passos e Maria Francisca dos Passos. Para constar fiz este		
	termo que assigno.		
30	Vigario Frei Niceto Oberborbeck.		
	Aos treze dias de Junho de mil nove centos e sete Frei	171	
	Bartholomeu Seheer baptizou á Domingos, com	Domingos	
	trez mezes , filho natural de Laura Maria dos		
	Santos, sendo padrinhos João Francisco dos Santos		

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela imposição da obediência por uma instituição, a igreja católica, sobre as demais instâncias sociais predominou fortemente em Sergipe, desde a sua fundação até a Proclamação da República, quando se separaram Igreja e Estado. Esse domínio católico, como se observou, foi enérgico fazendo prevalecer suas leis sobre as comunidades, influenciando a realidade das pessoas, em todas as suas atividades cotidianas, na maneira de ver as coisas, através do véu das crenças na fé cristã.

Essas impressões foram observadas nas análises aqui realizadas. Como se notou, a rotina nas vilas e freguesias em Sergipe girava em torno dos ensinamentos e doutrina da igreja, o que relevou exatamente o que se buscava: perceber se a nomeação das pessoas seguia a motivação da fé, o que pode ser comprovado em grande parte dos termos registrados nos livros de batismo nº 03, 06 e 07, notando-se, de algum modo, que seguiam uma tradição, já que muitos vocábulos encontrados nos assentos de batismo da Igreja Matriz de São Cristóvão fazem correspondências com os nomes de santos católicos, como padroeiros e protetores cultuados na cidade.

Perceber tais informações só foi possível graças aos cuidados que os administradores da paróquia, guardiães dos livros, tiveram ao conservar e proteger tais memórias. Para que a interpretação dos conteúdos e a compreensão do sistema linguístico e cultural fossem realizadas, necessitou-se aprofundar os conhecimentos nas teorias da crítica textual, nas técnicas da edição paleográfica, pois esse tipo de documento paroquial requer certo manejo e cuidados. Já no tocante à história, entender a formação da cidade de São Cristóvão e o papel do colonizador português nesse processo ajudou a refletir seus habitantes, seus costumes, sua língua e, principalmente, as tendências e desejos que interferem em suas decisões ao designar os nomes das pessoas, das ruas, dos monumentos, das vilas, estando todos esses impregnados do referencial religioso.

Nos períodos investigados, portanto, pode-se afirmar que parte expressiva das designações encontradas teve motivação na simbologia religiosa católica. Nota-se que, no período dos escravos, por exemplo, a forma de nomeação se deu por costume e depois se estendendo em homenagem aos santos. Isso corresponde à imposição dos ensinamentos da Santa Sé aos cativos, que os internalizaram, transmitindo aos seus descendentes.

Nas amostras coletadas, foram identificados diversos exemplos dessa prática, um número significativo de pré-nomes e sobrenomes ligados aos santos padroeiros, como: *Victória Maria dos Santos* – (Nossa Senhora da Victória); *Maria da Conceição* – (Nossa Senhora da Conceição); *Genuíno dos Passos* – (Senhor dos Passos); ou a ordens religiosas que fundaram seus núcleos na cidade, como: *Francisca, Francisco, Francisco José* – (Ordem dos franciscanos). Além dos padroeiros, existem ainda os santos cultuados nas capelas da cidade Santa Tereza D'Ávila, Santo Antônio, São José, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, santa Teresinha, são alguns nomes que comprovam a marca cultural religiosa.

Observou-se, também, nos períodos em questão, outra tendência: a relação entre o dia do nascimento e o dia dedicado ao santo. Contudo, neste caso, notou-se que nos registros houve poucas ocorrências, devido ao desinteresse, por parte dos párocos, de anotar o dia exato do nascimento das crianças. Identificou-se que essas tendências já foram perdendo a essência cultural marcada pela influência católica, mas o costume não se extinguiu completamente, sendo substituído por outras motivações, pois surgiram novas realidades e novos discursos foram sendo difundidos e absorvidos pela comunidade.

Confirma-se, nesta pesquisa, que, no processo de nomeação, o fator ideológico religioso católico foi essencialmente forte na cidade de São Cristóvão, bem como em todo o Brasil, firmando numa tradição que perpassou gerações. Assim, nos períodos colonial e imperial foram identificados os casos mais comuns com relação à designação correspondente aos santos, ordens, crenças e outros eventos de caráter eclesiástico.

O objeto investigado revelou explicitamente a força de uma ideologia, construída pelas atuações eclesiásticas nas comunidades, transmitindo o seu propósito, qual seja, o domínio sutilmente velado sobre o povo. Os representantes de Deus, através dos seus ensinamentos, forçavam seus fiéis a seguirem a sua verdade, com punição severa àqueles que não obedecessem. Por esse motivo, a violência simbólica, na época em apreço, é visível em segmentos sociais na cidade de São Cristóvão, com reflexos, principalmente, no processo de dar nome às pessoas e aos lugares.

Assim, o nome é considerado o veículo por onde circula tal poder e pensamento, firmados nas palavras doutrinárias da fé cristã, verificando-se, portanto, que o nome possui um traço histórico, sendo isso essencial, pois funciona como memória construída pelas vivências do sujeito, alimentada nas manifestações culturais, cujo sentido e força de tradição perduram através dos tempos.

REFERÊNCIAS

1- Fonte de documentação manuscrita:

Livros de Batizados 03 (1882 á 1894); 06 (1904 à 1907) e 07 (1907 à 1910). **Arquivo Paroquial da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória.**

2- Referências Bibliográficas, Artigos Científicos e Anais:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos.** Recife: UFPE/Massangana, 1994.

ALENCAR, Irllys F. B. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio, 2003. In: TORRES, Natalia P. **Paisagem cultural urbana e patrimônio: dispositivos de conFiguração política da cidade contemporânea.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Trad. Walter José evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

ANTUNES, Margaret Alves. **Pequenos reparos em material bibliográfico.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos.** 1993. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>. Acesso: 25 mai. 2014.

ASSUNÇÃO, Carlos. O nome na historiografia linguística portuguesa. Do primeiro período da linguística portuguesa ao final do séc. XIX. In: **Linguística histórica e história da língua portuguesa**, Lisboa, p. 29 – 50. 2004.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. **Sobre o conceito de edição crítica**, *Humanitas*, Universidade de Coimbra, v. 1, n. 58, jan./dez., 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia.** Tradução de Izidoro Blikstein. 15. ed., São Paulo: Cultrix, 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** Vol. 8. São Paulo: Arquivo do Estado, imprensa oficial, 2002.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERTONI, Giulio. **Introdução à filologia**. Tradução de Giuseppe Carlo Rossi. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1943.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. Santa Maria (RS): Editora UFSM, 2008.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. Ed. São Paulo: Geográfica, 2000.

BLANCO, Ricardo Román. **Estudos paleográficos**. São Paulo: Laserprint, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar história?** São Paulo: Ática, 2007.

BRAGA, Marcelle D.C.; PIRES, Maria do Carmo. Legitimidade e formação social na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo no Século XVIII. In: III Simpósio ILB – Itinerários da Pesquisa Histórica Métodos, Fontes e Campos Temáticos, 2010, Ouro Preto/MG: **Anais do III simpósio impérios e lugares no Brasil**, p. 1-9. Disponível em: < <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimpósio/anaisilb.htm> >. Acesso: 02 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/1/1937**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 jan. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 04 jan. 2015.

BRITO, Ana Maria Brito; OLÍVIA, Figueiredo; BARROS, Clara. **Histórica e História da Língua Portuguesa**: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva/Orgs. Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo e Clara Barros. Porto: Universidade do Porto/ Faculdade Letras, 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. In: **Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004, Minas Gerais, p. 1-21. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2004-popula%C3%A7%C3%A3o-e-hist%C3%B3ria> >. Acesso: 25 jan 2015.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. A filologia e seu objeto: diferentes perspectivas de estudo. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 26, p. 44-50, maio – ago, 2003.

CARVALHO, Eliane M. S. F. **São Cristóvão e seus monumentos**: 400 anos de história. São Cristóvão: Secretaria de Estadual de Educação, 1989. (Folhetos).

CARVALHINHOS, P. J. Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. In: Maria Célia Lima-Hernandes; Maria João Marçalo; Guaraciaba Micheletti; Vima Lia de Rossi Martin. (Org.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008, p. 1-20.

CARR-GOMM, Sarah. **Dicionário de símbolos na arte**: guia ilustrado da pintura e da escultura ocidentais. Tradução de Marta de Sena. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CASTELLS, Alicia Norma González de; SANTOS, Jeana Laura da cunha. **Patrimônio cultural e seus campos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CASSARES, Norma Cianflone; TANAKA, Ana Paula Hirata (Org.). **Preservação de acervos bibliográficos**: homenagem a Guita Mindlin. São Paulo: Associação Brasileira de Encadernação e Restauro, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

CINFORME. **História dos municípios**. Edição histórica. Aracaju: Cinform, 2002.

CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas por Dom Sebastião Monteiro da Vide (1707), 2ª edição. São Paulo: Tipografia 2 de dezembro, 1853.

CONJUREIRA, Lindaura Alban. **Conserve e restaure seus documentos**. Salvador: Itapuã, 1971.

COSTA, Renata Ferreira. Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita? **Revista Histórica**, Arquivo público do Estado de São Paulo, n.15, ano 02, out. 2006, p. 1-10.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

CUNHA, A. F. da; COSTA, M. A.; MARTELOTTA, M. E. Linguística. In: **Manual de linguística**. Mário Eduardo Martelotta (Org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 15-30.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Joceneide. Entre padrinhos e compadres: os africanos nos livros de batismos em sergipe (1785-1835). In: **XXVII – Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**, 2013, Natal/RN: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, p. 1-9. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1290. Acesso: 02 jan. 2015.

CHAPOUTHIER, Georges. Registros evolutivos. **Viver Mente & Cérebro**: Memória, São Paulo, n. 2, p. 8-13, jul. 2006. Edição especial.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2009.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. In: **Acta Semiótica et Lingüística** - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística). São Paulo: Plêiade, v. 7, 1998. p. 97-122.

_____. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. 2. ed. São Paulo, SP: Annablume, 1997.

FALCI, Miridan Brito Knox. História Regional – Conceitos, Métodos e Problemas. **Revista do IHGRJ**. Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, T. D.; SANTANA, A.C. **O tratamento documental de manuscritos ao serviço da investigação**: a experiência da Biblioteca Nacional. (conferência-palestra). 10ª Jornadas PORBASE, 2006. Lisboa: Biblioteca Nacional.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP/Arquivo do Estado, 1991.

GUARIDO, Maura Duarte Moreira. **Como usar e aplicar a CDD 22ª edição**. Marília: Fundepe, 2012.

GUÉRIUS, R. F. M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HANKS, William F. O que é contexto?. In: **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Anna Christina Bentes, Renato C. Rezende, Marco Antônio Rosa Machado (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2008, p. 169 - 203.

HEINZ-MOHR, Gerd. **Dicionário dos símbolos**: imagens e sinais da arte cristã. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1994.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles, 1939; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. Versão 1.0. CD-ROM.

ILARI, Rodolfo. **Linguística romântica**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Entre a Escravidão e o Trabalho Livre. Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX. In: **XXXVI Encontro Nacional de Economia**, 2008, Salvador, p. 1-31. Disponível: < <http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2008>>. Acesso: 04 jan. 2015.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Tradução de Roseli P. Fernandes. Rio de Janeiro: Interciência, 1977, 1ª Reimpressão, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1982.

LYONS, Martyn. **Livro**: uma história viva. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Sesc São Paulo, 2011.

LOIOLA, Maria Lemke. Defeito ou acidente? Mulatos e pardos na produção da hierarquia social em Goiás colonial. In: **III Seminário de pesquisa da Pós-graduação em história UFG**, 2010, Góias, p. 1-15. Disponível em: < <https://pos.historia.ufg.br/n/20883-iii-seminario-textos-completos>>. Acesso em 04 jan. 2015.

LURKER, Manfred. **Dicionário de simbologia**. Tradução de Mário Krauss e Vera Barkow. 2ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**, *Varia Historia*, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, n. 31, jan./dez., 2004.

MARTINS, Francisco. **O nome próprio: da gênese do eu ao reconhecimento do outro**. Brasília: Editora da UnB, 1991.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996.

MEDEIROS, João Bosco. **Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão**. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe, **Revista Atêlie geográfico**, v.8, n. 2, ago, 2014. p-274-289.

MINISTÉRIO DA CULTURA, **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso: 05 jan. 2015.

MILEVSKI, Robert J. **Manual de pequenos reparos em livros**. Tradução de Lygia Maria Guimarães, Angela Maria Machado Osório de Araújo; revisão técnica e final Cássia Maria Mello da Silva, Lena Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

MITTARAQUIS, Léo Antonio Perrucho. **As ordens religiosas e as práticas educativas em Sergipe Del Rey: uma ausência pedagógica**. São Cristóvão, 2010. 125p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

NASCIMENTO, José Anderson. **Sergipe e seus monumentos**. Aracaju: J. Andrade, 1981.

NUNES, Verônica Maria Meneses; LIMA, Luís Eduardo Pina (Orgs.). **Patrimônio Cultural**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe CESAD, 2007.

OLIVEIRA, Marlon Anderson. Entre a coroa e a cruz: a igreja colonial sob a égide do padroado. **Revista de Humanidades, Rio Grande do Norte**, v. 9. n. 24, Set/out. 2008, p. 1-14.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PASINI, Frei Edrian Josué. **Folhinha do Sagrado coração de Jesus**. 74^a. ed. Petrópolis/RJ: Vozes Ltda, 2013.

PEREIRA, Antonio. História linguística de um nome: Maria Helena Pinto Novais Paiva. In: **Linguística histórica e história da língua portuguesa**, Lisboa, p. 301 – 313. 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita; DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. Estudos CEDHAL – Nova Série nº 11. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005.

SANTANA, Tânia. O Culto a Santos Católicos e a Escravidão Africana na Bahia Colonial, **Revista Aulas**, n. 4, abr.-jul, 2007, p.1-24.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Em busca da sagrada face: a romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão – SE, **Revista Angelus Novus**, Nº3, mai, 2012.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Dicionário latino-português**. Belo Horizonte: Garnier, 2000.

SEBRÃO, Sobrinho; CARVALHO, José Sebrão de; CARVALHO, Vladimir Souza. **Fragmentos de história municipais e outras histórias**. Aracaju: Instituto Luciano Barreto Junior, 2003.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Motivações contemporâneas para a escolha do antropônimo. **Entreletras**, Araguaína/TO, v. 4, n. 2, ago./dez., 2013, p. 90-101.

SILVA, Andrea Costa Romão. O processo de formação das cidades históricas: o caso do centro histórico de São Cristóvão (SE). **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v.11, n. 2, 2010. p. 1-18.

SILVA JÚNIOR, Carlos Francisco da. Anagôs, ozos, chambás e codavis: identidades africanas na Bahia na primeira metade do século XVIII. **Anais do ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009, p. 1-8.

SILVA, Odilon Pereira da. **CDD Classificação Decimal Dewey**: Manual teórico-prático para uso dos alunos da disciplina classificação no Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Brasília: UNB, 2013.

SILVA, Tânia Elias Magno da. A cidade e a vila: a formação dos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy. In: **Geonordeste**, ano II, nº1, 1985, p. 32-45.

SOUTHERN, R. W. **A igreja medieval**. Tradução de Fernando Barros. Lisboa: Ulisseia, limitada, 1970.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à ecdótica: crítica textual**. São Paulo: Cultrix, ed. da USP, 1977.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação: documentos extrajudiciais – CNJ**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TIRAPELI, Percival (Org.). **Arte sacra colonial: barroco memória viva**. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

TRASK, Robert Lawrence Larry. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari; revisão técnica Ingedore Villaça Koch, Thaïs Cristófaro silva. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

THOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua Trajetória no Brasil. **Revista fênix**, v.7, ano VII, n.2, mai-ago, 2010, p. 1-12.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe: 1575 – 1930**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. Tradução de Clarrise Madureira Sabóia (et al.). 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

VILELA, Iêda Maria Leal; SILVA, Maria José Tenório da. **Aspectos históricos, artísticos, culturais e sociais da cidade de São Cristóvão**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, 1989. (Série Memórias, v.1).